

# CRIANÇAS E ADOLESCENTES

CONTAR PARA CONHECER,  
CONHECER PARA DESENVOLVER



GABINETE DO CENSO

LUXEMBOURG  
AID & DEVELOPMENT





# CRIANÇAS E ADOLESCENTES

CONTAR PARA CONHECER,  
CONHECER PARA DESENVOLVER



GABINETE DO CENSO

LUXEMBOURG  
AID & DEVELOPMENT



## **FICHA TÉCNICA**

### **Instituto Nacional de Estatística**

#### **Presidente**

João de Pina Mendes Cardoso

#### **Vice-Presidente**

Fernando Lopes Rocha

#### **Vogal**

Annie Pereira Tavares Sanches

#### **Departamento**

Gabinete do Censo RGPB-2021

#### **Editor**

Instituto Nacional de Estatística  
Rua da Caixa Económica, nº 18,  
Cx. Postal 116, Fazenda - Praia  
Tel.: +238 261 38 27 / Fax: +238 261 16 56  
Email: [inecv@ine.gov.cv](mailto:inecv@ine.gov.cv)

#### **Design e composição**

Gabinete de Comunicação, Divisão e Cooperação

© Copyright 2022

Instituto Nacional de Estatística

#### **Para quaisquer Esclarecimentos, contactar:**

Maria de Lurdes Fernandes Lopes

Tel.: +238 – 9976107

Email: [lurdeslopes80@yahoo.com.br](mailto:lurdeslopes80@yahoo.com.br)

#### **Data Publicação**

OUTUBRO 2022

## **PREFÁCIO**

Os Recenseamentos da População e da Habitação representam um dos pilares do Sistema Estatístico Nacional de um país no que se refere à contagem e caracterização da população e do respetivo parque habitacional, aos níveis nacional, regional e local, produzindo também informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas de desenvolvimento e para a tomada de decisões de investimento pelos sectores público e privado.

Cabo Verde já realizou 5 (cinco) Recenseamentos da População e da Habitação após a Independência: em 1980, 1990, 2000, 2010 e 2021. O Recenseamento Geral da População e Habitação-2021 (RGPH-2021) deveria ter ocorrido em 2020, mas foi adiado para 2021 devido à pandemia de Covid-19. Para a sua realização, foi publicado o Decreto-Lei nº 64/2018, alterado pelo Decreto-Lei nº 29/2021, que estabelece as normas para a sua execução e cria as respetivas estruturas organizacionais. O RGPH-2021, pela sua dimensão e impacto na sociedade Cabo-verdiana, é a mais complexa operação estatística conduzida pelo Instituto Nacional de Estatística, mobilizando elevados recursos humanos e financeiros, e exigindo alguns anos de preparação. Para a sua concretização, o financiamento foi assegurado pelo Governo de Cabo Verde, Cooperação Espanhola, Cooperação Luxemburguesa, Escritório Conjunto das Nações Unidas e União Europeia.

A recolha de dados no âmbito do RGPH-2021 foi feita mediante entrevista direta, por recenseadores devidamente credenciados, de 15 a 30 de junho de 2021, tendo sido prolongado por mais uma semana (até 07 de julho de 2021). O objetivo central foi quantificar e caracterizar, com rigor, todos os edifícios, alojamentos, agregados familiares e indivíduos em Cabo Verde, sempre em observância do princípio do segredo estatístico. O RGPH-2021 permite: (a) identificar as mudanças que o país experimentou nos aspetos demográficos, sociais e económicos; (b) caracterizar a força de trabalho; (c) identificar as mudanças relativas ao parque de edifícios e as características essenciais da habitação; (d) identificar os polos de desenvolvimento económico; (e) calcular indicadores de seguimento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) das Agendas 2030 e 2063; (f) identificar populações vulneráveis; (g) definir políticas públicas; e (h) dispor de informações que permitem fazer a caracterização de perfis e a elaboração de projeções demográficas.

Os dados foram recolhidos em suporte digital, com elevado rigor, tendo sido verificados a todos os níveis. Faziam parte da equipa de terreno, os recenseadores, controladores, supervisores concelhios, supervisores do INE, consultores de empresas internacionais e agentes TIC's (tecnologia de informação e comunicação). O seguimento da recolha dos dados no terreno também foi feito através de uma aplicação desenvolvida para o efeito,

permitindo o seguimento online dos dados, por meio de relatórios, gráficos e mapas. A partir dos resultados definitivos, foram elaboradas as seguintes publicações: um volume de quadros brutos de Cabo Verde, um volume por zonas e lugares, um volume para cada concelho do país, e onze publicações temáticas (Estado e estrutura da população; Migrações; Educação e formação profissional; Jovens e mercado de trabalho; Características económicas; Caracterização do parque habitacional e condições de vida dos agregados familiares; Fecundidade e nupcialidade; Mortalidade; Crianças e adolescentes; Deficiência; e População idosa e envelhecimento populacional).

Pretende-se com este documento, colocar à disposição da sociedade um conjunto de estatísticas oficiais, essenciais para uma melhor compreensão da realidade do país nos diferentes domínios, contribuindo de forma significativa para o processo de planeamento e tomada de decisão.

O RGPH-2021 e esta publicação, foram concretizadas graças à colaboração e o esforço de uma vasta equipa de colaboradores do Gabinete do RGPH-2021/INE, de agentes de terreno, parceiros nacionais e internacionais. Assim, e para concluir, endereçamos os mais sinceros agradecimentos a todos os que contribuíram de forma direta ou indireta para a efetivação deste projeto, sublinhando o papel essencial que os agregados familiares têm no RGPH, pois são a base de qualquer operação estatística desta natureza.

O Presidente



---

João de Pina Mendes Cardoso

**SIGLAS E ABREVIATURAS**

ACARINHAR	Associação das famílias e Amigos das Crianças com Paralisia Cerebral
ACP	Análises das Componentes Principais
ACS	Associação Cabo-verdiana de Surdos
ACRIDES	Associação de crianças desfavorecidas
ACD	Associação Cabo-verdiana de Pessoas com Deficiência
ADEVIC	Associação dos Deficientes Visuais de Cabo Verde
CDC	Convenção sobre os Direitos da Criança
DGT	Direção Geral do Trabalho
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FIF	Fundação Infância Feliz
ICCA	Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente
ICM	Instituto Cabo-verdiano de Menores
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IMC	Inquérito Multi-Objetivo Contínuo
INE	Instituto Nacional de Estatística
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEDS	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
PNS	Política Nacional de Saúde
PNSR	Programa Nacional de Saúde Reprodutiva
RGPH-21	Recenseamento Geral da População e Habitação de 2021
RNCEPT-CV	Rede Nacional da Campanha Educação para todos
UNICEF	Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VERDEFAM	Associação Cabo-Verdiana para a Proteção da Família
<b>CONCELHOS</b>	
BR	Brava
BV	Boavista
RG	Ribeira Grande
PL	Paul
PN	Porto Novo
SV	S. Vicente
RB	Ribeira Brava
TASN	Tarrafal de S. Nicolau
SL	Sal
MA	Maio
TF	Tarrafal
PR	Praia
RGST	Ribeira Grande de Santiago
SC	Santa Catarina
SZ	Santa Cruz
SD	S. Domingos
SM	S. Miguel

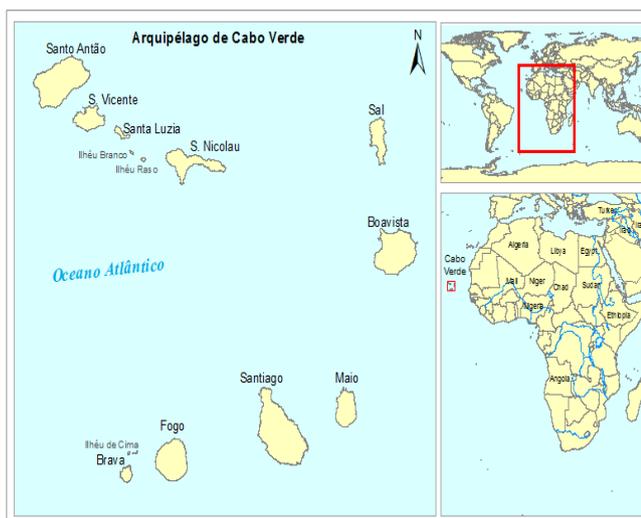
SLO	S. Lourenço dos Órgãos
SSM	S. Salvador do Mundo
MO	Mosteiros
SF	S. Filipe
SCFO	Santa Catarina do Fogo

**SINAIS CONVENCIONAIS**

%	Percentagem
ECV	Escudo cabo-verdiano
KM <sup>2</sup>	Quilómetros quadrados

## APRESENTAÇÃO DO PAÍS

<b>Nome Oficial</b>	República de Cabo Verde
<b>Superfície (Terrestre)</b>	4 033 km <sup>2</sup>
<b>Bandeira</b>	
<b>Composição das ilhas</b>	10 Ilhas e 5 principais ilhéus
<b>Data Descoberta</b>	1460
<b>Data Independência</b>	5 de julho de 1975
<b>Divisão Administrativa</b>	22 Concelhos distribuídos pelas seguintes ilhas:
<b>Santo Antão</b>	Ribeira Grande Paul Porto Novo
<b>S. Vicente</b>	S. Vicente
<b>S. Nicolau</b>	Ribeira Brava Tarrafal de S. Nicolau
<b>Sal</b>	Sal
<b>Boa Vista</b>	Boa Vista
<b>Maio</b>	Maio
<b>Santiago</b>	Tarrafal Santa Catarina Santa Cruz Praia S. Domingos S. Miguel S. Salvador do Mundo S. Lourenço dos Órgãos Ribeira Grande de Santiago Mosteiros
<b>Fogo</b>	S. Filipe Santa Catarina do Fogo
<b>Brava</b>	Brava
<b>Cidade Capital</b>	Praia
<b>População residente (2021)</b>	491 233
<b>Língua Oficial</b>	Português
<b>Língua Nacional</b>	Crioulo (Cabo-verdiano)
<b>Moeda</b>	Escudo Cabo-Verdiano (ECV)



## O TERRITÓRIO DE CABO VERDE

Cabo Verde é um pequeno país arquipelágico, formado por dez ilhas - Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava - e cinco<sup>1</sup> principais ilhéus (Branco, Raso, Luís Carneiro, Grande e de Cima), totalizando uma superfície aproximada de 4.033 km<sup>2</sup>. Está situado entre os paralelos 14° 23' e 17° 12' de latitude Norte, e os meridianos 22° 40' e 25° 22' a Oeste de Greenwich.

Ilhas atlânticas, de origem vulcânica, Cabo Verde dista cerca de 500 km do promontório de Cabo Verde no Senegal, de onde lhe adveio o nome. Em termos geomorfológicos, compõe-se, essencialmente, de dois grupos de ilhas: um formado por ilhas montanhosas (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Santiago, Fogo e Brava), onde predominam as paisagens montanhosas e relevos bastante acidentados, com altitudes que alcançam até 2.829 metros, e um outro grupo constituído por ilhas planas (Sal, Boa Vista e Maio), caracterizadas pela quase inexistência de relevos montanhosos, onde marcam presença as extensas praias de areia branca, banhadas pelo azul-turquesa do atlântico.

Sendo o ponto mais ocidental do continente africano (17°02'40.9"N 25°21'39.5"W – ilha de Santo Antão), as ilhas do arquipélago de Cabo Verde apresentam-se dispostas em forma de ferradura, e, devido à sua localização geográfica (integra o grupo de países do Sahel), têm um clima árido e semiárido, quente e seco, com temperatura média anual a rondar os 25° C, com fraca pluviosidade. Nelas, podem ser identificadas duas estações, que definem o clima das ilhas: o tempo das brisas (estação seca, de dezembro a junho) e o tempo “das águas” (estação das chuvas, que, normalmente, decorre entre agosto e outubro, sendo o mês de julho o de transição).

Descoberto entre 1460 e 1462 por navegadores ao serviço da coroa portuguesa, o arquipélago esteve sob a soberania de Portugal por um período de 513 anos, (1462-1975), tendo servido de palco de uma grande miscigenação e cruzamento de influências, dando origem a uma cultura, um modo de estar e ser cabo-verdianos.

A 5 de julho de 1975, o país tornou-se independente, e, desde então, tem feito um percurso virado para o desenvolvimento, tendo efetuado diversas conquistas em diferentes frentes, o que lhe permitiu estar hoje colocado entre os Países de Rendimento Médio.

---

<sup>1</sup> Mencionaram-se aqui 5 ilhéus, mas existem outros que, devido a suas menores dimensões, não foram referidos.

## RESUMO EXECUTIVO

No âmbito deste trabalho, foi considerado crianças, todos os indivíduos com idade compreendida entre 0 e 11 anos, e adolescentes todos os indivíduos com idade compreendida entre 12 e 17 anos, conforme o Art.º 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os resultados do V Recenseamento Geral da População e Habitação 2021 (RGPH-21), designado neste trabalho de Censo 2021, indicam que as crianças e adolescentes (população de 0 a 17 anos) correspondem a um efetivo de 165.370 indivíduos, representando 33,7% da população total do país. A população masculina (rapazes) corresponde a um total de 84.124 indivíduos (50,9%) e a feminina (raparigas) a um total de 81.246 indivíduos (49,1%). No meio urbano, residem 121.502 indivíduos, sendo que 50,8% são rapazes e 49,2% são raparigas. No meio rural residem 43.868 indivíduos, sendo que 51,0% são rapazes e 49,0% são raparigas. A maior parte dessa população reside no concelho da Praia (30,1%), seguido de S. Vicente com 12,9% e Santa Catarina com quase 9%. Nos restantes concelhos, as percentagens variam entre 6,9% no Sal e menos de 1% no concelho do Paul.

Importa mencionar que o efetivo desse grupo populacional tem estado a diminuir de 213.108 indivíduos em 2000, para 191.329 em 2010 e 165.370 em 2021, situação que pode estar relacionada com a diminuição da fecundidade no país.

### **Relação de parentesco com o representante do agregado familiar**

Do total de 164.893 crianças e adolescentes que residem nos agregados familiares, 68,6% são filhos ou enteados dos representantes dos agregados. Existem 50.195 crianças e adolescentes que, embora parentes do representante, isto é, seu irmão, neto/bisneto, sobrinho, genro/nora, filho adotivo ou outro tipo de parentesco, não são seus filhos ou enteados. Destes, 40.059 (24,3%) são netos/bisnetos do representante do agregado. Existem ainda 231 crianças e adolescentes que são representantes de agregados familiares (0,1%) e 112 que são cônjuges do representante (0,1%). Estes são sobretudo do sexo feminino, representando 0,3% entre as raparigas e 0,1% entre os rapazes.

### **Tipologia dos agregados familiares com crianças e adolescentes**

Cerca de 36,1% das crianças e adolescentes vivem em agregados conjugais nucleares, ou seja, vivem com ambos os progenitores; 19,9% vivem em agregados conjugais compósitos (para além dos progenitores existem outras pessoas aparentadas ou não nos respetivos agregados); 39,7% vivem apenas com um dos progenitores, sendo que 17,7% vivem em agregados monoparentais nucleares (agregados constituídos pelo representante e pelos filhos e/ou enteados) e 22,0% vivem em agregados monoparentais compósitos (agregados

constituídos pelo representante, pelos filhos e/ou enteados e outras pessoas aparentadas ou não). Existem ainda 4,0% que vivem em agregados não conjugais e 0,1% que vivem em agregados sem relação de parentesco, ou seja, o representante não tem nenhuma relação de parentesco com os restantes membros.

### **Nível de conforto das crianças e adolescentes**

A maioria das crianças e adolescentes vive em agregados com um nível médio de conforto (38,6%), 14,1% vivem em agregados de nível alto de conforto e 3,4% em agregados de nível muito alto de conforto. Pouco menos de metade (cerca de 44%) das crianças e adolescentes vive em agregados com nível de conforto baixo ou muito baixo. A percentagem desse grupo populacional que tem um nível de conforto muito baixo ou baixo é mais elevada no meio rural (18,6% para nível muito baixo e 48,9% para nível baixo no meio rural e 6,9% e 28,5% respetivamente para os dois níveis no meio urbano). De forma contrária, a percentagem dos que têm nível de conforto médio, alto e muito alto é mais elevada no meio urbano (43,5% contra 25,2% no rural para o nível médio, 16,9% contra 6,3% no rural para nível alto e 4,3% contra 1,0% para nível muito alto). A percentagem de crianças e adolescentes que têm o nível de conforto muito baixo é elevada nos concelhos de Santa Cruz (21,7%), Santa Catarina (18,0%), S. Salvador do Mundo (16,2%), S. Miguel (15,8%), Terrafal (14,2%), S. Filipe (13,5%) e Ribeira Grande de Santiago (12,0%).

### **Orfandade/sobrevivência dos pais biológicos/registo de nascimento**

Do total das crianças e adolescentes, 3,6% (5.872 indivíduos) são órfãos de pelo menos um dos progenitores, sendo que 2,4% são órfãos de pai, 0,8% de mãe e 0,3% de mãe e pai.

Cerca de 15,8% das crianças e adolescentes têm a mãe biológica viva, mas não vivem no mesmo agregado e 1,1% não têm/não sabem da sobrevivência da progenitora. Um pouco mais de metade dessa população (51,4%) tem o pai biológico vivo, mas não vivem no mesmo agregado.

Existe um total de 2.015 crianças e adolescentes que não são registadas ou o representante informou que não sabe, correspondendo a 1,2% do total desse grupo populacional, sem diferenças entre os sexos.

### **Caraterísticas dos representantes dos agregados familiares com crianças e adolescentes**

O Censo 2021 apontou um total de 86.122 agregados familiares com crianças e adolescentes. Destes, 32.329 são representados por homens (37,5%) e 53.793 são representados por mulheres (62,5%).

A maioria dos representantes desses agregados possui o nível Básico de instrução (46,1%), enquanto 23,3% possuem o nível Secundário, 10,3% a Licenciatura e 10,7% não possuem nenhum nível de instrução.

Um pouco mais de dois terços desses representantes trabalham (69,9%), 25,9% são inativos e 4,2% são desempregados. A maioria dos que trabalham exerce profissões classificadas como elementares (23,1%). Cerca de 23% trabalham como pessoal de serviço e vendedores (22,6%), 14,3% são operários, artífices e trabalhadores similares, 10,3% são especialistas de atividades intelectuais e científicas e 8,8% são agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura pesca e da floresta.

### **Acesso às Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)**

Em 2021, 39,0% das crianças e adolescentes de 10 a 17 anos possuíam um telemóvel, com percentagem mais elevada no meio urbano (41,8% e 31,5% no meio rural).

Cerca de 28,4% utilizaram um computador nos últimos três meses anteriores ao Censo, com diferenças importantes por meio de residência (31,8% no meio urbano e 19,6% no rural) e, mais de metade utilizaram a internet nos últimos três meses anteriores ao Censo (53,3%), sendo que essa percentagem corresponde a 57,0% no meio urbano e 43,6% no rural.

### **Caraterísticas dos agregados familiares com crianças e adolescentes**

Um pouco mais de 2/3 de crianças e adolescentes residentes nos agregados familiares habitam em alojamentos de tipo moradia independente (67,3%), 30,5% em apartamentos, 2,0% em barracas/contentores/casa de bidão e 0,1% são agregados familiares num alojamento coletivo, com diferenças significativas entre o meio urbano e rural, sobretudo no que se refere às barracas, em que essa percentagem corresponde a 2,4% no meio urbano e 0,9% no meio rural.

Do total dos agregados familiares com crianças e adolescentes, 60.450 habitam em alojamentos com ligação à rede pública de distribuição de água (70,2%), e 25.672 correspondente a 29,8%, habitam em alojamentos sem ligação à rede pública de água. Existem diferenças importantes entre os dois meios de residência, sobretudo no que se refere aos agregados familiares que habitam em alojamentos sem ligação à rede pública de água, com valor relativamente mais elevado no meio rural (42,4% contra 25,7% no meio urbano).

Cerca de 91,8% destes agregados têm acesso à eletricidade nos alojamentos onde habitam, com valor mais elevado no meio urbano (93,4% contra 86,7% no meio rural). Os agregados familiares sem acesso à eletricidade nos alojamentos onde habitam, correspondem a 8,2% a nível nacional, 13,3% no meio rural e 6,6% no meio urbano.

Do total dos agregados familiares com crianças e adolescentes, 82,7% possuem sanitas nos alojamentos onde habitam (46,8% possuem sanita com autoclismo e 35,9% possuem sanita sem autoclismo), um pouco mais de 17% não possui nem sanita e nem latrina nos alojamentos onde habitam, e 0,2% possuem latrina.

A nível nacional, 78,1% destes agregados utilizam o gás como principal fonte de energia para a preparação dos alimentos, 21,0% utilizam a lenha/carvão, 1,0% a eletricidade/outro e 0,3% não preparam os alimentos nos alojamentos onde habitam. O gás é mais utilizado no meio urbano (90%) do que no rural (41,8%), onde mais de metade desses agregados utilizam a lenha/carvão como principal fonte de energia para a preparação dos alimentos (57,2%).

### **Crianças e adolescentes segundo a frequência escolar**

Dentre as crianças e adolescentes com idade compreendida entre 4 e 17 anos, 91,5% estavam a frequentar um estabelecimento de ensino (público ou privado) no momento do Censo, enquanto 4,3% nunca frequentaram um estabelecimento de ensino, e 4,1% frequentaram-no alguma vez no passado. A maioria das crianças e adolescentes que se encontra fora do sistema do ensino é do sexo masculino (56,9% contra 43,1% para o sexo feminino).

### **Trabalho das crianças e adolescentes**

Entre as 73.211 crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, 1.934 (2,6%) encontravam-se a trabalhar no momento do Censo, 275 (0,4%) estavam desempregados, e 71.002 (97%) eram inativos. No meio rural, a percentagem de crianças e adolescentes que estavam a trabalhar é mais elevada que no meio urbano (5,1% no rural e 1,7% no urbano).

Entre as crianças e adolescentes que estavam a trabalhar no momento do Censo, 1.487 são rapazes, correspondente a 76,9% e 447 são raparigas, correspondente a 23,1%.

A maioria das crianças e adolescentes de 10 a 17 anos ocupados, exerce como principal ocupação as profissões elementares (lavadores de carro, ajudantes de pedreiro, empregadas domésticas, limpeza etc.) (70,9%). Cerca de 12,7% são operários, artífices e trabalhadores similares, 10,7% trabalham como pessoal de serviço e vendedores e, os agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e floresta, representam 4,7%. Mais de metade desse grupo populacional trabalha no sector primário (51,0%), 27,2% trabalham no sector terciário e 21,8% no sector secundário.

### **Crianças e adolescentes com deficiência**

As crianças e adolescentes de 5 a 17 anos com deficiência, correspondem a um total de 6.054 indivíduos, sendo 3.014 do sexo masculino (49,8%) e 3.040 do sexo feminino (50,2%).

O efetivo total dessa população caracterizada na análise, corresponde a 5,1% do total das crianças e adolescentes com 5 a 17 anos, e a 12,8% da população total com deficiência em Cabo Verde, o que constitui uma situação preocupante, tendo em conta que, para muitas crianças e adolescentes, a presença de uma deficiência pode dificultar a realização de atividades que são essenciais para o seu normal desenvolvimento.

Um pouco mais de um quarto dessa população reside na Praia (28,4%). Essa percentagem corresponde a 16,8% em S. Vicente, 8,0% em Santa Catarina, 6,5% no Sal e 6,2% em Santa Cruz.

A visão (dificuldade em ver mesmo usando óculos ou lentes de contato) é uma deficiência que afeta quase dois terços dessas crianças e adolescentes (61,5%). A segunda maior deficiência é a cognição (ou seja, dificuldade em lembrar-se das coisas fazendo uso de memória, ou de se concentrar - uso de capacidade mental para realizar certas tarefas como ler, calcular ou aprender certas coisas), que afeta 21,2% desse grupo populacional.

A audição (dificuldade em ouvir mesmo usando um aparelho auditivo) afeta 15,5% dessas crianças e adolescentes, a comunicação (troca de ideias ou informações entre pessoas através de linguagens de voz, gestos, sinais ou escrita) corresponde a 11,7%, a mobilidade (dificuldade em andar distancias curtas, em andar, independentemente de distância sem parar para descansar ou dificuldade em subir ou descer escadas) corresponde a 9,2% e o autocuidado (dificuldade em cuidar de si mesmo, como tomar banho ou vestir-se sozinho), afeta 8,6% de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos com deficiência.

### **Crianças e adolescentes segundo o estado civil**

Entre os 53.763 indivíduos de 12 a 17 anos, 871 (1,6%) corresponde à população “não solteira”, ou seja, aquele cujo estado civil pertence à categoria de união de facto (765 indivíduos) ou separada (106 indivíduos, que já interromperam a união). O efetivo desse grupo populacional tem idade compreendida entre 15 e 17 anos.

As crianças e adolescentes não solteiras são maioritariamente constituídos por raparigas (619 indivíduos), sendo que 550 se encontram em união de fato e 69 estão separados, ou seja, já interromperam a união. Os rapazes correspondem a um efetivo de 252 indivíduos, sendo que 215 se encontram em união e 37 estão separados.

**ÍNDICES**

PREFÁCIO .....	4
SIGLAS E ABREVIATURAS .....	6
APRESENTAÇÃO DO PAÍS .....	8
RESUMO EXECUTIVO .....	10
TABELAS .....	18
GRÁFICOS .....	22
INTRODUÇÃO .....	23
1 CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO NACIONAL .....	25
1.1 CONTEXTO POLÍTICO, JURÍDICO E INSTITUCIONAL .....	25
1.1.1 Principais acordos/convenções/tratados assinados por Cabo Verde .....	25
1.1.2 Legislações nacionais .....	26
1.1.3 Instituições que trabalham na gestão da problemática das crianças e adolescentes em Cabo Verde .....	28
1.1.4 Medidas programáticas .....	30
1.2 CONTEXTO FAMILIAR E SOCIAL .....	32
1.2.1 Ambiente familiar .....	32
1.2.2 Aspetos socioculturais e económicos .....	33
2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS .....	37
2.1 VARIÁVEIS QUE PERMITEM ANALISAR O TEMA .....	37
2.2 DEFINIÇÃO DE CONCEITOS E INDICADORES .....	38
2.3 VERIFICAÇÃO E IMPUTAÇÃO DE DADOS .....	44
3 CARATERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES .....	46
3.1 VOLUME E REPARTIÇÃO ESPACIAL POR SEXO .....	46
3.2 EVOLUÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTRE 2000 E 2021 .....	47
3.2.1 Evolução por sexo .....	47
3.2.2 Evolução por concelho .....	48
3.3 PROPORÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA POPULAÇÃO TOTAL POR MEIO DE RESIDÊNCIA E CONCELHO .....	49
3.4 ESTRUTURA POR SEXO E IDADE .....	51
4 CONTEXTO FAMILIAR DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES .....	53
4.1 RELAÇÃO DE PARENTESCO COM O REPRESENTANTE DO AGREGADO FAMILIAR .....	53
4.2 CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS DIVERSOS TIPOS DE AGREGADOS FAMILIARES .....	57
4.3 NÍVEL DE CONFORTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES .....	60
4.4 ORFANIDADE E SOBREVIVÊNCIA DOS PAIS BIOLÓGICOS .....	63
4.4.1 Situação perante a orfandade .....	63
4.4.2 Sobrevivência dos pais biológicos / convivência com os mesmos .....	65
4.5 REGISTO DE NASCIMENTO .....	68

4.6	CARACTERÍSTICAS DOS REPRESENTANTES DOS AGREGADOS FAMILIARES COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	70
4.6.1	Caraterísticas demográficas (sexo e idade).....	70
4.6.2	Nível de instrução.....	72
4.6.3	Principal meio de vida.....	72
4.6.4	Situação perante a atividade económica.....	73
4.6.5	Ocupação principal (profissão).....	74
5	ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	76
5.1	ACESSO AO EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO.....	76
5.2	ACESSO AO EQUIPAMENTO INFORMÁTICO (COMPUTADOR) E À INTERNET ...	77
6	CARACTERÍSTICAS DOS AGREGADOS FAMILIARES COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	80
6.1	TIPO DE ALOJAMENTO FAMILIAR.....	80
6.2	ACESSO A LIGAÇÃO À REDE PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA.....	81
6.3	ACESSO À ELETRICIDADE.....	83
6.4	ACESSO A INSTALAÇÕES SANITÁRIAS.....	84
6.5	PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA PARA COZINHAR.....	85
6.6	NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR AGREGADO FAMILIAR E INDICADORES DE OCUPAÇÃO.....	88
6.6.1	Indicadores de ocupação.....	91
7	CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CIRCUNSTÂNCIAS DIFÍCEIS.....	92
7.1	O ACESSO À EDUCAÇÃO.....	92
7.1.1	Frequência escolar.....	92
7.1.2	Repartição espacial da população residente de 4 a 17 anos que se encontra fora do sistema do ensino.....	94
7.1.3	Repartição da população residente de 4 a 17 anos que se encontra fora do sistema de ensino, segundo os grupos etários.....	95
7.2	TRABALHO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	97
7.2.1	Situação perante a atividade económica.....	97
7.2.2	Repartição espacial da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada	98
7.2.3	População residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo os grupos etários.....	100
7.2.4	População residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo o nível de instrução	101
7.2.5	População residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo a frequência escolar.....	102
7.2.6	População residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo a ocupação principal e o sector de atividade.....	103
7.3	CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 5 A 17 ANOS, COM DEFICIÊNCIA.....	105

7.3.1	Volume e repartição segundo o sexo por meio de residência .....	106
7.3.2	Repartição segundo o concelho .....	107
7.3.3	Domínios de deficiência .....	107
7.3.4	Frequência escolar .....	108
7.4	ADOLESCENTES DE 12 A 17 ANOS SEGUNDO O ESTADO CIVIL .....	110
7.4.1	Estrutura por sexo e idade dos adolescentes “não solteiros” .....	111
7.4.2	Adolescentes “não solteiros” segundo a frequência escolar .....	111
7.4.3	Principal meio de vida dos adolescentes “não solteiros” .....	112
A	ANEXOS .....	115
	BIBLIOGRAFIA .....	127

**TABELAS**

Tabela 1 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo o sexo, por meio de residência, Cabo Verde, 2021 .....	46
Tabela 2 - Evolução da população residente de 0 a 17 anos, segundo o sexo, por ano, Cabo Verde, 2000, 2010 e 2021 .....	47
Tabela 3 - Evolução da população residente de 0 a 17 anos, segundo o concelho, Cabo Verde, 2010 e 2021.....	48
Tabela 4 - Proporção da população residente de 0 a 17 anos em relação à população total, segundo o sexo e meio de residência (%), Cabo Verde, 2021.....	49
Tabela 5 - Proporção da população residente de 0 a 17 anos, segundo o concelho, por sexo, Cabo Verde, 2021 .....	50
Tabela 6 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo a idade, por sexo e razão de feminilidade (RF), Cabo Verde, 2021.....	51
Tabela 7 - Repartição da população residente nos agregados familiares de 0 a 17 anos, segundo a relação de parentesco com o representante do agregado e sexo, por meio de residência, Cabo Verde, 2021 .....	54
Tabela 8 - Repartição da população residente nos agregados familiares de 0 a 17 anos, segundo os grupos etários e sexo, por relação de parentesco com o representante do agregado, Cabo Verde, 2021 .....	56
Tabela 9 - Repartição da população residente nos agregados familiares de 0 a 17 anos, segundo a tipologia do agregado familiar, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	59
Tabela 10 - Repartição da população residente nos agregados familiares de 0 a 17 anos, segundo o nível de conforto, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	62
Tabela 11 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo a situação perante a orfandade, por sexo, Cabo Verde, 2021 .....	63
Tabela 12 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo o sexo, por situação perante a orfandade, Cabo Verde, 2021.....	64
Tabela 13 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo a situação perante a orfandade, por meio de residência, Cabo Verde, 2021 .....	65
Tabela 14 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo a sobrevivência de um dos progenitores/convivência com os mesmos, por sexo, Cabo Verde, 2021 .....	65
Tabela 15 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo a sobrevivência de um dos progenitores/convivência com os mesmos, por idade, Cabo Verde, 2021 .....	67
Tabela 16 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo a situação perante o registo de nascimento, por meio de residência e sexo, Cabo Verde, 2021 .....	68
Tabela 17 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo a idade e sexo, por situação perante o registo de nascimento e proporção sem registo de nascimento, Cabo Verde, 2021.....	69
Tabela 18 - Repartição dos representantes dos agregados familiares com crianças e adolescentes, segundo os grupos etários, por sexo, Cabo Verde, 2021 .....	70

Tabela 19 - Repartição dos representantes dos agregados familiares com crianças e adolescentes, segundo o sexo, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	71
Tabela 20 - Repartição dos representantes dos agregados familiares com crianças e adolescentes, segundo o nível de instrução, por sexo, Cabo Verde, 2021 .....	72
Tabela 21 - Repartição dos representantes dos agregados familiares com crianças e adolescentes, segundo o principal meio de vida, por sexo, Cabo Verde, 2021 .....	73
Tabela 22 - Repartição dos representantes dos agregados familiares com crianças e adolescentes, segundo o sexo, por situação perante a atividade económica, Cabo Verde, 2021 .....	74
Tabela 23 - Repartição dos representantes dos agregados familiares com crianças e adolescentes que trabalham, segundo a profissão, por sexo, Cabo Verde, 2021 .....	75
Tabela 24 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos, segundo a posse de telemóvel, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	76
Tabela 25 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos, segundo a utilização de computador nos últimos 3 meses, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	77
Tabela 26 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos, segundo a utilização de internet nos últimos três meses, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	78
Tabela 27 - Repartição da população de 0 a 17 anos residente nos agregados familiares, segundo o tipo de alojamento familiar, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	81
Tabela 28 - Repartição dos agregados familiares com crianças e adolescentes, segundo a existência e tipo de instalação sanitária nos alojamentos, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	84
Tabela 29 - Repartição dos agregados familiares com crianças e adolescentes, segundo a principal fonte de energia .....	87
Tabela 30 - Repartição dos agregados familiares, segundo o número de crianças e adolescentes, por meio de residência .....	90
Tabela 31 - Indicadores de ocupação dos agregados familiares com crianças e adolescentes, por meio de residência, Cabo Verde, 2021 .....	91
Tabela 32 - Repartição da população residente de 4 a 17 anos, segundo a frequência escolar, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	93
Tabela 33 - Repartição da população residente de 4 a 17 anos que se encontra fora do sistema de ensino, segundo o sexo, por meio de residência, Cabo Verde, 2021 .....	94
Tabela 34 - Repartição da população residente de 4 a 17 anos que se encontra fora do sistema de ensino, segundo os grupos etários, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	96
Tabela 35 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos, segundo a situação perante a atividade económica, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	98
Tabela 36 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo o sexo, por meio de residência, Cabo Verde, 2021 .....	99
Tabela 37 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo os grupos etários, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	101

Tabela 38 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo a frequência escolar, por sexo, Cabo Verde, 2021 .....	103
Tabela 39 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo a ocupação principal, por sexo, Cabo Verde, 2021 .....	103
Tabela 40 - Repartição da população residente de 5 a 17 anos com deficiência, segundo o sexo, por meio de residência, Cabo Verde, 2021 .....	106
Tabela 41 - População residente de 5 a 17 anos com deficiência, segundo o sexo, por domínio de deficiência, Cabo Verde, 2021 .....	108
Tabela 42 - Repartição da população residente de 12 a 17 anos, segundo o estado civil e idade, por sexo, Cabo Verde, 2021 .....	110
Tabela 43 - Repartição da população residente de 12 a 17 anos, “não solteira”, segundo a frequência a um estabelecimento de ensino, por estado civil e sexo, Cabo Verde, 2021 .....	112
Tabela 44 - Repartição da população residente de 12 a 17 anos, “não solteira”, segundo o principal meio de vida, por estado civil, Cabo Verde, 2021 .....	113
Tabela 45 - Repartição da população residente de 12-17 anos, “não solteira”, segundo o estado civil, por principal meio de vida e sexo, Cabo Verde, 2021 .....	114
Tabela A 1 - Repartição dos agregados familiares com crianças e adolescentes, segundo o acesso à ligação da rede pública de distribuição de água nos alojamentos, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	115
Tabela A 2 - Repartição dos agregados familiares com crianças e adolescentes, segundo o acesso à eletricidade nos alojamentos, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	116
Tabela A 3 - Repartição da população residente de 4 a 17 anos do sexo masculino que se encontra fora do sistema de ensino, segundo grupos etários, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	117
Tabela A 4 - Repartição da população residente de 4 a 17 anos do sexo feminino que se encontra fora do sistema de ensino, segundo grupos etários, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	118
Tabela A 5 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos do sexo masculino, segundo a situação perante a atividade económica, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	119
Tabela A 6 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos do sexo feminino, segundo a situação perante a atividade económica, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	120
Tabela A 7 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos do sexo masculino economicamente ocupada, segundo grupos etários, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	121

Tabela A 8 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos do sexo feminino economicamente ocupada, segundo grupos etários, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	122
Tabela A 9 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo o nível de instrução, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	123
Tabela A 10 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos empregadas do sexo masculino, segundo nível de instrução, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	124
Tabela A 11 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos empregadas do sexo feminino, segundo o nível de instrução, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	125
Tabela A 12 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos com deficiência, segundo a frequência escolar, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021 .....	126

**GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo o concelho (%), Cabo Verde, 2021 .....	47
Gráfico 2 - Proporção da população residente de 0 a 17 anos, segundo o concelho (%), Cabo Verde, 2021 .....	49
Gráfico 3 - Razão de feminilidade (RF) para a população residente de 0 a 17 anos, por idade simples (%), Cabo Verde, 2021 .....	52
Gráfico 4 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, órfãs, segundo o tipo de orfandade (%), Cabo Verde 2021.....	64
Gráfico 5 - Proporção de população residente de 0 a 17 anos, segundo a sobrevivência de um dos progenitores/convivência com os mesmos, por meio de residência (%), Cabo Verde 202166	
Gráfico 6 - Proporção da população residente de 0 a 17 anos, que vive com a mãe biológica ou com o pai biológico, por idade simples (%), Cabo Verde 2021 .....	67
Gráfico 7 - Agregados familiares com crianças e adolescentes sem ligação à rede pública de distribuição de água nos alojamentos, segundo o concelho (%), Cabo Verde, 2021 .....	82
Gráfico 8 - Agregados familiares com crianças e adolescentes sem acesso à eletricidade nos alojamentos, segundo o concelho (%), Cabo Verde, 2021.....	83
Gráfico 9 - Repartição dos agregados familiares, segundo o número de crianças e adolescentes, por meio de residência (%), Cabo Verde, 2021 .....	88
Gráfico 10 - Repartição da população residente de 4 a 17 anos que se encontra fora do sistema de ensino, segundo o concelho (%), Cabo Verde, 2021 .....	95
Gráfico 11 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo o concelho (%), Cabo Verde, 2021 .....	99
Gráfico 12 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo o nível de instrução, por sexo (%), Cabo Verde, 2021 .....	102
Gráfico 13 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo o sexo, por ocupação principal (%), Cabo Verde, 2021.....	104
Gráfico 14 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo o sector de atividade, por sexo (%), Cabo Verde, 2021 .....	105
Gráfico 15 - Repartição da população residente de 5 a 17 anos com deficiência, segundo o concelho (%), Cabo Verde, 2021 .....	107
Gráfico 16 - População residente de 5 a 17 anos com deficiência, segundo o domínio de deficiência (%), Cabo Verde, 2021.....	108

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a luta pela materialização dos direitos da criança, advogados pela Organização das Nações Unidas através da Convenção dos Direitos da Criança (CDC) em 1989, tem assumido um papel preponderante quer a nível internacional, quer a nível nacional.

Cabo Verde tem assumido os seus compromissos nessa matéria, e, os sucessivos Governos têm alcançado progressos em áreas variadas, incluindo a ratificação e adesão a instrumentos internacionais, como a ratificação da CDC em 1991; do Protocolo Facultativo relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis; do Protocolo Facultativo sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados, e a Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência. Em 2013, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe sobre os direitos, liberdades e garantias fundamentais das crianças e dos adolescentes.

O Instituto Nacional de Estatística (INE), com base nos dados do V Recenseamento Geral da População e Habitação 2021 (RGPH-21), designado neste trabalho de Censo 2021, elaborou o presente tema de análise temática, com o objetivo de aprofundar algumas questões relacionadas com as crianças e adolescentes em Cabo Verde. Pretende-se especificamente, por à disposição do Governo e dos diferentes utilizadores de dados, um conjunto de informações importantes para apoiar na implementação de políticas públicas, considerando as Agendas nacionais e internacionais, nomeadamente o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) II (em fase de elaboração), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030, e a Agenda Africana 2063.

Este trabalho abrange toda a população residente nos agregados familiares e alojamentos coletivos, de ambos os sexos, com idade compreendida entre 0 e 17 anos. Revela-se de grande importância porque:

- apoiará as autarquias locais, as instituições e organizações defensoras dos direitos das crianças e adolescentes na identificação de problemas e atualização de informações para as ações no âmbito do desenvolvimento de políticas sociais;
- fornecerá informações sobre alguns indicadores dos ODS;
- proporcionará aos cidadãos em geral informações pertinentes de modo a criar uma sociedade civil mais informada a respeito da situação da criança em Cabo Verde e, conseqüentemente, mais participativa na defesa dos seus direitos.

A análise é efetuada com base nos efetivos por idade simples e alguns grupos etários considerados pertinentes para elaboração de políticas e programas relacionados com o desenvolvimento das crianças e adolescentes em Cabo Verde. No que se refere à análise

da educação, são considerados os grupos dos 0-3 anos para a frequência das creches e jardins infantis; o grupo dos 4-5 anos para a frequência do pré-escolar; 6-11 anos para a frequência do Ensino Básico, apesar de não estar regulamentada a idade limite do término da obrigatoriedade da frequência deste nível de ensino; e o grupo dos 12-17 e 15-17 anos para a frequência do Ensino Secundário. Para analisar o trabalho das crianças e adolescentes, foram considerados os grupos dos 10-11 anos, 12-17 e 15-17 anos. Apesar da legislação laboral proibir a contratação de menores de catorze anos, esta questão foi formulada a todos os indivíduos de 10 anos ou mais, a fim de permitir avaliar a incidência do trabalho das crianças e adolescentes com idade de escolaridade obrigatória, situação punível no quadro da legislação vigente. Para caracterização das adolescentes em união (casadas ou em união de fato), foram considerados a população de 12 a 17 anos por idade simples.

Este documento compreende sete (7) capítulos para além do prefácio, do resumo executivo, da introdução, da bibliografia e do anexo.

- Inicia-se com uma descrição das crianças e adolescentes no contexto nacional;
- O segundo capítulo refere-se às considerações metodológicas;
- No terceiro capítulo faz-se uma caracterização demográfica das crianças e adolescentes;
- O quarto capítulo analisa o contexto familiar das crianças e adolescentes e descreve o perfil dos agregados familiares em que as crianças e adolescentes estão inseridos, tendo em conta a dimensão e composição, bem como a orfandade e a sobrevivência/convivência com os pais biológicos;
- O quinto analisa o acesso das crianças e adolescentes às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);
- O sexto capítulo analisa as características dos agregados familiares com crianças e adolescentes, nomeadamente o tipo de alojamento, o acesso à ligação à rede pública de distribuição de água, o acesso à eletricidade e às instalações sanitárias;
- O sétimo analisa as crianças e adolescentes em circunstâncias difíceis. Analisa-se o perfil dos que estão fora do sistema de ensino; o perfil dos que trabalham, dos que se encontram em união e daqueles com deficiência.

Os resultados são apresentados a nível nacional, urbano/rural e concelho. Quando os dados o permitirem, será feita uma análise comparativa com os resultados dos censos anteriores.

## **1 CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO NACIONAL**

Em Cabo Verde, a situação socioeconómica das crianças e adolescentes tem constituído uma grande preocupação e desafios dos sucessivos Governos. Passados todos esses anos, pode-se constatar que tanto o quadro político legislativo como a moldura institucional evoluíram muito e os ganhos relativos aos direitos das crianças e adolescentes, em diversos domínios, são inegáveis (CDC, 2017; pg.8). Todavia, novos desafios não deixam de surgir devido à exclusão que advém não só de deficiente aplicação destes direitos, mas também por deixar transparecer a necessidade da adequação e organização dos serviços com responsabilidade no atendimento às crianças e adolescentes (INE, 2002, pg. 6).

Este capítulo apresenta os diferentes contextos que permitem melhor compreender a situação das crianças e adolescentes em Cabo Verde, particularmente nas vertentes familiar e social, político, jurídico e institucional.

### **1.1 CONTEXTO POLÍTICO, JURÍDICO E INSTITUCIONAL**

#### **1.1.1 Principais acordos/convenções/tratados assinados por Cabo Verde**

No plano internacional, Cabo Verde assinou e retificou vários acordos, convenções e tratados que corporizam normas sobre a proteção e garantia de efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, como também constituem compromissos internacionais de relevante valor nas reformas legislativas, institucionais, conceção e execução de políticas nacionais orientadas para as crianças e adolescentes, nomeadamente:

- A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, no seu artigo 8º estipula que os Estados Partes se comprometem a respeitar o direito da criança e a preservar a sua identidade, incluindo a nacionalidade, o nome e as relações familiares nos termos da lei;
- A Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança, assinada em 26 de fevereiro de 1992. Na primeira parte versa sobre os direitos e deveres da criança e, na segunda parte, estipula a criação e organização de um Comité sobre os Direitos e Bem-Estar da criança junto da Organização da Unidade Africana (Resolução nº 32/IV/93 de 19 de julho da Assembleia Nacional);
- As Convenções 182 e 183 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Ação Imediata para a Eliminação das Piores Formas do Trabalho Infantil e, sobre a

- idade mínima de admissão ao emprego (Decreto-Lei nº 5/2001 de 30 de julho e Resolução nº 157/VI/2006 de 2 de janeiro da Assembleia Nacional);
- O Protocolo Facultativo à Convenção sobre o Direito da Criança relativo à Venda de Crianças, Prostituição e Pornografia Infantis (Resolução nº 39/VI/2002 de 29 de abril da Assembleia Nacional);
  - O Protocolo Facultativo à Convenção sobre o Direito da Criança relativo à Participação das Crianças nos Conflitos Armados (Resolução nº 40/VI/2002 de 29 de abril, Assembleia Nacional);
  - A Convenção sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, que versa no seu artigo 7º sobre crianças deficientes (Resolução nº 148/VII/2010, de 24 de janeiro, Assembleia Nacional);
  - A Declaração sobre os ODS. As preocupações do Governo no processo de conceção e implementação de estratégias para lançar as bases do desenvolvimento sustentável de Cabo Verde foram incorporadas no documento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017-2021 (PEDS).

### 1.1.2 Legislações nacionais

A nível nacional, vários textos legislativos, integrando as normativas internacionais, com vista à melhoria do quadro legal e condições de vida das crianças e adolescentes foram adotadas, nomeadamente nas áreas da educação, trabalho infantil, proteção contra o abuso e exploração sexual.

- **A Constituição da República de Cabo Verde (4ª edição de 2010)**

É o primeiro instrumento jurídico que garante a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, sendo as suas infrações consideradas crimes graves e punidas legalmente. O seu artigo 74º (direito da criança), aponta nomeadamente para os seguintes direitos:

- direito à proteção da família, da sociedade e dos poderes públicos, com vista ao seu desenvolvimento integral;
- direito a especial proteção em caso de doença, orfandade, abandono e privação de um ambiente familiar equilibrado;
- direito a especial proteção contra qualquer forma de discriminação e de opressão; ao exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições a que estejam confiadas; à exploração do trabalho infantil; ao abuso e exploração sexual;
- Proibição ao trabalho infantil.

○ **Outras legislações nacionais**

Lei nº 50/VIII/2013, de 26 de dezembro que aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), visa promover, proteger e restituir os direitos inerentes à criança e adolescente, garantindo-lhes o seu desenvolvimento integral e a construção da sua plena autonomia pessoal e cidadã, de acordo com o estabelecido e atribuído pela Constituição, pelos tratados internacionais de que Cabo Verde é parte e pelas demais Leis da República (art. 3º). No artigo 4º do presente Estatuto, define-se os conceitos de Criança e do Adolescente, que são utilizados no presente trabalho.

Código Civil de Cabo Verde, que define as disposições relativas ao direito da família. O seu artigo 1567º, alínea a, define impedimentos dirimentes, obstando ao casamento da pessoa a quem tiver idade inferior a 16 anos.

Decreto Legislativo nº 2/2006, de 27 de novembro, que regula as medidas tutelares socioeducativas a menores quando, tendo completado 12 anos, antes de perfazerem dezasseis anos;

Decreto Legislativo nº 13/2018 de 7 de dezembro (com alterações à Lei nº 103/III/90, de 29 de dezembro, que define os princípios fundamentais da organização e funcionamento do sistema educativo, considerando o EBI como ensino básico universal e obrigatório com um ciclo de seis anos de duração e fixa os seis anos como idade para o ingresso no sistema, sem, contudo, definir a idade limite da obrigatoriedade da frequência;

Lei nº 113/V/99, de 18 de outubro e pelo Decreto Legislativo nº2/2010, de 7 de maio, que trouxe inovações com o maior alcance no que se refere aos princípios, objetivos, organização e funcionamento do sistema educativo cabo-verdiano. Com a alteração, consagra-se entre outras, a universalidade da educação pré-escolar; assume-se a gratuidade do Ensino Básico e o seu alargamento para 8 anos com dois ciclos de 4 anos cada; o Ensino Secundário passa a ter um ciclo único de 4 anos (do 9º ao 12º ano);

Portaria nº 27/2018, de 8 de agosto, aprova o Regulamento que define o processo de concessão de gratuidade na inscrição e frequência em estabelecimentos públicos e privados de educação pré-escolar, de ensino básico, secundário e superior e de formação profissional para pessoas com deficiência.

Decreto Legislativo nº 5/2007, de 16 de outubro, aprova o Código Laboral Cabo-verdiano, também aplicável ao trabalho de menores nos seus artigos 261º a 269º, sobre a idade, tarefas domésticas agrícolas, forma, duração do trabalho, condições de prestação de trabalho entre outros;

Resolução nº 43/2014 de 2 de junho, aprova o Plano de Ação para a Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil, que, na primeira parte, define o trabalho infantil, e, na segunda parte apresenta o contexto nacional do trabalho infantil.

Lei nº 113/VIII/2016, de 10 de março, aprova nos termos do artigo 5º, a Lista Nacional do Trabalho Infantil Perigoso (TIP) e regula a sua aplicação. A Lei aplica-se a todas as crianças e adolescentes menores de 16 anos.

Quanto à proteção contra o abuso e exploração sexual, destaca-se o Decreto Legislativo nº 4/2015, de 11 de novembro, (altera o Código Penal aprovado pelo Decreto-Legislativo nº4/2003 de 18 de novembro), que entrou em vigor em 12 de dezembro de 2015. As alterações aprovadas mantiveram os tipos penais relacionados com os crimes sexuais, e foram acrescentados três novos tipos, especificamente: o Artigo 145º A – Recurso a prostituição de menores; Artigo 147º A – Atentado ao pudor e 152º A – Procriação artificial consentida.

### **1.1.3 Instituições que trabalham na gestão da problemática das crianças e adolescentes em Cabo Verde**

Várias instituições nacionais e internacionais (governamentais, ONG e parceiros técnicos e financeiros) têm trabalhado, de mãos dadas, na proteção e bem-estar das crianças e adolescentes em Cabo Verde.

- **Instituições Governamentais**
- O Ministério da Família e Inclusão Social, que tem como missão, entre outras, desenvolver uma política da família potenciadora da criação do emprego decente, que assegura o acesso aos bens sociais básicos, como a saúde, educação, água, energia, habitação, alimentação e formação técnico profissional;
- O Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA), criado em 2006, em substituição do Instituto Cabo-verdiano de Menores (ICM), foi um passo importante em matéria de melhoria institucional. Ele é a instituição mandatada para a promoção e consolidação da política social de proteção integral dos direitos da criança e do adolescente. O ICCA mantém parcerias intersectoriais com várias instituições, entre

as quais: (i) o Ministério da Educação e Desporto; (ii) as Câmaras Municipais que intervêm principalmente no atendimento ao pré-escolar; (iii) o Ministério da Saúde; (iv) a Polícia Nacional e Judiciária; (v) os Tribunais e a Procuradoria da República; (vi) as Organizações da Sociedade Civil e entidades privadas;

- O Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), que intervém na formação profissional;
- A Direção Geral do Trabalho (DGT), que intervém na regulamentação do trabalho de menores e a sua aplicação.
  
- **Organizações Não Governamentais e da Sociedade Civil**

As Organizações Não Governamentais (ONG's) figuram como principais parceiros, a nível descentralizado e local, no que respeita à sensibilização, diálogo, defesa e denúncia de situações que fragilizam os direitos da criança e do adolescente, cooperando com o ICCA na implementação de diversos programas de intervenção, nomeadamente nos momentos de elaboração do diagnóstico da situação e no processo de planificação.

A maioria destas organizações focaliza os seus serviços em apoio socio-assistencial em regime aberto (CDC, 2017, p.9). De destacar:

- A Associação de crianças desfavorecidas (ACRIDES)<sup>2</sup>;
- A Associação das famílias e Amigos das Crianças com Paralisia Cerebral (Acarinhar)<sup>3</sup>; Fundação Infância Feliz (FIF)<sup>4</sup>;
- A Cáritas Cabo-verdiana<sup>5</sup>, que é o organismo Nacional Oficial da Pastoral Social da Igreja Católica de Cabo Verde, destinado a promover, através da caridade cristã, a assistência e a promoção integral dos menos desfavorecidos;
- A Associação Juvenil Ponte<sup>6</sup>, que é uma Instituição Particular de Solidariedade Social;
- A Associação cabo-verdiana de surdos (ACS)<sup>7</sup> que sucede à Associação de Apoio e Desenvolvimento e Integração da Criança com Deficiência, e tem como objetivo a defesa e promoção dos direitos de Pessoa Surdas de todas as idades - crianças, jovens e adultos;
- O Centro Irmãos Unidos;

---

<sup>2</sup> <http://www.caboverde-info.com/esp/Sociedade/Sociedade-Civil/ONG-s/ACRIDES-Associacao-de-Crianças-Desfavorecidas>

<sup>3</sup> <http://www.acarinhar.org.cv/index.php/componentes/componente-artigos/2013-08-09-10-57-40/quem-somos>

<sup>4</sup> <http://www.infanciafeliz.org.cv>

<sup>5</sup> <https://www.caritas.org/where-caritas-work/africa/cape-verde/>

<sup>6</sup> <https://www.facebook.com/associacaojuvenilponte/>

<sup>7</sup> <http://acsurdos.blogspot.com>

- A Rede Nacional da Campanha Educação para todos (RNCEPT-CV)<sup>8</sup>, tem como objetivo realizar ações de advocacia junto do Governo, Sociedade Civil, sectores públicos e privados, para que a educação básica de qualidade seja acessível e usufruída por todos os cidadãos.
- A ONG Aldeia SOS<sup>9</sup>, que tem por objetivo o acolhimento de crianças sem cuidados parentais ou em risco de os perder e proporcionar cuidados a longo prazo;
- A Associação Colmeia – associação de pais e amigos de crianças e jovens com necessidades especiais;
- A Liga nazarena de solidariedade;
- A Associação dos deficientes visuais de Cabo Verde (ADEVIC);
- A Associação cabo-verdiana de Pessoas com Deficiência (ACD);
- A VERDEFAM - associação cabo-verdiana para proteção da família;
- O Centro Sócio Educativo “Orlando Pantera”, que visa promover a reinserção social das crianças e adolescentes em conflito com a lei.

#### 1.1.4. Medidas programáticas

Paralelamente aos dispositivos políticos, jurídicos e constitucionais, medidas de políticas, planos e programas são empreendidas, no plano institucional, pelos poderes públicos, com vista a erradicar/mitigar certos problemas que afetam as crianças e adolescentes, em vários domínios, nomeadamente a educação, a saúde e o trabalho infantil. Entre estas medidas podem-se citar as seguintes:

- **Plano de Ação Nacional de Prevenção e Combate à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes 2022-2024**

O ICCA, com apoio da UNICEF, elaborou e apresentou o Plano de Ação Nacional de Prevenção e Combate à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes 2022-2024, cuja execução inicia em julho de 2022.

O plano prevê, entre outras medidas, a criação de um sistema de notificação obrigatória, o reforço da rede de atendimento e o alargamento para os 18 anos dos abusos sexuais como crime público. Com a implementação deste plano, o ICCA “espera que haja uma redução considerável do abuso sexual de crianças em Cabo Verde, e que todas as pessoas estejam realmente engajadas em denunciar, que as escolas falem mais, que as famílias sejam mais sensibilizadas com este problema e que toda a população em geral contribua” (Expresso das Ilhas - jornal online, 2022)<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> <https://www.rnceptcv.org/>

<sup>9</sup> <https://soscaboverde.org.cv>

<sup>10</sup> Jornal “Expresso das ilhas” online, ICCA apresenta “Plano de Ação Nacional de Prevenção e Combate à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes 2022-2024”. Editado em 3 de junho de 2022.

- **Instituído o “Dia Nacional de luta contra o abuso e exploração sexual de menores”**

Aprovado pelo Parlamento cabo-verdiano, o dia 4 de junho foi instituído como “Dia Nacional de luta contra o abuso e exploração sexual de menores”. Com este dia, pretende-se “promover a reflexão, avaliação e tomada de decisões sobre um fenómeno crescente no país e que afeta toda a sociedade” (Parlamento Cabo Verde, 2022)<sup>11</sup>.

- **As crianças e adolescentes foram e continuam sendo o foco privilegiado das políticas e programas de desenvolvimento, particularmente nos domínios da saúde e da educação**

Cabo Verde tem dado sempre uma notória prioridade à educação e à formação, tendo implementado reformas bem-sucedidas no sentido de melhorar, progressivamente, o funcionamento do sistema de ensino e a qualidade dos serviços prestados às crianças, jovens e adultos, por forma a garantir a “liberdade de aprender, de educar e de ensinar” e o “direito de todos à educação” (Plano Estratégico para a Educação 2017-2021, p.14). Assim, entre estas reformas, destaca-se o facto da educação pré-escolar ter passado a ser de frequência obrigatória, sendo a rede desse nível de ensino constituída por jardins de infância públicos e privados.

O governo da IX Legislatura também legislou sobre a isenção de pagamento das propinas (alunos de 7º e 8º anos) por parte das famílias. Já no ensino secundário, as famílias pagam uma propina para a permanência das crianças e adolescentes nas escolas, com diferenciação do pagamento de acordo com as condições socioeconómicas e o número de filhos inscritos no sistema.

A inclusão social é um dos pilares fundamentais no processo de desenvolvimento do nosso país. No que se refere às crianças e adolescentes com deficiência, cabe ao Conselho Nacional para os Direitos das Pessoas com Deficiência promover, coordenar e acompanhar a execução da política nacional em matéria de habilitação, reabilitação e integração das pessoas com deficiência. O Ministério da Educação tem como compromisso impulsionar a transformação do sistema educativo para que se consolide a educação inclusiva, prevendo que todos os alunos possam participar de espaços e processos comuns de ensino e aprendizagem (CDC, 2017, p.27).

Com a implementação de uma Política Nacional de Saúde (PNS), que obedece aos princípios da universalidade e equidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência sanitária, Cabo Verde conseguiu avanços significativos, tendo cumprido a

---

<sup>11</sup> <https://www.Parlamento.cv/tdestaques.aspx?id=170447>. Consultado em 23/05/22, as 14:44

sua missão de promover o bem-estar físico, mental e social das populações e garantir cuidados de saúde a todo o cabo-verdiano (PNS, 2007).

Em termos da saúde das adolescentes, a PNS inclui várias ações de proteção e promoção da sua saúde. Por um lado, no quadro do compromisso do Estado com o acesso universal ao planeamento familiar e serviços de saúde sexual e reprodutiva e direitos reprodutivos, por outro lado, tendo em conta os riscos de saúde que as jovens mães estão sujeitas (CDC, 2017, p.25). É assim que se observa uma evolução positiva de alguns indicadores de saúde, através do Programa Nacional de Saúde Reprodutiva (PNSR), que presta uma atenção especial às adolescentes dos 15-19 anos sobre IST/VIH/SIDA, aconselhamento em preceção e gravidez, contraceção e prevenção das gravidezes precoces e não desejadas, abortos e suas complicações, pré-natal e planeamento familiar etc.

O ECA, no seu artigo 43º, numa perspetiva de construção da plena autonomia das crianças/adolescentes, destaca a responsabilidade das famílias, instituições e políticas em termos de direito de acesso à informação/educação sobre saúde sexual e reprodutiva, que permite um pleno desenvolvimento, uma conduta sexual responsável e uma maternidade e paternidade responsáveis, sãs, voluntárias e sem risco.

No quadro do registo civil, o Governo de Cabo Verde (Ministério da Justiça em parceria com os Registos Notariados e Identificação e o Ministério da Saúde) com o apoio da UNICEF, elaborou e lançou o “Projeto Registo à Nascimento”, que permite o registo à nascença nas estruturas de saúde antes da alta da mãe parturiente.

## **1.2 CONTEXTO FAMILIAR E SOCIAL**

### **1.2.1 Ambiente familiar**

A família é um sistema muito complexo que passou por várias transformações ao longo dos tempos e, no atual contexto, o casamento, enquanto única forma de constituição e legitimação da família, perdeu significativa importância. Apesar destas transformações, ela desempenha um papel fundamental na vida de uma criança e do adolescente, constituindo-se como um espaço de socialização, aceitação e aprendizagem (BESSIA e al, 2015).

Na sociedade cabo-verdiana existem diferentes tipos de estruturas familiares que assumem grande importância quando se aborda o problema da criança e do adolescente, nomeadamente: filhos de várias uniões a viverem no mesmo agregado; mães adolescentes;

casais com filhos; uniões múltiplas; pais separados; mães solteiras; crianças e adolescentes a viverem sozinhas ou com os avós e primos e pessoas que mantêm relações afetivas de alguma ordem com os membros da família que habitam no mesmo teto (INE, 2002, pg.4).

Ainda que não seja um fator determinante para o seu desenvolvimento, o contexto familiar das crianças e adolescentes pode exercer influência sobre as condições em que vivem.

- A ausência de um ou ambos os progenitores no agregado - As crianças e adolescentes podem sofrer consequências da desestruturação das famílias. Dados indicam que muitas crianças e adolescentes vivem sem a presença da mãe, do pai, ou de ambos os progenitores, figuras cruciais para o desenvolvimento dos filhos;
- O abandono das crianças - ainda é, infelizmente, uma prática existente na nossa sociedade e afeta principalmente as crianças dos 0-3 anos de idade, as quais, são na maioria das vezes entregues aos cuidados dos irmãos mais velhos, na sequência da ausência da mãe à procura de meios de sobrevivência familiar. É comum as crianças serem entregues aos cuidados dos avós ou de outros parentes, o que poderá acarretar diferenças em termos de oportunidades para o seu desenvolvimento;
- O não registo civil das crianças - muitos pais por motivos diversos acabam por não registar os filhos à nascença, privando-os de terem acesso ao seu direito universal - a um nome e uma identidade (direitos acolhidos pelo ECA nos artigos 28º - alíneas 1 e 8). Conforme referido anteriormente, para tentar diminuir o impacto desta situação, o Governo de Cabo Verde (Ministério da Justiça em parceria com os Registos Notariados e Identificação e o Ministério da Saúde), com o apoio da UNICEF, elaborou e lançou o “Projeto Registo à Nascença”, que permite o registo à nascença nas estruturas de saúde antes da alta da mãe parturiente.

### **1.2.2 Aspetos socioculturais e económicos**

Em Cabo Verde são ainda registados fenómenos socioculturais e económicos nefastos contra as crianças e adolescentes, nomeadamente casos de trabalho infantil, de violência sexual, gravidez precoce e de “união de facto” ilegal, colocando as mesmas face aos riscos de saúde e de desenvolvimento físico e psíquico, o que colide com os princípios das convenções e leis sobre os seus direitos.

- O abuso sexual das crianças e adolescentes

O fenómeno das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual é uma das faces visíveis da violação dos direitos das crianças e adolescentes em Cabo Verde. “(...), pois, para além da violação da integridade física, há a violação psicológica e moral que acaba por ter impacto em todo o processo de desenvolvimento pessoal da criança e sua inserção na sociedade” (UNICEF, 2011, p17).

Segundo o Expresso das ilhas (Jornal online, 2022), o ICCA informou que, de janeiro a abril de 2022, 62 crianças foram vítimas de abuso sexual a nível nacional, sendo na sua esmagadora maioria meninas. De se referir, igualmente, que o mesmo documento informa que “o relatório da Polícia Nacional (abril de 2022), apontou que as ocorrências de crimes sexuais contra menores de 16 anos aumentou de 21% em 2021 face ao ano de 2020, com uma média de um caso reportado a cada três dias”. Os agressores são habitualmente o pai, o padrasto, o tio ou irmão, o vizinho, o amigo da família ou o padrinho. A promiscuidade habitacional em resultado da pobreza foi apontada como estando na origem de casos de abuso sexual, bem como a situação de desemprego dos pais que enviam as filhas para procurar formas de subsistência familiar ou das mães que incitam as filhas menores a envolverem-se com adultos com emprego fixo. Muitos dos casos são perpetrados por adultos com histórico de abuso de álcool (Parlamento Cabo Verde, 2022).

- A união de facto na adolescência

Em Cabo Verde, não é permitido o casamento legal a menores de 18 anos, sendo a sua prática “reconhecida, institucional e internacionalmente, como um atentado à infância e adolescência e um entrave ao empoderamento das meninas” (Expresso das Ilhas - jornal online, 2022).<sup>12</sup> Pois, “conforme o Código Civil caboverdiano (Decreto-Lei nº 31-A/199), o casamento pode ser contraído a partir da maioridade fixada a partir dos 18 anos e obedece a critérios rigorosos em termos de validade, nomeadamente a sua inscrição nos serviços de registo civil” (CNDHC, 2019, p.1).<sup>13</sup> Porém, à margem do quadro legal, muitas meninas com menos de 18 anos vivem já maritalmente, embora este último não possa ser considerado como união de facto reconhecida legalmente (uma vez que não são os pressupostos desse reconhecimento). (Expresso das Ilhas - jornal online, 2022).

---

<sup>12</sup> Jornal “Expresso das ilhas” online, União de facto na adolescência: Meninas-mulheres ou a vida antes do tempo.”. Editado em 23 de maio de 2022. Texto originalmente publicado na edição impressa do Expresso das ilhas nº 853 de 28 de março de 2018

<sup>13</sup> “Entretanto, o mesmo diploma prevê a realização de casamentos de nubentes a partir dos 16 anos, desde que não haja oposição dos pais ou tutores do menor. Em caso de oposição, o casamento só poderá ser realizado após o Tribunal da Família e Menor proferir decisão favorável”. (CNDHC, 2019, p.1)

Segundo os resultados do Censo de 2010, sete em cada mil crianças dos 12 aos 14 anos, e 5% dos adolescentes de 15 a 19 anos declararam estar em união de facto. Em 2016, O inquérito Multi-Objetivo Contínuo (IMC) apontava para 278 menores de 18 anos nessa situação.

- A maternidade na adolescência

A vida marital na adolescência tem muito a ver com a problemática da gravidez na adolescência em Cabo Verde. Segundo os dados do Ministério da Saúde<sup>14</sup>, citados no relatório de Análise de Situação da Criança e Adolescente em Cabo Verde (UNICEF, 2011), a taxa de gravidez na faixa etária entre os 15 e os 17 anos, foi de 11,4% no ano 2000, 12,5% em 2005 e 22,5% em 2009. Segundo dados desta instituição, em 10 anos, a gravidez na adolescência subiu de 11.4 para 14.7 por cento. Na África, a taxa de natalidade nessa faixa etária é de 103 nascimentos por mil, enquanto no arquipélago é de 147 por mil.

- O trabalho infantil

Apesar do novo Código Laboral cabo-verdiano estipular que nenhum menor pode trabalhar enquanto não completar a escolaridade obrigatória, e, em caso algum antes de perfazer os 15 anos de idade, o trabalho infantil continua sendo uma realidade em Cabo Verde, e, mesmo na sua vertente exploratória, tende a emanar muitas vezes da própria família onde residem, devido ao desemprego que continua elevado e às escassas oportunidades de emprego no sector formal.

O trabalho infantil regista-se, na sua maioria, no mercado informal, nomeadamente nas atividades agrícolas, serviço doméstico, vendas ambulantes, etc. Contudo, os dados quantitativos sobre o trabalho das crianças em Cabo Verde são ainda deficitários.

De acordo com o inquérito sobre o Trabalho Infantil em Cabo Verde, realizado pelo INE em 2013, existiam 10.913 crianças de 5 a 17 anos que estavam ocupadas ao longo dos 7 dias que precederam o inquérito, correspondente a 8,0% do total das crianças da mesma faixa etária (135.689). O mesmo inquérito indica ainda que a percentagem de rapazes a exercerem uma atividade económica era maior que a percentagem de raparigas (9,6% contra 6,3% respetivamente). Outrossim, as crianças ocupadas estavam proporcionalmente mais representadas no meio rural (14%) do que no meio urbano (cerca de 4 %) (INE 2014, pg.36).

---

<sup>14</sup> Relatório Estatístico do Ministério da Saúde 2009

- O abandono escolar

Apesar dos esforços dos sucessivos Governos na materialização desse grande princípio constitucional – “todos os cidadãos têm o direito e dever da educação” - e da existência de algumas ONG’s em diferentes concelhos do país que trabalham na prevenção de comportamentos de risco, junto das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, ainda existem crianças e adolescentes que se encontram fora do sistema de ensino por motivos diversos, e o abandono escolar continua sendo uma realidade. Os resultados do Censo 2021, indicam que existem 10.948 crianças e adolescentes de 4 a 17 anos que se encontram fora do sistema de ensino em Cabo Verde.

- As crianças na rua e de rua

As influências exteriores às escolas aliadas às dificuldades de subsistência das famílias, têm sido decisivas para a existência de um significativo número de *crianças na rua e de rua*, principalmente nos principais centros urbanos do país, muitas das quais, à procura de esquemas mais fáceis de sobrevivência, conduz para caminhos sinuosos incluindo o roubo e realização de serviços ilícitos, como prostituição e tráfico de droga, muitas vezes com o recurso à violência (CHANTRE e all., 2015). Como uma das principais respostas nacionais às crianças e adolescentes que perderam, ou estão em risco de perder os cuidados parentais por negligência, dependência dos pais, maus tratos e/ou abuso sexual, a filosofia dos sucessivos Governos tem sido a criação de instituições que visam proporcionar um ambiente familiar aos seus internos por um determinado período de tempo (CDC, 2017, p.12).

## 2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Este capítulo tem como objetivo apresentar as principais variáveis disponíveis nos questionários do Censo 2021, que permitem analisar o tema e, descrever os conceitos e os indicadores utilizados na análise.

### 2.1 VARIÁVEIS QUE PERMITEM ANALISAR O TEMA

#### **Idade**

A idade constitui a única variável fundamental que permite definir “crianças e adolescentes”. Essa informação foi obtida através de duas perguntas diretas: a primeira “Qual a idade em meses ou anos completos da pessoa a 16 de junho de 2021” e, a segunda, “Qual a data de nascimento da pessoa (informação recolhida em dia, mês e ano)”, que complementa a pergunta anterior, permitindo assim ao recenseador verificar a exatidão da resposta. Para maior fiabilidade das informações, foram feitas recomendações no sentido de, em caso de dúvidas, se recolher as informações através de documentos de identificação do indivíduo, e em caso de dificuldade na obtenção de resposta, o recurso ao calendário histórico para ajudar a precisar a data.

#### **Orfandade/Convivência com os pais biológicos**

Tem como objetivo obter informações sobre a sobrevivência dos pais biológicos das crianças e adolescentes e a vivência ou não com eles no agregado. Esta pergunta foi posta a todos os indivíduos residentes e menores de 18 anos.

#### **Registo de nascimento**

Tem como objetivo conhecer as crianças e adolescentes que foram registadas ou não. Esta pergunta foi posta a todos os indivíduos residentes e menores de 18 anos.

#### **Relação de parentesco ou de convivência com o representante do agregado**

Tem como objetivo conhecer a relação de parentesco ou de convivência de cada membro do agregado familiar com o respetivo representante. Para esta pergunta foram consideradas as seguintes modalidades de resposta:

- Representante do agregado
- Cônjuge/marido ou esposa/parceiro (a) em união de facto
- Filho (a) do representante e do cônjuge
- Filho (a) só do representante
- Filho (a) só do cônjuge do representante
- Filho (a) adotivo (a)
- Pai / mãe do representante

- Sogro (a)
- Nora/genro
- Irmã/irmão
- Neto (a)/bisneto (a)
- Madrasta/Padrasto
- Outro parentesco
- Empregada (o) doméstica
- Outro sem parentesco

Para este trabalho, as diferentes modalidades de resposta foram agrupadas considerando as seguintes modalidades para efeitos de análise:

- Representante do agregado
- Cônjuge/marido ou esposa/parceiro em união de facto
- Filhos/enteados (inclui também filho do representante e do cônjuge; filho só do representante e filho só do cônjuge do representante)
- Nora/genro
- Neto/bisneto
- Outro parentesco (inclui também pai do representante; mãe do representante; sogro; nora/genro; irmã/irmão; madrasta; padrasto)
- Sem parentesco que inclui outro sem parentesco e empregada doméstica

### **Outras variáveis**

Para além destas variáveis, são também consideradas na análise as variáveis relativas à deficiência, atividade económica, condições de vida, educação e estado civil, que estão descritas nos respetivos temas de análise.

## **2.2 DEFINIÇÃO DE CONCEITOS E INDICADORES<sup>15</sup>**

### **Agregado familiar**

É um conjunto formado por uma ou mais pessoas, aparentadas ou não, que vivem habitualmente debaixo do mesmo teto, sob a responsabilidade de um representante, partilhando em comum a satisfação das necessidades essenciais, ou seja, as despesas da habitação, alimentação e/ou vestuário.

### **Representante do agregado familiar**

---

<sup>15</sup> Ver conceitos relacionados com Educação e Deficiência nos respetivos temas

É a pessoa responsável pelo agregado familiar, reconhecida como tal pelos restantes membros. Em cada agregado familiar deve haver sempre um representante e deve ser uma pessoa aí residente, podendo estar presente ou não no momento da entrevista, desde que a sua ausência for inferior a 6 meses.

### **Alojamento coletivo**

É todo o alojamento, estruturalmente separado e independente que, pela forma como foi construído ou transformado, se destina a alojar um conjunto de pessoas e que, no momento censitário está em funcionamento, ocupado ou não por uma ou mais pessoas, independentemente de serem residentes ou apenas presentes não residentes.

#### **Tipos de alojamento coletivo:**

- **Hotéis, Residenciais e Similares**

Alojamento coletivo que ocupa a totalidade ou parte de uma construção permanente ou de um conjunto de construções permanentes, que se destina a albergar um conjunto de pessoas sem objetivos comuns e segundo um determinado preço, tal como um hotel ou uma pensão, entre outros. Incluem-se também os estabelecimentos de turismo em espaço rural.

- **Convivências**

Alojamento coletivo que ocupa a totalidade ou parte de uma construção permanente ou de um conjunto de construções permanentes ou de circunstância e que se destina a ser habitado por um grupo numeroso de pessoas submetidas a uma autoridade ou a um regime comum e ligadas por um objetivo ou interesses pessoais comuns.

Incluem-se neste grupo, as instituições de apoio social (lar de idosos, instituições de acolhimento para crianças), educação (lares de estudantes, colégios internos), saúde (hospital, centros de saúde), religiosa (lar de freiras, convento, mosteiro, etc.), militar, prisional e trabalho, etc.

### **População residente**

Toda a pessoa que vive habitualmente (há 6 meses ou mais) num agregado familiar/coletivo, independentemente de ali ter ou não passado a noite de referência, ou, toda a pessoa que vive há menos de 6 meses, num agregado familiar, mas que tenciona ali ficar durante seis meses ou mais.

### **Criança e Adolescente**

O termo “criança”, designa toda a pessoa com menos de 18 anos de idade, segundo a CDC de 1989. A legislação cabo-verdiana situa a maioridade em 18 anos. O ECA define que é considerada criança todos os indivíduos com idade compreendida entre 0-11 anos, e adolescentes todos os indivíduos com idade compreendida entre 12-17 anos (alínea (a) e (b) do artigo 4º da Lei 49/VII/2013, de 26 de dezembro). No âmbito deste trabalho, o conceito retido é o do ECA.

### **Razão de feminilidade (RF)**

É a razão entre o número de mulheres e o de homens. Exprime o número de mulheres para cada 100 homens.

### **Estado civil**

É o estatuto pessoal de cada indivíduo perante as leis ou os costumes relativamente às práticas matrimoniais no momento do recenseamento. A variável será observada de acordo com as seguintes modalidades:

- Solteiro - Toda a pessoa que nunca tenha contraído matrimónio civil ou religioso e que nunca viveu nem esteja a viver em união de facto no momento do recenseamento;
- Casado - Toda a pessoa que é casada por lei (civil ou religioso) e que vive maritalmente com o respetivo cônjuge, mesmo que o cônjuge esteja temporariamente ausente;
- União de facto - Toda a pessoa que vive maritalmente com uma outra pessoa oficializada ou não, mesmo que o companheiro (a) esteja temporariamente ausente;
- Separado - Toda a pessoa casada legalmente ou que já viveu em união de facto, e que atualmente vive separada do cônjuge/companheiro (a), e não voltou a casar-se nem a viver em união de facto;
- Divorciado - Toda a pessoa que depois de casado, obteve do Tribunal a dissolução do casamento (divórcio) e não voltou a casar-se nem a viver em união de facto;
- Viúvo - Toda a pessoa que foi casada ou viveu em união de facto e faleceu-lhe o marido/mulher ou companheiro(a), e não voltou a casar-se nem a viver em união de facto.

### **Empregado**

É considerado empregado, a pessoa de 15 anos ou mais de idade, que exerceu uma atividade económica de pelo menos 1 hora, na semana de referência (09 a 15 junho 2021), mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar, em dinheiro, em bens, ou em géneros.

## **Desempregado**

É considerado desempregado, a pessoa de 15 anos ou mais, que durante o período de referência, estava simultaneamente nas 3 seguintes condições:

- Não ter trabalhado pelo menos 1 hora na semana de referência, e não ter um trabalho de que esteve ausente, no mesmo período de referência;
- Ter procurado ativamente um emprego, nas últimas 4 semanas (9 de maio a 15 de junho de 2021) que precederam o Censo;
- Estar disponível para trabalhar na semana que precedeu o recenseamento ou nas duas semanas seguintes.

Ainda, inclui-se no efetivo dos desempregados, os indivíduos que, embora não obedeçam aos dois primeiros critérios, não procuraram trabalho, pelo motivo seguinte: “início brevemente de um trabalho”.

## **Inativo**

A população inativa é o conjunto da população de 15 anos ou mais que, no período de referência, não podia ser considerada economicamente ativa, isto é, não estava empregada, nem desempregada.

## **Ocupação principal**

Entende-se por ocupação principal, o ofício ou a modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituindo um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõe conhecimentos semelhantes, ou seja, pode ser entendido como sendo função, cargo, profissão ou ofício que a pessoa exerce.

## **Crianças e adolescentes em circunstâncias difíceis**

Para fins deste trabalho, foi considerado crianças e adolescentes em circunstâncias difíceis, todos os indivíduos, abrangidos em uma ou mais situações abaixo indicadas:

- São responsáveis de agregados familiares;
- Estão em idade escolar, mas, encontram-se fora do sistema de ensino;
- Trabalham antes da idade permitida pela lei;
- Têm idade compreendida entre 5-17 anos e possuem alguma deficiência;
- Têm entre 12 e 17 anos e vivem em união (casadas ou união de facto).

### Tipologia do agregado familiar

A tipologia do agregado é uma variável derivada, calculada com base nas relações de parentesco dos membros com o representante do agregado familiar. A variável é classificada de acordo com as seguintes modalidades:

Agregados Unipessoais - agregados constituídos por um só indivíduo.

Agregados conjugais – agregados constituídos pelo representante, pelo respetivo cônjuge e/ou outros membros com ou sem relação de parentesco. Nesta categoria, foram consideradas as seguintes sub-tipologias:

- Casais isolados – agregados constituídos pelos representantes e os respetivos cônjuges;
- Agregados conjugais nucleares – agregados constituídos pelo representante, o respetivo cônjuge, filhos e/ou enteados;
- Agregados conjugais compósitos – agregados constituídos pelo representante e o respetivo cônjuge e, mais algum outro indivíduo aparentado ou não, e possivelmente pelos filhos e/ou enteados.

Agregados não conjugais - agregados sem a presença do cônjuge. Ou seja, agregados constituídos pelo representante e/ou outros membros com ou sem relação de parentesco. Nesta categoria foram consideradas as seguintes sub-tipologias:

- Agregados monoparentais – agregados constituídos pelo representante e filhos e/ou enteados;
- Agregados não conjugais compósitos – agregados constituídos pelo representante, pelos filhos e/ou enteados e mais algum indivíduo, aparentado ou não. Nesta categoria, foram consideradas duas subcategorias<sup>16</sup> :
  - Agregados monoparentais compósitos – agregados constituídos pelo representante, filhos e/ou enteados e outros parentes ou não;
  - Outros agregados compósitos – agregados constituídos pelo representante e outros parentes ou não.

Agregados sem relação de parentesco – agregados em que o representante não tem nenhuma relação de parentesco com os demais membros.

---

<sup>16</sup> Em 2010, não foi considerada esta divisão

### **Nível de conforto - Metodologia de cálculo**

O Censo 2021, observou um conjunto de variáveis relativas às características do edifício (cobertura e piso), à forma de acesso à água, às fontes de energia para a preparação dos alimentos e para a iluminação, ao acesso ao saneamento, à posse de bens de equipamento, o acesso às tecnologias de informação e comunicação e meio de transporte, variáveis essas que dão algumas indicações sobre o nível de conforto dos agregados familiares.

Foram também consideradas variáveis secundárias como a densidade habitacional (moradores no agregado dividido pelo número de divisões do agregado). Foram testadas ainda outras variáveis, mas que não se mostraram relevantes na análise, como: posse conjunta de telefone móvel e fixo, posse simultânea de arca congeladora e frigorífico, revestimento exterior da parede do edifício, e, o tipo de cobertura do edifício e os materiais utilizados no seu revestimento.

Tendo em conta a multiplicidade das variáveis, à semelhança dos dois últimos Censos, foi construído um único indicador - o nível de conforto - um indicador compósito cujo princípio de cálculo baseia-se nos aspetos multidimensionais da noção do conforto físico dos moradores relativo ao acesso a bens e serviços. Em termos metodológicos, o cálculo do indicador começou com uma Análise de Componentes Principais (ACP) (JOLLIEFFE et al, 2002) no conjunto das 32 variáveis, referentes aos bens de equipamentos e os níveis de acesso às infraestruturas básicas: água, eletricidade, saneamento e as supracitadas variáveis que foram descartadas.

A ACP é um método de redução de dimensionalidade que é frequentemente usado para reduzir a dimensionalidade de grandes conjuntos de dados, transformando um grande conjunto de variáveis em um conjunto menor, mas que ainda preserva a maior parte das informações do conjunto original. Tem como objetivo a redução de dimensão de um conjunto de variáveis para um subconjunto resumo, mas que ainda explicita a variabilidade do conjunto original.

Iniciou-se por repetir o procedimento realizado no Censo de 2010, para garantir algum nível de comparabilidade. Cumpre notar, que um dos bens de consumo levantado em 2010, como o leitor de vídeo cassete, ficou obsoleto e não constou da lista de 2021. Por outro lado, novos itens foram acrescentados no questionário de 2021, tais como a ventoinha, o ferro de engomar e a eletrobomba.

A ACP das 32 variáveis, identificou seis componentes relevantes. O critério utilizado para a determinação do número de auto valores importantes foi o da mudança da inclinação dos auto valores, com uma rutura a partir do sétimo ponto. Essas seis componentes explicam 56,2% da variabilidade do conjunto. Foi realizada uma rotação ortogonal dessas seis componentes, utilizando-se o método Varimax.

Na ausência de uma medida objetiva (ou subjetiva) de conforto, o indicador foi definido como a soma das cargas fatoriais das variáveis nas componentes relacionadas identificadas na ACP, ponderadas pelo desvio padrão de cada uma delas, reconhecendo assim a importância relativa de cada componente. Numa segunda fase, os dados foram padronizados de modo a que a amplitude do indicador fosse 100, ou seja, tomasse valores entre 0 e 100. De seguida, optou-se por criar cinco níveis de conforto, com amplitude do mesmo tamanho e designado por: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto.

### **2.3 VERIFICAÇÃO E IMPUTAÇÃO DE DADOS**

Nenhum dado de um recenseamento ou inquérito é perfeito. Para obter resultados mais precisos a partir das informações recolhidas no terreno, estes dados devem estar, na medida do possível, livres de erros, inconsistências e dados omissos, especialmente após a etapa de processamento dos dados (DE WAAL et al., 2011).

Nesse sentido, as recomendações internacionais e a prática em diversos países, reconhecem que os dados de censos e inquéritos têm problemas e adotam abordagens para lidar com lacunas de dados e respostas inconsistentes. Esses ajustes nos dados brutos são feitos nas etapas de verificação e imputação. O processo de verificação serve primeiro para identificar e localizar erros nos dados e a imputação vale-se da aplicação de métodos e estratégias que resolvem ou "limpam" os erros previamente identificados, além de gerar informações consistentes com os dados omissos (DE WALL et al., 2011).

No processo de análise dos dados do Censo 2021, foram realizadas verificações e imputações, auxiliando o processo de produção de dados mais consistentes e fidedignos. Na etapa de verificação, investigou-se inconsistências entre as informações recolhidas, como a incompatibilidade entre sexo, idade e as demais variáveis constantes dos questionários.

Em um segundo momento, variáveis inconsistentes e incompletas foram imputadas, sendo-lhes atribuídos valores plausíveis e internamente coerentes.

Finalmente, para os alojamentos e agregados onde se sabia que existiam moradores, mas que não foi possível, por alguma razão, realizar a entrevista, foi feita a imputação das pessoas que neles viviam na data do censo, bem como de suas características.

A técnica utilizada para a imputação dos dados do RGPH-21 é baseada no procedimento denominado *hot-deck*, que preenche os valores ausentes a partir de um registo similar, selecionado aleatoriamente. A ideia geral do método é substituir os valores ausentes de uma ou mais variável de determinado alojamento, agregado ou indivíduo, por valores observados de um “doador”, que é semelhante ao não respondente segundo algumas características selecionadas.

As imputações foram realizadas em uma proporção muito baixa de alojamentos, agregados e indivíduos, não afetando, portanto, os principais resultados do Censo. Além das imputações em valores ausentes e inconsistentes em diversas variáveis, foram imputados também registos completos de 1.151 agregados e 6.562 indivíduos sem entrevistas, correspondendo a 0,8% e 1,3% dos agregados e pessoas na base, respetivamente.

### 3 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Conforme definido na metodologia, a população abrangida neste trabalho é a de ambos os sexos, residente nos agregados familiares e nos alojamentos coletivos com idade compreendida entre 0 e 17 anos. Neste capítulo, faz-se uma descrição das características demográficas dessa população, assim como a sua repartição espacial por meio de residência e concelho, informações de grande relevância para a contextualização dos capítulos subsequentes. A análise é feita por idade simples ou por intervalos de idade, de acordo com a pertinência da temática.

#### 3.1 VOLUME E REPARTIÇÃO ESPACIAL POR SEXO

De acordo com os dados do Censo 2021, as crianças e adolescentes correspondem a um total de 165.370 indivíduos, representando 33,7% da população total do país. Quanto ao sexo, verifica-se da Tabela 1 que a população masculina (rapazes) corresponde a um total de 84.124 indivíduos (50,9%) e a feminina (raparigas) a um total de 81.246 indivíduos (49,1%). Esta distribuição segue a tendência da população total a nível nacional, onde também a percentagem de homens (50,2%) é ligeiramente mais elevada do que a de mulheres (49,8%)<sup>17</sup>.

**Tabela 1 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo o sexo, por meio de residência, Cabo Verde, 2021**

Meio de residência	Sexo					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>165 370</b>	<b>100,0</b>	<b>84 124</b>	<b>50,9</b>	<b>81 246</b>	<b>49,1</b>
Urbano	121 502	100,0	61 769	50,8	59 733	49,2
Rural	43 868	100,0	22 355	51,0	21 513	49,0

Fonte: INE, Censo 2021

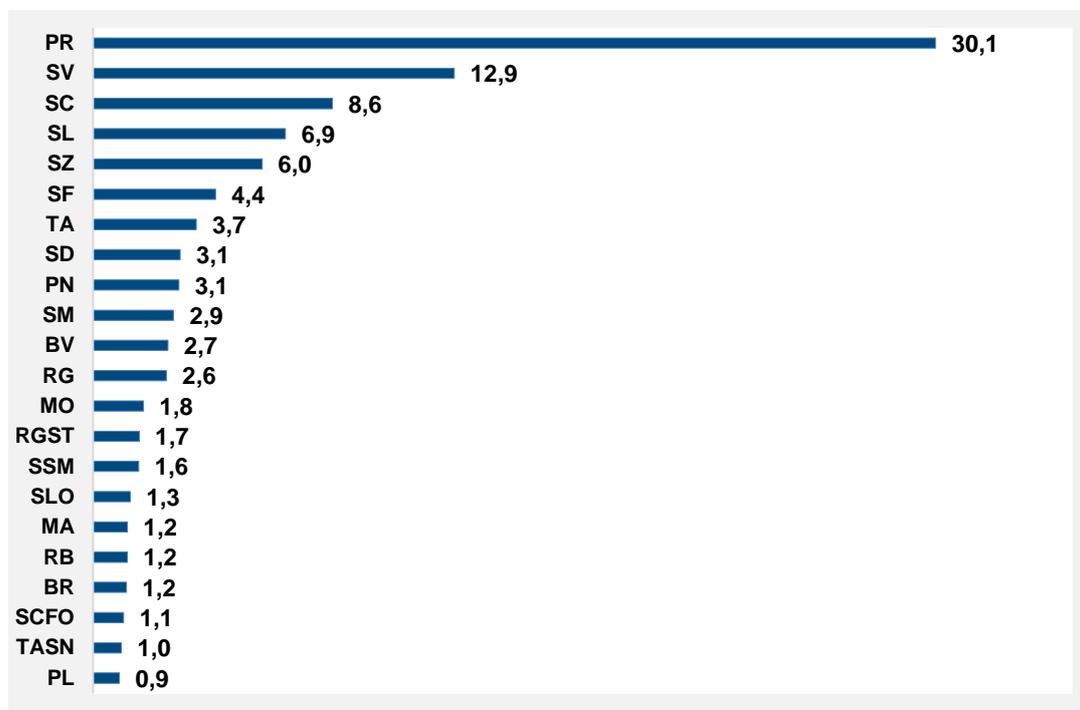
Relativamente ao meio de residência, observa-se da mesma Tabela que a distribuição da população por sexo é semelhante ao nível nacional em ambos os meios de residência. No meio urbano, residem 121.502 indivíduos, sendo que 50,8% são rapazes e 49,2% são raparigas. No meio rural residem 43.868 indivíduos, sendo que essa relação corresponde a 51,0% para os rapazes e 49% para as raparigas.

O Gráfico 1 apresenta a repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo o concelho. Observa-se do mesmo que a maior parte dessa população reside no concelho da Praia (30,1%), seguido de S. Vicente, com 12,9%, e Santa Catarina, com quase 9%. Nos

<sup>17</sup> Ver tema “Estado e Estrutura da População”

restantes concelhos, as percentagens variam entre 6,9% no Sal, e menos de 1% no concelho do Paul.

**Gráfico 1 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo o concelho (%), Cabo Verde, 2021**



Fonte: INE, Censo 2021

## 3.2 EVOLUÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTRE 2000 E 2021

### 3.2.1 Evolução por sexo

Os resultados da Tabela 2 mostram que o efetivo desse grupo populacional tem estado a diminuir de 213.108 indivíduos em 2000, para 191.329 em 2010 e 165.370 em 2021. Relativamente ao sexo, observa-se que em termos percentuais, praticamente não existem diferenças importantes nos diferentes anos considerados na análise. A percentagem de rapazes era de 50,1% em 2000, 50,2% em 2010 e aumentou para 50,9% em 2021, enquanto que a percentagem das raparigas baixou de 49,9% em 2000 para 49,8% em 2010 e 49,1% em 2021.

**Tabela 2 - Evolução da população residente de 0 a 17 anos, segundo o sexo, por ano, Cabo Verde, 2000, 2010 e 2021**

Anos	Sexo					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
2000	213 108	100,0	106 742	50,1	106 384	49,9
2010	191 329	100,0	95 976	50,2	95 353	49,8
2021	165 370	100,0	84 124	50,9	81 246	49,1

Fonte: INE, Censos de 2000, 2010 e 2021

### 3.2.2 Evolução por concelho

Devido às alterações relacionadas com os limites dos concelhos entre 2000 e 2010, não é possível fazer a comparação dos resultados com o ano de 2000. Nesse ano não existiam os concelhos de Ribeira Brava e Tarrafal de S. Nicolau (na ilha de S. Nicolau), nem os concelhos de S. Lourenço dos Órgãos, S. Domingos e Ribeira Grande de Santiago (na ilha de Santiago), e nem Santa Catarina do Fogo na ilha do Fogo<sup>18</sup>.

De acordo com a Tabela 3, em 2010, o concelho com maior número de crianças e adolescentes era Praia, com um total de 49.826 indivíduos, correspondente a 26% do total. Apesar desse número ter diminuído em 2021 para 49.773, houve um aumento relativo, para 30,1%.

**Tabela 3 - Evolução da população residente de 0 a 17 anos, segundo o concelho, Cabo Verde, 2010 e 2021**

Concelho	Anos			
	2010		2021	
	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>191 329</b>	<b>100,0</b>	<b>165 370</b>	<b>100,0</b>
Ribeira Grande	6 943	3,6	4 336	2,6
Paul	2 568	1,3	1 557	0,9
Porto Novo	7 045	3,7	5 076	3,1
S. Vicente	25 017	13,1	21 348	12,9
Ribeira Brava	2 764	1,4	2 024	1,2
Tarrafal de S. Nicolau	2 049	1,1	1 679	1,0
Sal	8 704	4,5	11 372	6,9
Boavista	2 449	1,3	4 420	2,7
Maio	2 654	1,4	2 037	1,2
Tarrafal	8 268	4,3	6 102	3,7
Santa Catarina	18 665	9,8	14 144	8,6
Santa Cruz	12 390	6,5	9 987	6,0
Praia	49 826	26,0	49 773	30,1
S. Domingos	6 266	3,3	5 153	3,1
S. Miguel	7 219	3,8	4 755	2,9
S. Salvador do Mundo	3 898	2,0	2 693	1,6
S. Lourenço dos Órgãos	3 179	1,7	2 204	1,3
Ribeira Grande de Santiago	3 461	1,8	2 729	1,7
Mosteiros	4 054	2,1	2 977	1,8
S. Filipe	9 171	4,8	7 233	4,4
Santa Catarina do Fogo	2 405	1,3	1 804	1,1
Brava	2 324	1,2	1 967	1,2

Fonte: INE, Censos de 2010 e 2021

Em 2010, S. Vicente abarcava 13,1% dessa população (baixou para 12,9% em 2010), Santa Catarina 9,8% (baixou para 8,6% em 2021), Santa Cruz 6,5% e Ribeira Grande 3,6%, percentagem que baixou para 2,6% em 2021. De realçar que houve um aumento significativo dessa população no concelho do Sal, cujo número passou de 8.704 indivíduos em 2010 (4,5%) para 11.372 indivíduos em 2021, correspondente a 6,9%. No concelho da

<sup>18</sup> Ver Tema Estado e Estrutura da População

Boavista, o efetivo dessa população quase que duplicou, tendo passado de 2.449 indivíduos em 2010, para 4.420 em 2021.

### 3.3 PROPORÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA POPULAÇÃO TOTAL POR MEIO DE RESIDÊNCIA E CONCELHO

Conforme referido anteriormente, e, de acordo com a Tabela 4, as crianças e adolescentes correspondem a um pouco mais de um terço da população total do país (33,7%), representando os rapazes 34,1% do total da população masculina do país e as raparigas 33,2% do total da população feminina.

No meio rural, elas correspondem a 34,5% da população total residente neste meio de residência, e, no meio urbano a 33,4%. No que se refere ao sexo, as diferenças não são significativas, embora tanto no meio urbano como no rural, a proporção de rapazes seja relativamente mais elevada (34,1%) do que a das raparigas (32,7%).

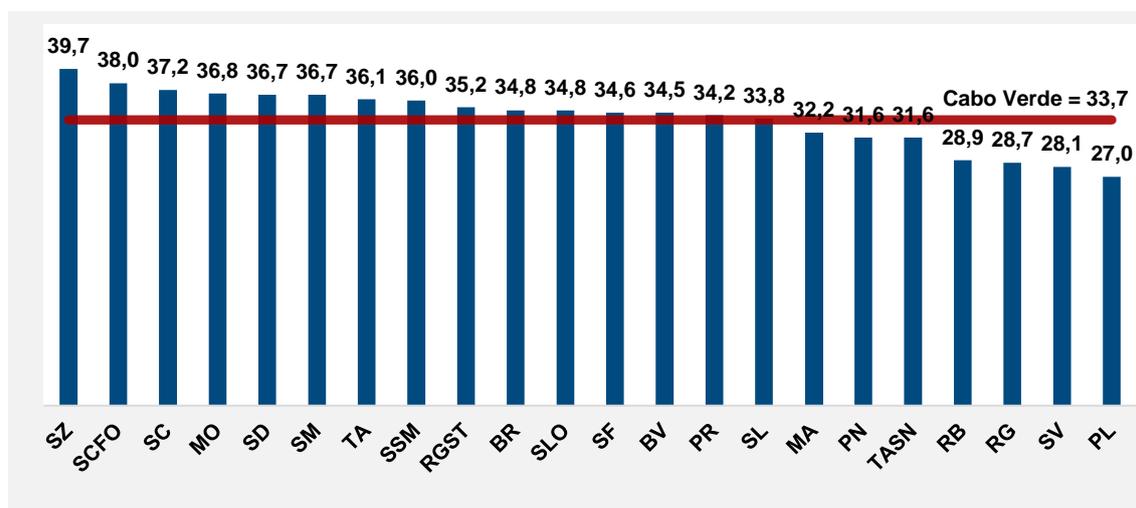
**Tabela 4 - Proporção da população residente de 0 a 17 anos em relação à população total, segundo o sexo e meio de residência (%), Cabo Verde, 2021**

Meio de residência	Sexo		
	Ambos os sexos	Masculino	Feminino
<b>Cabo Verde</b>	<b>33,7</b>	<b>34,1</b>	<b>33,2</b>
Urbano	33,4	34,1	32,7
Rural	34,5	34,4	34,6

Fonte: INE, Censo 2021

O Gráfico 2 apresenta a proporção da população residente de 0 a 17 anos, segundo o concelho. Observa-se do mesmo, que no concelho de Santa Cruz, essa população corresponde a quase 40%, valor mais elevado de todos os concelhos. Seguem-se por ordem de importância, os concelhos de Santa Catarina do Fogo (38,0%), Santa Catarina (37,2%), Mosteiros (36,8%), e S. Domingos e S. Miguel (36,7% para cada um dos concelhos).

**Gráfico 2 - Proporção da população residente de 0 a 17 anos, segundo o concelho (%), Cabo Verde, 2021**



Fonte: INE, Censo 2021

Nos concelhos do Maio, Porto Novo, Tarrafal de S. Nicolau, Ribeira Grande, S. Vicente e Paul, a percentagem dessa população é relativamente inferior ao valor nacional, variando entre 32,2% no Maio e 27% no Paul.

Analisando a situação por sexo, verifica-se da Tabela 5 que, nos concelhos de Ribeira Grande, Paul, Porto Novo, Ribeira Brava, Tarrafal de S. Nicolau, Sal, Boavista, Santa Catarina do Fogo e Brava, as proporções são relativamente mais elevadas para as raparigas do que para os rapazes, variando entre 38,2% no concelho de Santa Catarina do Fogo e 9,4% no Paul. Nos restantes concelhos, a proporção é maior entre os rapazes, seguindo a tendência a nível nacional.

**Tabela 5 - Proporção da população residente de 0 a 17 anos, segundo o concelho, por sexo, Cabo Verde, 2021**

Concelho	Sexo					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>165 370</b>	<b>33,7</b>	<b>84 124</b>	<b>34,1</b>	<b>81 246</b>	<b>33,2</b>
Ribeira Grande	4 336	28,7	2 202	27,3	2 134	30,2
Paul	1 557	27,0	796	25,0	761	29,4
Porto Novo	5 076	31,6	2 546	30,2	2 530	33,1
S. Vicente	21 348	28,1	10 885	28,3	10 463	28,0
Ribeira Brava	2 024	28,9	1 029	28,2	995	29,8
Tarrafal de S. Nicolau	1 679	31,6	830	30,5	849	32,8
Sal	11 372	33,8	5 905	32,9	5 467	34,9
Boavista	4 420	34,5	2 227	32,4	2 193	37,0
Maio	2 037	32,2	1 078	33,9	959	30,4
Tarrafal	6 102	36,1	3 059	38,0	3 043	34,4
Santa Catarina	14 144	37,2	7 122	39,7	7 022	35,0
Santa Cruz	9 987	39,7	5 073	40,7	4 914	38,7
Praia	49 773	34,2	25 264	35,2	24 509	33,3
S. Domingos	5 153	36,7	2 599	37,6	2 554	35,8
S. Miguel	4 755	36,7	2 391	39,0	2 364	34,6
S. Salvador do Mundo	2 693	36,0	1 419	38,6	1 274	33,4
S. Lourenço dos Órgãos	2 204	34,8	1 138	36,3	1 066	33,4
Ribeira Grande de Santiago	2 729	35,2	1 405	36,7	1 324	33,7
Mosteiros	2 977	36,8	1 537	37,7	1 440	35,9
S. Filipe	7 233	34,6	3 688	35,1	3 545	34,0
Santa Catarina do Fogo	1 804	38,0	918	37,9	886	38,2
Brava	1 967	34,8	1 013	34,5	954	35,2

Fonte: INE, Censo 2021

### 3.4 ESTRUTURA POR SEXO E IDADE

A Tabela 6 apresenta a repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo a idade, por sexo e a razão de feminilidade (RF). Observa-se da mesma, que não existem diferenças importantes entre as diferentes idades. A percentagem é mais elevada nas crianças de 10 anos (6,2%), sem diferenças entre os sexos. Verifica-se também, que, para as restantes idades, as percentagens variam entre 5% para as crianças de zero anos e 5,8% para as crianças de 3 anos.

Relativamente aos grupos específicos, pode aferir-se da mesma Tabela, que as crianças de 0-3 anos representam 21,8% do grupo de 0 a 17 anos. As que estão em idade do pré-escolar, 4-5 anos, representam 11,4% e as em idade escolar, 6-11 anos, representam 34,2%. Por outro lado, verifica-se também que os adolescentes de 12-17 anos representam 32,5% dessa população.

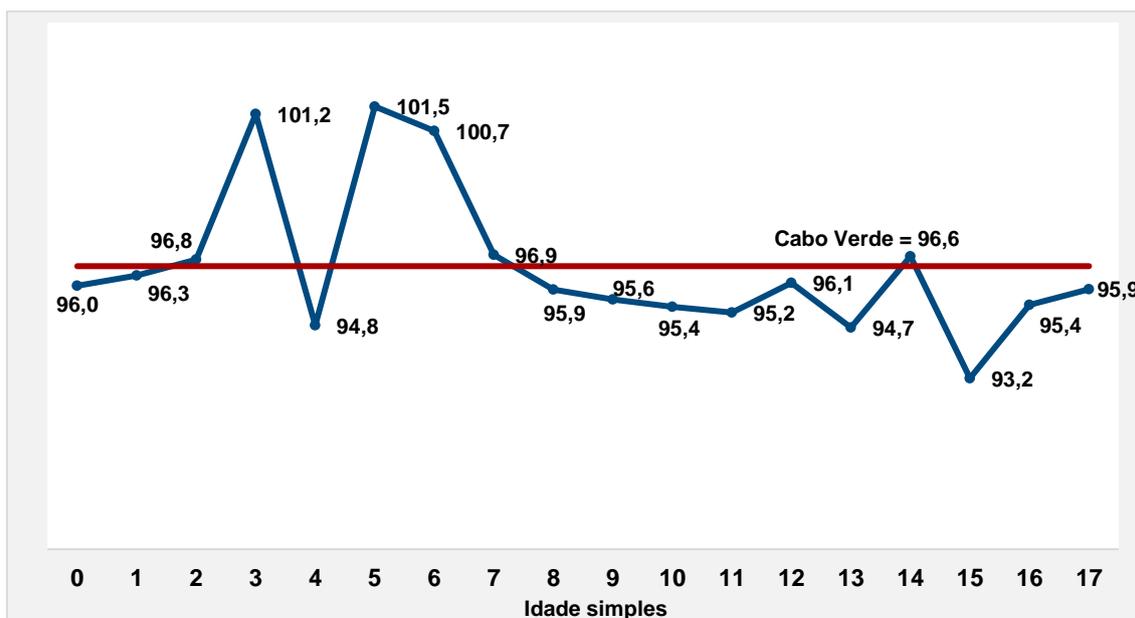
**Tabela 6 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo a idade, por sexo e razão de feminilidade (RF), Cabo Verde, 2021**

Idade/grupos específicos	Sexo						RF(%)
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino		
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	
<b>Total</b>	<b>165 370</b>	<b>100,0</b>	<b>84 124</b>	<b>100,0</b>	<b>81 246</b>	<b>100,0</b>	<b>96,6</b>
0	8 201	5,0	4 184	5,0	4 017	4,9	96,0
1	9 009	5,4	4 589	5,5	4 420	5,4	96,3
2	9 291	5,6	4 721	5,6	4 570	5,6	96,8
3	9 554	5,8	4 748	5,6	4 806	5,9	101,2
4	9 485	5,7	4 869	5,8	4 616	5,7	94,8
5	9 446	5,7	4 689	5,6	4 757	5,9	101,5
6	9 367	5,7	4 667	5,5	4 700	5,8	100,7
7	9 164	5,5	4 653	5,5	4 511	5,6	96,9
8	9 201	5,6	4 697	5,6	4 504	5,5	95,9
9	9 441	5,7	4 827	5,7	4 614	5,7	95,6
10	10 237	6,2	5 240	6,2	4 997	6,2	95,4
11	9 211	5,6	4 719	5,6	4 492	5,5	95,2
12	8 789	5,3	4 482	5,3	4 307	5,3	96,1
13	9 201	5,6	4 725	5,6	4 476	5,5	94,7
14	9 142	5,5	4 643	5,5	4 499	5,5	96,9
15	9 229	5,6	4 777	5,7	4 452	5,5	93,2
16	8 708	5,3	4 456	5,3	4 252	5,2	95,4
17	8 694	5,3	4 438	5,3	4 256	5,2	95,9
<b>Grupos específicos</b>							
0-3	36 055	21,8	18 242	21,7	17 813	21,9	97,6
4-5	18 931	11,4	9 558	11,4	9 373	11,5	98,1
6-11	56 621	34,2	28 803	34,2	27 818	34,2	96,6
12-17	53 763	32,5	27 521	32,7	26 242	32,3	95,4
15-17	26 631	16,1	13 671	16,3	12 960	16,0	94,8

Fonte: INE, Censo 2021

A razão de feminilidade indica que existem mais rapazes do que raparigas entre as crianças de 0, 1 e 2 anos (96 raparigas para cada 100 rapazes) (Gráfico 3). Entre as crianças de 3, 5 e 6 anos, o número de raparigas é maior do que o de rapazes. Nas restantes idades, compreendidas entre 7 e 17 anos, esse indicador indica que o número de rapazes é superior ao de raparigas, qualquer que seja a idade.

**Gráfico 3 - Razão de feminilidade (RF) para a população residente de 0 a 17 anos, por idade simples (%), Cabo Verde, 2021**



Fonte: INE, Censo 2021

## 4 CONTEXTO FAMILIAR DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Os laços de parentesco como relações entre os indivíduos, estabelecidos tanto através da união, como por meio de linhas de descendência que ligam pessoas consanguíneas ou não, são de extrema importância na maioria das fases da vida de um indivíduo, e, das crianças e adolescentes em particular. Pressupõe-se que podem existir diferenças no desenvolvimento das crianças e adolescentes, que variam segundo o contexto familiar onde vivem e a natureza das relações estabelecidas entre elas e os seus progenitores ou não.

Dentro desta perspectiva, este capítulo tem como objetivo analisar a relação de parentesco das crianças e adolescentes com o representante do agregado familiar, os tipos de agregados familiares onde estão inseridos, o nível de conforto, entre outras informações que permitem ter uma percepção das condições de que dispõem para o seu crescimento e desenvolvimento, através dos padrões de socialização familiar.

### 4.1 RELAÇÃO DE PARENTESCO COM O REPRESENTANTE DO AGREGADO FAMILIAR

Das 165.370 crianças e adolescentes com menos de 18 anos de idade, 164.893 residem nos agregados familiares e foram identificados o seu grau de parentesco ou de convivência com os representantes dos mesmos. Deste total, a grande maioria, ou seja, 113.170 indivíduos (68,6%), são filhos ou enteados dos representantes dos agregados<sup>19</sup> (Tabela 7).

Existem casos que, embora estatisticamente pouco significativos, não deixam de causar alguma preocupação, designadamente, 231 crianças e adolescentes que são representantes de agregados familiares (0,1%) e 112 que são cônjuges do representante (0,1%). Estes são casos atípicos e que poderão sugerir, à partida, situações de crianças e adolescentes em circunstâncias difíceis.

Existem ainda, 50.195 crianças e adolescentes que, embora parentes do representante, isto é, seu irmão, neto/bisneto, sobrinho, genro/nora, filho adotivo ou outro tipo de parentesco, não são seus filhos ou enteados. Destes, 40.059 (24,3%) são netos/bisnetos do representante do agregado.

---

<sup>19</sup> 61.951 indivíduos são filhos do representante e do cônjuge e 51.219 são filhos apenas do representante ou do cônjuge.

**Tabela 7 - Repartição da população residente nos agregados familiares de 0 a 17 anos, segundo a relação de parentesco com o representante do agregado e sexo, por meio de residência, Cabo Verde, 2021**

Relação de parentesco	Meio de residência					
	Cabo Verde		Urbano		Rural	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Ambos os sexos</b>	<b>164 893</b>	<b>100,0</b>	<b>121 088</b>	<b>100,0</b>	<b>43 805</b>	<b>100,0</b>
Representante do agregado	231	0,1	179	0,1	52	0,1
Cônjuge	112	0,1	86	0,1	26	0,1
Filhos/enteados	113 170	68,6	87 306	72,1	25 864	59,0
Filho adotivo	430	0,3	345	0,3	85	0,2
Nora / genro	134	0,1	75	0,1	59	0,1
Neto (a) / bisneto (a)	40 059	24,3	25 166	20,8	14 893	34,0
Outro parentesco	9 536	5,8	7 083	5,8	2 453	5,6
Sem parentesco	1 221	0,7	848	0,7	373	0,9
<b>Masculino</b>	<b>83 871</b>	<b>100,0</b>	<b>61 561</b>	<b>100,0</b>	<b>22 310</b>	<b>100,0</b>
Representante do agregado	109	0,1	78	0,1	31	0,1
Cônjuge	2	0,0	2	0,0	0	0,0
Filhos/enteados	57 507	68,6	44 390	72,1	13 117	58,8
Filho adotivo	206	0,2	169	0,3	37	0,2
Nora / genro	11	0,0	8	0,0	3	0,0
Neto (a) / bisneto (a)	20 670	24,6	13 001	21,1	7 669	34,4
Outro parentesco	4 791	5,7	3 526	5,7	1 265	5,7
Sem parentesco	575	0,7	387	0,6	188	0,8
<b>Feminino</b>	<b>81 022</b>	<b>100,0</b>	<b>59 527</b>	<b>100,0</b>	<b>21 495</b>	<b>100,0</b>
Representante do agregado	122	0,2	101	0,2	21	0,1
Cônjuge	110	0,1	84	0,1	26	0,1
Filhos/enteados	55 663	68,7	42 916	72,1	12 747	59,3
Filho adotivo	224	0,3	176	0,3	48	0,2
Nora / genro	123	0,2	67	0,1	56	0,3
Neto (a) / bisneto (a)	19 389	23,9	12 165	20,4	7 224	33,6
Outro parentesco	4 745	5,9	3 557	6,0	1 188	5,5
Sem parentesco	646	0,8	461	0,8	185	0,9

Fonte: INE, Censo 2021

Quanto ao sexo, verifica-se da mesma Tabela, que os representantes dos agregados familiares ou cônjuges são sobretudo do sexo feminino, representando essa percentagem 0,3% entre as raparigas e 0,1% entre os rapazes.

Relativamente aos netos/bisnetos, as diferenças são relativamente baixas, com valor mais elevado entre os rapazes (24,6%, contra 23,9% entre as raparigas). A percentagem dos que possuem outro grau de parentesco<sup>20</sup> com o representante do agregado é quase idêntica entre os dois sexos (5,9% entre as raparigas e 5,7% entre os homens).

Verifica-se, ainda, que existem diferenças importantes no que se refere aos filhos/enteados do representante do agregado por meio de residência, sendo que essa percentagem corresponde a 72,1% no meio urbano e 59% no meio rural.

<sup>20</sup> Estão incluídas nesta modalidade os indivíduos que foram declaradas como sendo cunhada (o), tia (o), sobrinha (o), prima (o) do representante.

A maioria das crianças e adolescentes que são representantes de agregados ou cônjuge vive no meio urbano, (179 representantes do agregado e 86 cônjuges) embora, em termos relativos, a percentagem seja idêntica nos dois meios de residência (0,1% para cada tipo de relação de parentesco).

A diferença mais acentuada entre os dois meios de residência se verifica entre os netos/bisnetos, com percentagem relativamente mais elevada no meio rural (34%, contra 20,8% no meio urbano).

A maior parte das crianças e adolescentes que não possui qualquer laço de parentesco com o representante do agregado, reside no meio urbano (848 indivíduos contra 373 no meio rural).

A Tabela 8 apresenta a repartição da população residente nos agregados familiares de 0 a 17 anos, segundo os grupos etários e sexo, por relação de parentesco com o representante do agregado. A mesma indica que os adolescentes que são representantes do agregado ou cônjuges, têm entre 12 e 17 anos, e correspondem a 0,6% da população desta faixa etária, sendo que 0,4% são representantes do agregado e 0,2% são cônjuges. Relativamente ao sexo, as percentagens correspondentes a estas duas condições são relativamente mais elevadas entre as raparigas da mesma faixa etária (0,3% contra 0,1% entre os rapazes).

A maioria dos netos/bisnetos possui entre 0-3 anos, representando 31,1% das crianças desta faixa etária. Essa percentagem diminui à medida que aumenta a idade, baixando para 29,6% entre as crianças de 4-5 anos, 24,2% entre as crianças de 6-11 anos e 17,7% entre os adolescentes dos 12-17 anos.

**Tabela 8 - Repartição da população residente nos agregados familiares de 0 a 17 anos, segundo os grupos etários e sexo, por relação de parentesco com o representante do agregado, Cabo Verde, 2021**

Sexo e grupos etários	Relação de parentesco													
	Total		Representante do agregado		Cônjuge		Filho		Neto / bisneto		Outro parentesco		Sem parentesco	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Ambos os sexos</b>	<b>164 893</b>	<b>100,0</b>	<b>231</b>	<b>0,1</b>	<b>112</b>	<b>0,1</b>	<b>113 600</b>	<b>68,9</b>	<b>40 059</b>	<b>24,3</b>	<b>9 670</b>	<b>5,9</b>	<b>1 221</b>	<b>0,7</b>
0-3	36 022	100,0	0	0,0	0	0,0	23 008	63,9	11 193	31,1	1 601	4,4	220	0,6
4-5	18 914	100,0	0	0,0	0	0,0	12 277	64,9	5 597	29,6	907	4,8	133	0,7
6-11	56 519	100,0	0	0,0	0	0,0	39 413	69,7	13 697	24,2	3 008	5,3	401	0,7
12-17	53 438	100,0	231	0,4	112	0,2	38 902	72,8	9 572	17,9	4 154	7,8	467	0,9
<b>Masculino</b>	<b>83 871</b>	<b>100,0</b>	<b>109</b>	<b>0,1</b>	<b>2</b>	<b>0,0</b>	<b>57 713</b>	<b>68,8</b>	<b>20 670</b>	<b>24,6</b>	<b>4 802</b>	<b>5,7</b>	<b>575</b>	<b>0,7</b>
0-3	18 223	100,0	0	0,0	0	0,0	11 601	63,7	5 681	31,2	827	4,5	114	0,6
4-5	9 552	100,0	0	0,0	0	0,0	6 162	64,5	2 879	30,1	436	4,6	75	0,8
6-11	28 746	100,0	0	0,0	0	0,0	20 065	69,8	7 003	24,4	1 486	5,2	192	0,7
12-17	27 350	100,0	109	0,4	2	0,0	19 885	72,7	5 107	18,7	2 053	7,5	194	0,7
<b>Feminino</b>	<b>81 022</b>	<b>100,0</b>	<b>122</b>	<b>0,2</b>	<b>110</b>	<b>0,1</b>	<b>55 887</b>	<b>69,0</b>	<b>19 389</b>	<b>23,9</b>	<b>4 868</b>	<b>6,0</b>	<b>646</b>	<b>0,8</b>
0-3	17 799	100,0	0	0,0	0	0,0	11 407	64,1	5 512	31,0	774	4,3	106	0,6
4-5	9 362	100,0	0	0,0	0	0,0	6 115	65,3	2 718	29,0	471	5,0	58	0,6
6-11	27 773	100,0	0	0,0	0	0,0	19 348	69,7	6 694	24,1	1 522	5,5	209	0,8
12-17	26 088	100,0	122	0,5	110	0,4	19 017	72,9	4 465	17,1	2 101	8,1	273	1,0

Fonte: INE, Censo 2021

## 4.2 CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS DIVERSOS TIPOS DE AGREGADOS FAMILIARES

A Tabela 9 abaixo, indica que 36,1% das crianças e adolescentes vivem em agregados conjugais nucleares, ou seja, vivem com ambos os progenitores; 19,9% vivem em agregados conjugais compósitos, ou seja, para além dos progenitores, existem outras pessoas aparentadas ou não nos respetivos agregados. Cerca de 39,7% das crianças e adolescentes vivem apenas com um dos progenitores, sendo que 17,7% vivem em agregados monoparentais nucleares (agregados constituídos pelo representante e pelos filhos e/ou enteados) e 22,0% vivem em agregados monoparentais compósitos (agregados constituídos pelo representante, pelos filhos e/ou enteados e outras pessoas aparentadas ou não).

A mesma Tabela indica ainda que 4,0% vivem em agregados não conjugais e 0,1% vivem em agregados sem relação de parentesco, ou seja, o representante não tem nenhuma relação de parentesco com os restantes membros.

Existem 60 crianças e adolescentes que vivem sozinhas (agregados unipessoais) e 71 que vivem somente com o representante e respetivo cônjuge (casais isolados), ou seja, são representantes e/ou cônjuges. Estes são casos atípicos que, embora em termos percentuais não são significativos, não deixam de constituir uma preocupação, por serem crianças e adolescentes que assumem a representação da família ou que estão em união com o representante do agregado.

Relativamente ao meio de residência, verifica-se que existem diferenças importantes nos diferentes tipos de agregados: a percentagem das crianças e adolescentes que vivem em agregados conjugais nucleares é relativamente mais elevada no meio urbano (37,9% contra 31,3% no meio rural), enquanto a percentagem dos que vivem em agregados conjugais compósitos é relativamente mais elevada no meio rural (25,3% contra 18% no meio urbano).

Quanto às crianças e adolescentes que vivem em agregados monoparentais nucleares, a percentagem é relativamente mais elevada no meio urbano (19,6% contra 12,4% no rural). De forma contrária, a percentagem dos que vivem em agregados monoparentais compósitos é mais elevada no meio rural (25,5% contra 20,8% no meio urbano). Tanto para as crianças e adolescentes que vivem sozinhos como aqueles que vivem como casais isolados, o número é mais elevado no meio urbano (38 no meio urbano e 22 no meio rural entre as que vivem sozinhas; e 52 no meio urbano contra 19 no meio rural entre aquelas que vivem como casais isolados).

No que se refere ao concelho, a mesma Tabela mostra que a percentagem das crianças e adolescentes que vivem em agregados monoparentais nucleares é relativamente mais elevada que o valor nacional nos concelhos da Praia (21,0%), Sal (19,8%), S. Vicente (18,8%) e Boavista (18,2%). A percentagem mais baixa se verifica no concelho de Ribeira Grande de Santiago (9,8%).

Quanto às percentagens de crianças e adolescentes que vivem nos agregados monoparentais compósitos, valores relativamente mais elevados que os nacionais se verificam nos concelhos de S. Salvador do Mundo (33,2%), S. Miguel (31,5%), Santa Catarina (30,3%), Paul (26,9%), S. Lourenço dos Órgãos (26,8%), Tarrfal (25%), Santa Cruz (25,7%), Ribeira Brava (24,6%), Tarrfal de S. Nicolau (23,4%). Nos concelhos de S. Vicente e Porto Novo, essa percentagem é quase idêntica ao nacional (22,2% e 22,1% respetivamente para os dois concelhos). Percentagens mais baixas se verificam nos concelhos da Boavista (12,5%), Sal (13,9%), Santa Catarina do Fogo (17,2%) e Mosteiros (18,2%).

A percentagem desse grupo populacional que vive em agregados sem nenhuma relação de parentesco com o representante é relativamente mais elevada nos concelhos de S. Salvador do Mundo (0,4%) Ribeira Grande e Ribeira Grande de Santiago (0,3% para cada um dos concelhos).

Tabela 9 - Repartição da população residente nos agregados familiares de 0 a 17 anos, segundo a tipologia do agregado familiar, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021

Meio de residência e concelho	Tipologia dos agregados familiares com crianças e adolescentes																	
	Total		Unipessoais		Casais isolados		Conjugais nucleares		Conjugais compostos		Monoparentais nucleares		Monoparentais compostos		Não conjugais/ outros		Sem relação de parentesco	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>164 893</b>	<b>100,0</b>	<b>60</b>	<b>0,0</b>	<b>71</b>	<b>0,0</b>	<b>59 580</b>	<b>36,1</b>	<b>32 873</b>	<b>19,9</b>	<b>29 118</b>	<b>17,7</b>	<b>36 347</b>	<b>22,0</b>	<b>6 661</b>	<b>4,0</b>	<b>183</b>	<b>0,1</b>
<b>Meio de residência</b>																		
Urbano	121 088	100,0	38	0,0	52	0,0	45 853	37,9	21 774	18,0	23 684	19,6	25 163	20,8	4 401	3,6	123	0,1
Rural	43 805	100,0	22	0,1	19	0,0	13 727	31,3	11 099	25,3	5 434	12,4	11 184	25,5	2 260	5,2	60	0,1
<b>Concelho</b>																		
RG	4 301	100,0	0	0,0	0	0,0	1 494	34,7	1 096	25,5	600	14,0	914	21,3	183	4,3	14	0,3
PL	1 557	100,0	0	0,0	0	0,0	460	29,5	418	26,8	195	12,5	419	26,9	63	4,0	2	0,1
PN	4 985	100,0	0	0,0	2	0,0	1 568	31,5	1 318	26,4	802	16,1	1 104	22,1	181	3,6	10	0,2
SV	21 293	100,0	11	0,1	7	0,0	7 793	36,6	3 775	17,7	4 004	18,8	4 719	22,2	955	4,5	29	0,1
RB	2 003	100,0	0	0,0	0	0,0	550	27,5	607	30,3	264	13,2	492	24,6	86	4,3	4	0,2
TASN	1 679	100,0	1	0,1	1	0,1	532	31,7	418	24,9	265	15,8	393	23,4	68	4,1	1	0,1
SL	11 369	100,0	5	0,0	4	0,0	5 187	45,6	2 055	18,1	2 251	19,8	1 585	13,9	265	2,3	17	0,1
BV	4 403	100,0	0	0,0	8	0,2	2 238	50,8	698	15,9	801	18,2	550	12,5	103	2,3	5	0,1
MA	2 026	100,0	1	0,0	1	0,0	752	37,1	411	20,3	316	15,6	429	21,2	114	5,6	2	0,1
TA	6 096	100,0	2	0,0	0	0,0	1 883	30,9	1 311	21,5	1 080	17,7	1 527	25,0	281	4,6	12	0,2
SC	14 040	100,0	7	0,0	2	0,0	4 141	29,5	2 510	17,9	2 290	16,3	4 250	30,3	830	5,9	10	0,1
SZ	9 976	100,0	1	0,0	1	0,0	3 007	30,1	2 492	25,0	1 516	15,2	2 566	25,7	390	3,9	3	0,0
PR	49 706	100,0	15	0,0	24	0,0	19 840	39,9	8 236	16,6	10 455	21,0	9 579	19,3	1 520	3,1	37	0,1
SD	5 100	100,0	3	0,1	1	0,0	1 720	33,7	1 320	25,9	558	10,9	1 216	23,8	279	5,5	3	0,1
SM	4 755	100,0	1	0,0	4	0,1	1 248	26,2	1 001	21,1	691	14,5	1 498	31,5	309	6,5	3	0,1
SSM	2 693	100,0	3	0,1	0	0,0	609	22,6	630	23,4	321	11,9	893	33,2	226	8,4	11	0,4
SLO	2 204	100,0	2	0,1	0	0,0	513	23,3	718	32,6	248	11,3	591	26,8	130	5,9	2	0,1
RGST	2 729	100,0	2	0,1	1	0,0	657	24,1	784	28,7	267	9,8	841	30,8	168	6,2	9	0,3
MO	2 977	100,0	1	0,0	3	0,1	1 066	35,8	749	25,2	513	17,2	542	18,2	101	3,4	2	0,1
SF	7 232	100,0	4	0,1	9	0,1	2 893	40,0	1 500	20,7	1 078	14,9	1 463	20,2	282	3,9	3	0,0
SCFO	1 804	100,0	1	0,1	1	0,1	698	38,7	466	25,8	253	14,0	311	17,2	72	4,0	2	0,1
BR	1 965	100,0	0	0,0	2	0,1	731	37,2	360	18,3	350	17,8	465	23,7	55	2,8	2	0,1

Fonte: INE, Censo 2021

### 4.3 NÍVEL DE CONFORTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

À semelhança dos dois últimos censos realizados em Cabo Verde, foi construído um indicador, denominado “nível de conforto”, cujo princípio de cálculo baseia-se nos aspetos multidimensionais da noção do conforto físico dos agregados familiares. Conforme descrito na Metodologia, o indicador leva em conta variáveis que dão alguma indicação sobre o nível de vida dos agregados familiares, considerando a multiplicidade das questões relativas à habitação, como a forma de acesso à água, às fontes de energia para a preparação dos alimentos, o acesso ao saneamento, a posse de bens de equipamento, tecnologia de informação e comunicação, meio de transporte. Optou-se por classificar o indicador segundo cinco níveis de conforto: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto.

De acordo com a Tabela 10, a maioria das crianças e adolescentes vive em agregados familiares com nível de conforto médio (38,6%), 14,1% vivem em agregados com nível alto e 3,4% com nível muito alto. Pouco menos de metade (cerca de 44%) tem um nível de conforto baixo ou muito baixo.

Relativamente ao meio de residência, observa-se que existem diferenças importantes: a percentagem das crianças e adolescentes que tem um nível de conforto muito baixo ou baixo é relativamente mais elevada no meio rural (18,6% para nível muito baixo e 48,9% para nível baixo contra 6,9% e 28,5% respetivamente, para os dois níveis no meio urbano). De forma contrária, a percentagem dos que têm nível de conforto médio, alto e muito alto é mais elevada no meio urbano (43,5% contra 25,2% no rural para o nível médio, 16,9% contra 6,3% no rural para nível alto e 4,3% contra 1,0% para nível muito alto).

No que se refere ao concelho, a mesma Tabela indica que a percentagem das crianças e adolescentes que têm nível de conforto muito baixo é relativamente elevada e com valores muito acima do nacional nos concelhos de Santa Cruz (21,7%), Santa Catarina (18,0%), S. Salvador do Mundo (16,2%), S. Miguel (15,8%), Tarrafal (14,2%), S. Filipe (13,5%) e Ribeira Grande de Santiago (12,0%). A percentagem mais baixa se verifica na Brava (1,5%).

Mais de metade desse grupo populacional tem nível de conforto baixo nos concelhos S. Salvador do Mundo (55,1%), S. Lourenço dos Órgãos (53,3%) e S. Miguel (53,2%). Em S. Domingos (49,9%) e Santa Cruz (48,9%), essa percentagem também é elevada.

Na Brava, 52,9% tem nível de conforto médio. Seguem-se por ordem de importância os concelhos do Sal (48,5%), Boavista (46,2%) e Maio (45,5%).

Relativamente ao nível de conforto alto, as percentagens são mais elevadas nos concelhos da Ribeira Brava (22,3%), Sal (19,6%), Tarrafal de S. Nicolau (19,4%), Maio e Praia (19,2% para cada um dos concelhos), S. Vicente (17,2%) e Brava (16,6%). Percentagem mais baixa correspondente a esse nível de conforto se verifica em Santa Cruz (4,6%).

No concelho da Ribeira Brava, 7,1% de crianças e adolescentes vivem em agregados com nível de conforto muito alto. Seguem-se os concelhos da Praia (6,0%), Tarrafal de S. Nicolau (5,2%), Ribeira Grande e Sal (4,2% para cada um dos concelhos).

Tabela 10 - Repartição da população residente nos agregados familiares de 0 a 17 anos, segundo o nível de conforto, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021

Meio de residência e concelho	Nível de conforto											
	Total		Muito baixo		Baixo		Médio		Alto		Muito alto	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>164 893</b>	<b>100,0</b>	<b>16 498</b>	<b>10,0</b>	<b>55 882</b>	<b>33,9</b>	<b>63 646</b>	<b>38,6</b>	<b>23 204</b>	<b>14,1</b>	<b>5 663</b>	<b>3,4</b>
<b>Meio de residência</b>												
Urbano	121 088	100,0	8 343	6,9	34 481	28,5	52 613	43,5	20 435	16,9	5 216	4,3
Rural	43 805	100,0	8 155	18,6	21 401	48,9	11 033	25,2	2 769	6,3	447	1,0
<b>Concelho</b>												
Ribeira Grande	4 301	100,0	216	5,0	1 528	35,5	1 736	40,4	640	14,9	181	4,2
Paul	1 557	100,0	146	9,4	615	39,5	563	36,2	202	13,0	31	2,0
Porto Novo	4 985	100,0	502	10,1	2 218	44,5	1 793	36,0	409	8,2	63	1,3
São Vicente	21 293	100,0	2 411	11,3	4 797	22,5	9 540	44,8	3 668	17,2	877	4,1
Ribeira Brava	2 003	100,0	130	6,5	513	25,6	771	38,5	447	22,3	142	7,1
Tarrafal de São Nicolau	1 679	100,0	35	2,1	479	28,5	752	44,8	325	19,4	88	5,2
Sal	11 369	100,0	882	7,8	2 273	20,0	5 512	48,5	2 226	19,6	476	4,2
Boavista	4 403	100,0	330	7,5	1 318	29,9	2 036	46,2	586	13,3	133	3,0
Maio	2 026	100,0	88	4,3	559	27,6	921	45,5	388	19,2	70	3,5
Tarrafal	6 096	100,0	863	14,2	2 510	41,2	2 150	35,3	528	8,7	45	0,7
Santa Catarina	14 040	100,0	2 521	18,0	6 433	45,8	3 873	27,6	1 065	7,6	148	1,1
Santa Cruz	9 976	100,0	2 163	21,7	4 875	48,9	2 438	24,4	458	4,6	42	0,4
Praia	49 706	100,0	2 546	5,1	13 774	27,7	20 871	42,0	9 529	19,2	2 986	6,0
São Domingos	5 100	100,0	608	11,9	2 545	49,9	1 389	27,2	485	9,5	73	1,4
São Miguel	4 755	100,0	749	15,8	2 529	53,2	1 194	25,1	252	5,3	31	0,7
São Salvador do Mundo	2 693	100,0	437	16,2	1 485	55,1	618	22,9	147	5,5	6	0,2
São Lourenço dos Órgãos	2 204	100,0	144	6,5	1 174	53,3	727	33,0	138	6,3	21	1,0
Ribeira Grande Santiago	2 729	100,0	328	12,0	1 204	44,1	832	30,5	335	12,3	30	1,1
Mosteiros	2 977	100,0	201	6,8	1 097	36,8	1 335	44,8	306	10,3	38	1,3
São Filipe	7 232	100,0	978	13,5	2 660	36,8	2 887	39,9	612	8,5	95	1,3
Santa Catarina do Fogo	1 804	100,0	191	10,6	791	43,8	668	37,0	131	7,3	23	1,3
Brava	1 965	100,0	29	1,5	505	25,7	1 040	52,9	327	16,6	64	3,3

Fonte: INE, Censo 2021

#### 4.4 ORFANDADE E SOBREVIVÊNCIA DOS PAIS BIOLÓGICOS

Um dos direitos das crianças e adolescentes, consagrados nas legislações nacionais e internacionais, é o direito à proteção, principalmente de uma família, seja ela biológica ou adotiva. Neste subcapítulo, são analisadas a situação das crianças e adolescentes perante a orfandade e perante o registo de nascimento.

##### 4.4.1 Situação perante a orfandade

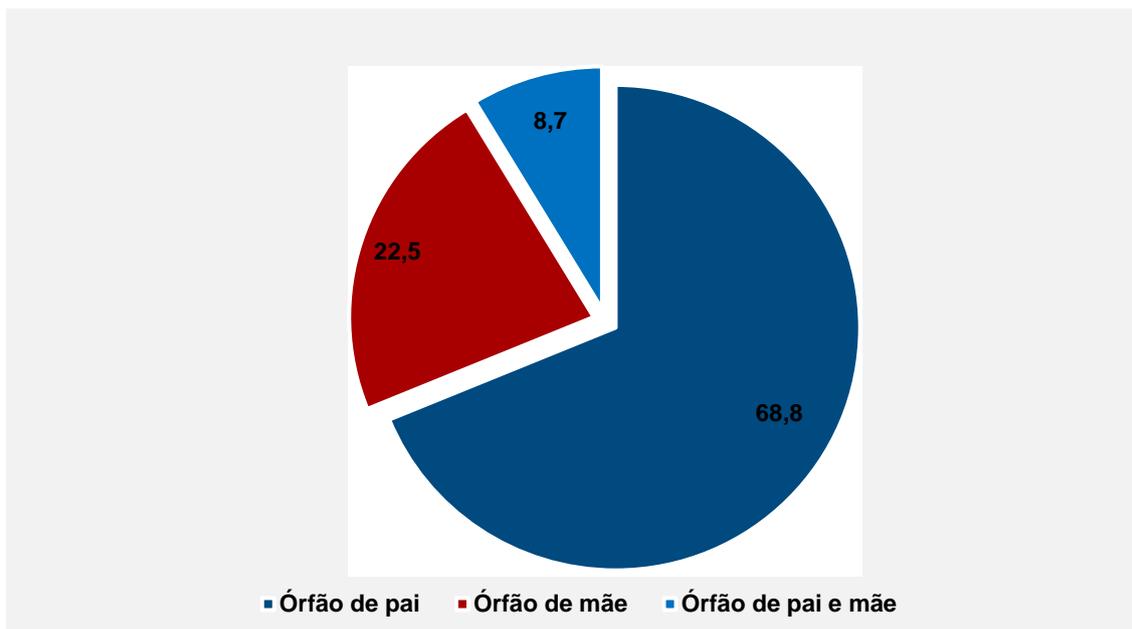
A Tabela 11 apresenta a repartição da população residente de 0 a 17 anos segundo a situação perante a orfandade, por sexo. Observa-se que, entre o total das 165.370 crianças e adolescentes, 159.289 (96,3%) não são órfãos de nenhum dos progenitores e 5.872 são órfãos de pelo menos um dos progenitores (3,6%). Destes, 2,4% são órfãos de pai, 0,8% são órfãos de mãe e 0,3% são órfãos de mãe e pai. Observa-se ainda da mesma Tabela, que não existem diferenças entre os sexos.

**Tabela 11 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo a situação perante a orfandade, por sexo, Cabo Verde, 2021**

Situação perante a orfandade	Sexo					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Total</b>	<b>165 370</b>	<b>100,0</b>	<b>84 124</b>	<b>100,0</b>	<b>81 246</b>	<b>100,0</b>
Não órfã	159 289	96,3	81 030	96,3	78 259	96,3
Órfão de pai	4 041	2,4	2 027	2,4	2 014	2,5
Órfão de mãe	1 321	0,8	693	0,8	628	0,8
Órfão de pai e mãe	510	0,3	265	0,3	245	0,3
Não sabe	209	0,1	109	0,1	100	0,1

Fonte: INE, Censo 2021

Se considerarmos apenas as 5.872 crianças e adolescentes órfãos, o Gráfico 4 mostra que, entre elas, um pouco mais de dois terços são órfãos de pai (68,8%), 22,5% são órfãos de mãe e 8,7% são órfãos de mãe e pai.

**Gráfico 4 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, órfãs, segundo o tipo de orfandade (%), Cabo Verde 2021**

Fonte: INE, Censo 2021

A Tabela 12 apresenta a repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo o sexo, por situação perante a orfandade. Verifica-se que as percentagens são mais elevadas para os rapazes, qualquer que seja a situação perante a orfandade. Diferenças mais acentuadas se verificam a nível das crianças e adolescentes órfãos de mãe (52,5% são rapazes e 47,5% são raparigas) e órfãos de pai e mãe (52% são rapazes e 48% são raparigas).

**Tabela 12 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo o sexo, por situação perante a orfandade, Cabo Verde, 2021**

Situação perante a orfandade	Sexo					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Total</b>	<b>165 370</b>	<b>100,0</b>	<b>84 124</b>	50,9	<b>81 246</b>	<b>49,1</b>
Não órfão	159 289	100,0	81 030	50,9	78 259	49,1
Órfão de pai	4 041	100,0	2 027	50,2	2 014	49,8
Órfão de mãe	1 321	100,0	693	52,5	628	47,5
Órfão de pai e mãe	510	100,0	265	52,0	245	48,0
Não sabe	209	100,0	109	52,2	100	47,8

Fonte: INE, Censo 2021

No que se refere ao meio de residência, verifica-se da Tabela 13 que, no meio urbano, as crianças e adolescentes que não são órfãos de nenhum dos progenitores correspondem a 96,4%. Nesse meio de residência, existem 2.781 indivíduos (2,4%) dessa população que são órfãos de pai, 967 que são órfãos da mãe (0,8%), 370 órfãos de mãe e pai, (0,3%) e 153 (0,1%) não sabe, totalizando 4.361 crianças e adolescentes nesta condição.

Quanto ao meio rural, verifica-se que 96,1% das crianças e adolescentes não são órfãos de nenhum dos progenitores. Entretanto, existem 1.170 (2,7%) que são órfãos de pai, 357 (0,8%) órfãos de mãe, 140 órfãos de pai e mãe (0,3%) e 56 não sabe (0,1%), totalizando 1.720 crianças e adolescentes órfãos nesse meio de residência.

**Tabela 13 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo a situação perante a orfandade, por meio de residência, Cabo Verde, 2021**

Situação perante a orfandade	Meio de residência					
	Cabo Verde		Urbano		Rural	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Total</b>	<b>165 370</b>	<b>100,0</b>	<b>121 502</b>	<b>100,0</b>	<b>43 868</b>	<b>100,0</b>
Não órfão	159 289	96,3	117 141	96,4	42 148	96,1
Órfão de pai	4 041	2,4	2 871	2,4	1 170	2,7
Órfão de mãe	1 321	0,8	967	0,8	354	0,8
Órfão de pai e mãe	510	0,3	370	0,3	140	0,3
Não sabe	209	0,1	153	0,1	56	0,1

Fonte: INE, Censo 2021

#### 4.4.2 Sobrevivência dos pais biológicos / convivência com os mesmos

Os resultados da Tabela 14 indicam que 83,1% das crianças e adolescentes têm a mãe biológica viva e vivem no mesmo agregado. Entretanto, 15,8% também têm a mãe biológica viva, mas não vivem no mesmo agregado, e 1,1% não têm/não sabem da sobrevivência da progenitora. Relativamente ao sexo, a mesma tabela indica que as percentagens são quase idênticas ao nível nacional, com valor relativamente mais elevado entre os rapazes (16,4% têm mãe biológica viva, mas não vivem no mesmo agregado e 15,1% entre as raparigas que se encontram na mesma condição).

**Tabela 14 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo a sobrevivência de um dos progenitores/convivência com os mesmos, por sexo, Cabo Verde, 2021**

Sobrevivência/ convivência dos (com) os pais biológicos	Sexo					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Mãe biológica viva</b>	<b>165370</b>	<b>100,0</b>	<b>84 124</b>	<b>100,0</b>	<b>81 246</b>	<b>100,0</b>
Sim, e vive no agregado	137 434	83,1	69 357	82,4	68 077	83,8
Sim, mas não vive no agregado	26 068	15,8	13 787	16,4	12 281	15,1
Não/Não sabe	1 868	1,1	980	1,2	888	1,1
<b>Pai biológico vivo</b>	<b>165 370</b>	<b>100,0</b>	<b>84 124</b>	<b>100,0</b>	<b>81 246</b>	<b>100,0</b>
Sim, e vive no agregado	75 606	45,7	39 079	46,5	36 527	45,0
Sim, mas não vive no agregado	85 001	51,4	42 646	50,7	42 355	52,1
Não/Não sabe	4 763	2,9	2 399	2,9	2 364	2,9

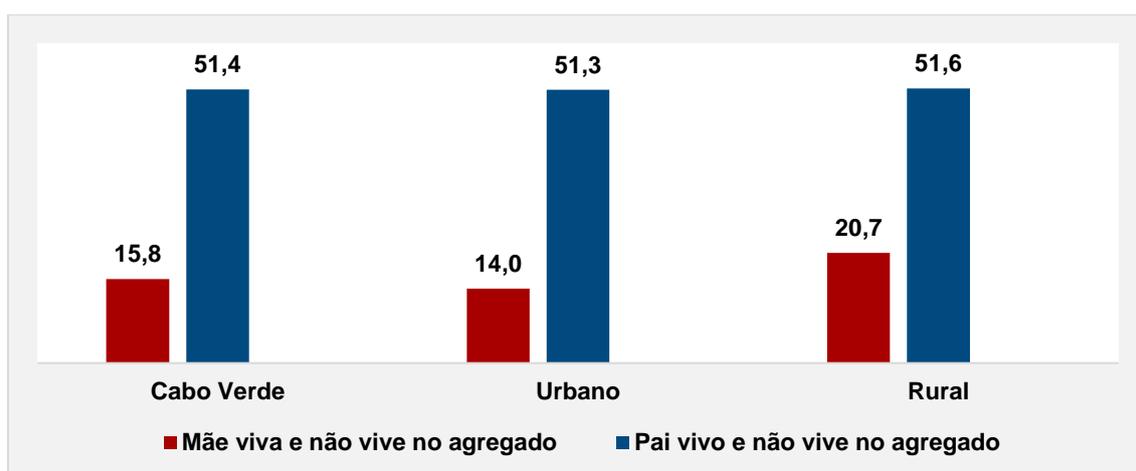
Fonte: INE, Censo 2021

Em relação à sobrevivência/ convivência com o pai biológico, verifica-se da mesma Tabela que mais de metade dessa população (51,4%) tem o pai biológico vivo, mas não vivem no mesmo agregado. Esse é um valor muito elevado que pode constituir pistas para melhor aprofundamento da questão. No entanto, 45,7% têm o pai biológico vivo e habitam no mesmo agregado, enquanto 2,9% desse grupo de população não têm/não sabem da sobrevivência do pai.

As diferenças quanto ao sexo das crianças e adolescentes não são significativas, embora a percentagem de crianças e adolescentes que têm o pai vivo, mas não vivem no mesmo agregado seja um pouco mais elevada entre as raparigas (52,1% contra 50,7% entre os rapazes).

Quanto ao meio de residência, de acordo com o Gráfico 5, e conforme já referido na Tabela acima, em Cabo Verde, 51,1% das crianças e adolescentes têm o pai biológico vivo, mas não vivem no mesmo agregado, enquanto que essa percentagem é de 15,8% quando se refere à mãe biológica. Comparativamente ao meio de residência, observa-se do mesmo Gráfico, que existem diferenças entre os dois meios quando se refere à sobrevivência/convivência com a mãe biológica no agregado, pois a percentagem é mais elevada no meio rural (20,7% e 14,0% no meio urbano). As diferenças entre os dois meios de residência não são tão relevantes quanto à sobrevivência/convivência com o pai biológico no mesmo agregado (51,3% no meio urbano e 51,6% no rural).

**Gráfico 5 - Proporção de população residente de 0 a 17 anos, segundo a sobrevivência de um dos progenitores/convivência com os mesmos, por meio de residência (%), Cabo Verde 2021**



Fonte: INE, Censo 2021

Analisando essa questão por idade das crianças e adolescentes, verifica-se da Tabela 15, que o número de crianças com idade compreendida entre 0 e 5 anos cujos progenitores não vivem no agregado aumenta com a idade. Observa-se também, que o número de crianças

e adolescentes com o pai biológico vivo, mas não vivem no mesmo agregado (85.001) é maior que o número de crianças e adolescentes com a mãe biológica viva, mas não vivem no mesmo agregado (26.068).

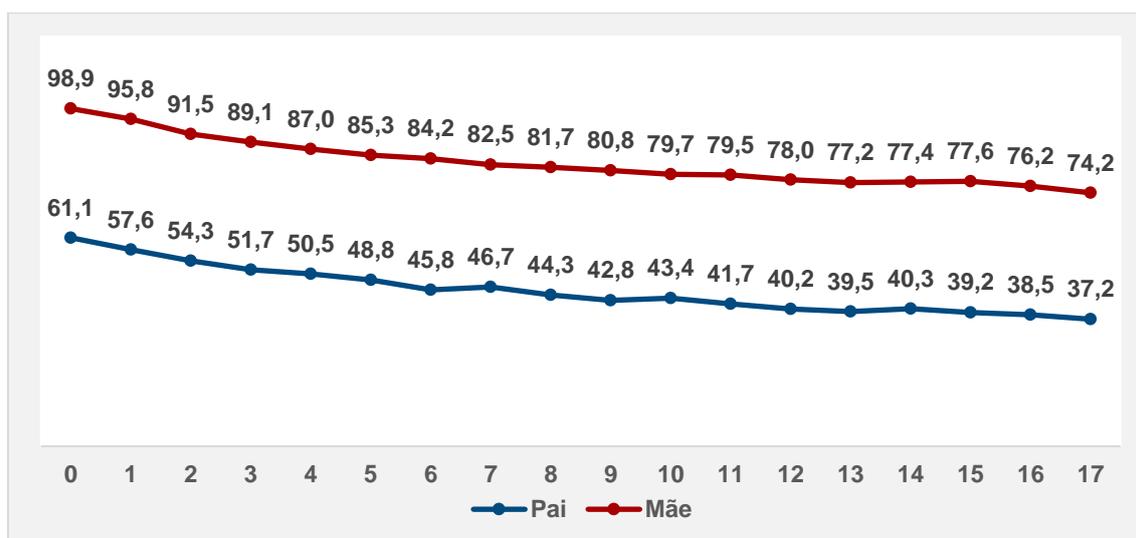
**Tabela 15 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo a sobrevivência de um dos progenitores/convivência com os mesmos, por idade, Cabo Verde, 2021**

Sobrevivência/ convivência dos pais biológicos	Idade / grupos de idade								
	Total	0	1	2	3	4	5	6-11	12-17
<b>Mãe biológica viva</b>	<b>165 370</b>	<b>8 201</b>	<b>9 009</b>	<b>9 291</b>	<b>9 554</b>	<b>9 485</b>	<b>9 446</b>	<b>56 621</b>	<b>53 763</b>
Sim, e vive no agregado	137 434	8 111	8 634	8 500	8 513	8 256	8 057	46 071	41 292
Sim, mas não vive no agregado	26 068	82	359	760	1 017	1 195	1 323	9 945	11 387
Não/Não sabe	1 868	8	16	31	24	34	66	605	1 084
<b>Pai biológico vivo</b>	<b>165 370</b>	<b>8 201</b>	<b>9 009</b>	<b>9 291</b>	<b>9 554</b>	<b>9 485</b>	<b>9 446</b>	<b>56 621</b>	<b>53 763</b>
Sim, e vive no agregado	75 606	5 009	5 189	5 049	4 942	4 791	4 605	24 968	21 053
Sim, mas não vive no agregado	85 001	3 136	3 757	4 131	4 503	4 578	4 674	30 188	30 034
Não/Não sabe	4 763	56	63	111	109	116	167	1 465	2 676

Fonte: INE, Censo 2021

O Gráfico 6 também mostra essa tendência, indicando que a proporção das crianças e adolescentes que vivem com a mãe biológica é maior que a proporção das crianças e adolescentes que vivem com o pai biológico para todas as idades. Nota-se também, que essas proporções se reduzem com a idade.

**Gráfico 6 - Proporção da população residente de 0 a 17 anos, que vive com a mãe biológica ou com o pai biológico, por idade simples (%), Cabo Verde 2021**



Fonte: INE, Censo 2021

Entre as 8.201 crianças com menos de 1 ano de idade, 8.111 (98,9%) têm a mãe biológica viva e estas vivem no agregado, enquanto somente 5.009 (61,1%) têm o pai biológico vivo

e estes vivem no agregado. Essa percentagem se reduz com a idade e, entre as adolescentes com 17 anos, 37,2% vivem com os seus pais biológicos no agregado, enquanto 74,2% vivem com suas mães biológicas no agregado.

#### 4.5 REGISTO DE NASCIMENTO

O direito à identidade corresponde a um dos direitos civis das crianças, de acordo com o Artigo 28º- alínea 1 do ECA. No Censo 2021, a questão sobre o registo de nascimento foi perguntada para todas as pessoas menores de 18 anos. Os resultados da Tabela 16 indicam que em Cabo Verde, existem 2.015 crianças e adolescentes que não são registadas ou o representante informou que não sabe, correspondendo a 1,2% do total desse grupo populacional, sem diferenças entre os sexos.

De realçar que essa percentagem era de 2,8% em 2010, indicando assim que houve uma diminuição relativa de 1,6 ponto percentual, devido às medidas implementadas pelo Governo, visando a melhoria dessa problemática.

Observa-se também da mesma Tabela, que a percentagem das crianças e adolescentes não registadas é relativamente mais elevada no meio rural (1,5% contra 1,1% no meio urbano). No meio rural, essa percentagem é um pouco mais elevada entre as raparigas, apesar das diferenças não serem significativas (1,6% entre as raparigas e 1,5% entre os rapazes), enquanto no meio urbano essa percentagem é idêntica para os dois sexos (1,1%).

**Tabela 16 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo a situação perante o registo de nascimento, por meio de residência e sexo, Cabo Verde, 2021**

Meio de residência e sexo	Total		Sim		Não/Não sabe	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>165 370</b>	<b>100,0</b>	<b>163 355</b>	<b>98,8</b>	<b>2 015</b>	<b>1,2</b>
Masculino	84 124	100,0	83 089	98,8	1 035	1,2
Feminino	81 246	100,0	80 266	98,8	980	1,2
<b>Urbano</b>	<b>121 502</b>	<b>100,0</b>	<b>120 164</b>	<b>98,9</b>	<b>1 338</b>	<b>1,1</b>
Masculino	61 769	100,0	61 066	98,9	703	1,1
Feminino	59 733	100,0	59 098	98,9	635	1,1
<b>Rural</b>	<b>43 868</b>	<b>100,0</b>	<b>43 191</b>	<b>98,5</b>	<b>677</b>	<b>1,5</b>
Masculino	22 355	100,0	22 023	98,5	332	1,5
Feminino	21 513	100,0	21 168	98,4	345	1,6

Fonte: INE, Censo 2021

Relativamente à idade das crianças e adolescentes sem registo de nascimento, verifica-se da Tabela 17, que essa percentagem é muito elevada nas primeiras idades, correspondendo a 42,5% para as crianças com menos de um ano e 13,4% para aquelas de um ano. Essa percentagem continua diminuindo à medida que aumenta a idade, atingindo 3,1 % para as

crianças de 5 anos. Essa percentagem é de 12,9% para as crianças de 6-11 anos e 13,0% para as adolescentes de 12-17 anos. Verifica-se também que existem pequenas diferenças entre os sexos, sendo que a percentagem para as crianças de zero anos sem registo de nascimento é mais alta entre os rapazes (43,0% contra 41,9% para as raparigas). Nos grupos de 6-11 anos e 12-17 anos, essa percentagem é também mais elevada entre os rapazes (13,0% entre os rapazes de 6-11 anos e 13,4% entre os de 12-17 anos, contra 12,8% e 12,4% entre as raparigas dos mesmos grupos etários).

A mesma Tabela indica também a proporção de crianças e adolescentes sem registo. Observa-se que essa proporção baixa rapidamente nas primeiras idades, passando de 10,4% para as crianças com menos de 1 ano de idade para 3,0% para as crianças com 1 ano de idade, 1,7% para as crianças de 2 anos, atingindo 0,5% para as crianças e adolescentes de 6 a 11 anos e de 12 a 17 anos. Não existem diferenças significativas nessa tendência, entre os sexos.

**Tabela 17 - Repartição da população residente de 0 a 17 anos, segundo a idade e sexo, por situação perante o registo de nascimento e proporção sem registo de nascimento, Cabo Verde, 2021**

Sexo e idade	Total		Sim		Não/Não sabe		Proporção sem registo de nascimento
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	
<b>Total</b>	<b>165.370</b>	<b>100,0</b>	<b>163.355</b>	<b>100,0</b>	<b>2.015</b>	<b>100,0</b>	<b>1,2</b>
0	8.201	5,0	7.345	4,5	856	42,5	10,4
1	9.009	5,4	8.738	5,3	271	13,4	3,0
2	9.291	5,6	9.134	5,6	157	7,8	1,7
3	9.554	5,8	9.476	5,8	78	3,9	0,8
4	9.485	5,7	9.415	5,8	70	3,5	0,7
5	9.446	5,7	9.384	5,7	62	3,1	0,7
6-11	56.621	34,2	56.361	34,5	260	12,9	0,5
12-17	53.763	32,5	53.502	32,8	261	13,0	0,5
<b>Masculino</b>	<b>84.124</b>	<b>100,0</b>	<b>83.089</b>	<b>100,0</b>	<b>1.035</b>	<b>100,0</b>	<b>1,2</b>
0	4.184	5,0	3.739	4,5	445	43,0	10,6
1	4.589	5,5	4.454	5,4	135	13,0	2,9
2	4.721	5,6	4.642	5,6	79	7,6	1,7
3	4.748	5,6	4.716	5,7	32	3,1	0,7
4	4.869	5,8	4.829	5,8	40	3,9	0,8
5	4.689	5,6	4.659	5,6	30	2,9	0,6
6-11	28.803	34,2	28.668	34,5	135	13,0	0,5
12-17	27.521	32,7	27.382	33,0	139	13,4	0,5
<b>Feminino</b>	<b>81.246</b>	<b>100,0</b>	<b>80.266</b>	<b>100,0</b>	<b>980</b>	<b>100,0</b>	<b>1,2</b>
0	4.017	4,9	3.606	4,5	411	41,9	10,2
1	4.420	5,4	4.284	5,3	136	13,9	3,1
2	4.570	5,6	4.492	5,6	78	8,0	1,7
3	4.806	5,9	4.760	5,9	46	4,7	1,0
4	4.616	5,7	4.586	5,7	30	3,1	0,6
5	4.757	5,9	4.725	5,9	32	3,3	0,7
6-11	27.818	34,2	27.693	34,5	125	12,8	0,4
12-17	26.242	32,3	26.120	32,5	122	12,4	0,5

Fonte: INE, Censo 2021

## 4.6 CARATERÍSTICAS DOS REPRESENTANTES DOS AGREGADOS FAMILIARES COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Neste subcapítulo, analisam-se algumas características dos representantes dos agregados familiares com crianças e adolescentes, tais como o sexo, a idade, o nível de instrução, a situação perante a atividade económica, a ocupação principal e o principal meio de vida.

### 4.6.1 Caraterísticas demográficas (sexo e idade)

De acordo com os resultados da Tabela 18 abaixo, existem 86.122 agregados familiares com crianças e adolescentes, e, conseqüentemente, existe o mesmo número de representantes, considerando que, em cada agregado familiar existe apenas um representante. Deste total de agregados familiares, 32.329 são representados por homens (37,5%) e 53.793 por mulheres (62,5%). Esta distribuição por sexo dos representantes dos agregados com crianças e adolescentes é diferente da situação nacional, apesar da maioria dos representantes dos agregados familiares também ser mulher (52,8% dos agregados são representados por mulheres e 47,2% são representados por homens)<sup>21</sup>.

Relativamente à idade, observa-se da mesma Tabela que a maioria dos representantes de agregados familiares com crianças e adolescentes (75.267 indivíduos, correspondente a 87,4%) possui entre 25 e 64 anos. Cerca de 8,9% possuem 65 anos ou mais, e 0,3% são crianças/adolescentes com idade compreendida entre 10-17 anos.

Existem algumas diferenças entre os sexos: tanto entre as representantes mulheres como entre os representantes homens, a maioria possui idade compreendida entre 25 e 64 anos, com percentagem mais elevada entre os homens (86,5% entre as representantes mulheres e 88,9% entre os representantes homens). A percentagem dos representantes homens com 65 anos ou mais corresponde a 8,2%, enquanto que, entre as mulheres, essa percentagem corresponde a 9,3%. Relativamente aos representantes com idade compreendida entre 10 e 17 anos, as diferenças entre os sexos são insignificantes.

**Tabela 18 - Repartição dos representantes dos agregados familiares com crianças e adolescentes, segundo os grupos etários, por sexo, Cabo Verde, 2021**

Grupos etários	Sexo do representante do agregado					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Total</b>	<b>86 122</b>	<b>100,0</b>	<b>32 329</b>	<b>100,0</b>	<b>53 793</b>	<b>100,0</b>
10-17	231	0,3	109	0,3	122	0,2
18-24	2 973	3,5	817	2,5	2 156	4,0
25-64	75 267	87,4	28 739	88,9	46 528	86,5
65 ou +	7 651	8,9	2 664	8,2	4 987	9,3

Fonte: INE, Censo 2021

<sup>21</sup> Ver tema "Caraterísticas do parque habitacional e Condições de Vida dos agregados familiares"

A Tabela 19 apresenta a repartição dos representantes dos agregados familiares com crianças e adolescentes segundo o sexo por meio de residência e concelho. Observa-se da mesma que a repartição por sexo segue a mesma tendência que ao nível nacional, qualquer que seja o meio de residência, embora a percentagem de representantes mulheres seja mais elevada no meio urbano (63,1% contra 60,6% no rural).

Quanto ao concelho, verifica-se que no concelho do Tarrafal, 74,3% dos representantes dos agregados com crianças e adolescentes são mulheres, valor relativamente mais elevado que o nacional. Esta percentagem corresponde a 70,8% no concelho de S. Miguel, 69,5% no concelho de Santa Catarina, 65,9% em S. Vicente, 65,5% na Ribeira Grande de Santiago, 63,9% no Maio e 63,8% no Paul. Santa Catarina do Fogo corresponde ao único concelho onde a percentagem dos representantes homens é relativamente mais elevada que a das representantes mulheres (58,8% para os representantes homens e 41,2% para as representantes mulheres).

**Tabela 19 - Repartição dos representantes dos agregados familiares com crianças e adolescentes, segundo o sexo, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021**

Meio de residência e concelho	Sexo do representante do agregado					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>86 122</b>	<b>100,0</b>	<b>32 329</b>	<b>37,5</b>	<b>53 793</b>	<b>62,5</b>
<b>Meio de residência</b>						
Urbano	64 875	100,0	23 962	36,9	40 913	63,1
Rural	21 247	100,0	8 367	39,4	12 880	60,6
<b>Concelho</b>						
Ribeira Grande	2 348	100,0	900	38,3	1 448	61,7
Paul	854	100,0	309	36,2	545	63,8
Porto Novo	2 678	100,0	1 113	41,6	1 565	58,4
São Vicente	12 381	100,0	4 217	34,1	8 164	65,9
Ribeira Brava	1 066	100,0	476	44,7	590	55,3
Tarrafal de São Nicolau	852	100,0	315	37,0	537	63,0
Sal	5 988	100,0	2 551	42,6	3 437	57,4
Boavista	2 326	100,0	1 029	44,2	1 297	55,8
Maio	1 141	100,0	412	36,1	729	63,9
Tarrafal	3 032	100,0	780	25,7	2 252	74,3
Santa Catarina	6 775	100,0	2 066	30,5	4 709	69,5
Santa Cruz	4 513	100,0	1 720	38,1	2 793	61,9
Praia	26 652	100,0	9 937	37,3	16 715	62,7
São Domingos	2 478	100,0	1 190	48,0	1 288	52,0
São Miguel	2 314	100,0	676	29,2	1 638	70,8
São Salvador do Mundo	1 264	100,0	469	37,1	795	62,9
São Lourenço dos Órgãos	1 041	100,0	477	45,8	564	54,2
Ribeira Grande Santiago	1 329	100,0	458	34,5	871	65,5
Mosteiros	1 518	100,0	757	49,9	761	50,1
São Filipe	3 707	100,0	1 581	42,6	2 126	57,4
Santa Catarina do Fogo	837	100,0	492	58,8	345	41,2
Brava	1 028	100,0	404	39,3	624	60,7

Fonte: INE, Censo 2021

#### 4.6.2 Nível de instrução

A maioria dos representantes dos agregados familiares com crianças e adolescentes possui o nível Básico de instrução (46,1%). Seguem-se os que possuem o nível Secundário (23,3%) e a Licenciatura (10,3%). Os que não possuem nenhum nível de instrução correspondem a 10,7% (Tabela 20).

Verifica-se da mesma Tabela, que os representantes homens tendem a ter níveis de escolaridade mais elevados que as representantes mulheres. Entre as representantes mulheres, a percentagem que não possui nenhum nível de instrução é 13,8%, valor correspondente a mais do dobro da mesma percentagem entre os homens (5,4%). Em contrapartida, entre os representantes homens, a percentagem que possui Licenciatura corresponde a 11,2%, valor relativamente mais elevado do que entre as representantes mulheres para o mesmo nível de instrução (9,7%). A percentagem dos que possuem o nível de Ensino Básico corresponde a 48,2% entre os representantes homens e 44,9% entre as representantes mulheres.

**Tabela 20 - Repartição dos representantes dos agregados familiares com crianças e adolescentes, segundo o nível de instrução, por sexo, Cabo Verde, 2021**

Nível de instrução	Sexo do representante do agregado					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Total</b>	<b>86 122</b>	<b>100,0</b>	<b>32 329</b>	<b>100,0</b>	<b>53 793</b>	<b>100,0</b>
Sem nível	9 178	10,7	1 738	5,4	7 440	13,8
Pré-Escolar	127	0,1	38	0,1	89	0,2
Alfabetização	4 772	5,5	1 662	5,1	3 110	5,8
Ensino Básico	39 742	46,1	15 572	48,2	24 170	44,9
Ensino Secundário	20 057	23,3	7 911	24,5	12 146	22,6
CESP/ DESP	242	0,3	123	0,4	119	0,2
Curso Médio	542	0,6	293	0,9	249	0,5
Bacharelato	581	0,7	329	1,0	252	0,5
Licenciatura	8 852	10,3	3 610	11,2	5 242	9,7
Pós-graduação	518	0,6	222	0,7	296	0,6
Mestrado	1 296	1,5	683	2,1	613	1,1
Doutoramento/Pós-doutoramento	215	0,2	148	0,5	67	0,1

Fonte: INE, Censo 2021

#### 4.6.3 Principal meio de vida

No Censo 2021 foi perguntado a todas as pessoas de 10 anos ou mais o seu “principal meio de vida” nos últimos 12 meses, ou seja, no período compreendido entre 16/6/20 e 16/6/21. Entende-se por principal meio de vida a principal fonte de onde a pessoa retirou os meios, financeiros ou em géneros, necessários à sua subsistência, durante os últimos 12 meses anteriores ao Censo.

De acordo com a Tabela 21, mais de dois terços dos representantes dos agregados familiares com crianças e adolescentes teve como principal fonte de rendimento o seu trabalho (66,5%). Uma percentagem relativamente importante teve como principal fonte de rendimento ajudas familiares em Cabo Verde (13,3%), 5,4% contou com uma pensão social mínima (pensão social básica, pensão social de invalidez, pensão social de sobrevivência, ou outro tipo de pensão pago pelo Estado Cabo-verdiano, ou uma entidade estrangeira, pública ou privada) e 4,4% contou com a sua reforma.

A mesma Tabela mostra importantes diferenças na distribuição do principal meio de vida entre homens e mulheres. Entre as representantes mulheres, um pouco mais de metade teve como principal fonte de rendimento nos últimos 12 meses o seu trabalho (58%), 18,9% contou com a ajuda de familiares em Cabo Verde, 6,8% com uma pensão social mínima e 5,5% com ajuda dos familiares no estrangeiro.

Entre os representantes homens, 80,7% contou com o seu trabalho como principal fonte de rendimento nos últimos 12 meses, 6,4% com a reforma, 4,0% com ajuda de familiares em Cabo Verde e 3,0% com uma pensão social mínima.

**Tabela 21 - Repartição dos representantes dos agregados familiares com crianças e adolescentes, segundo o principal meio de vida, por sexo, Cabo Verde, 2021**

Principal meio de vida	Sexo do representante do agregado					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Total</b>	<b>86 122</b>	<b>100</b>	<b>32 329</b>	<b>100</b>	<b>53 793</b>	<b>100</b>
Trabalho	57 298	66,5	26 104	80,7	31 194	58,0
Rendimento de propriedade/empresa	1 090	1,3	477	1,5	613	1,1
Ajuda de familiares em Cabo Verde	11 475	13,3	1 306	4,0	10 169	18,9
Ajuda de familiares no estrangeiro	3 466	4,0	483	1,5	2 983	5,5
Reforma	3 755	4,4	2 081	6,4	1 674	3,1
Pensão social mínima	4 612	5,4	960	3,0	3 652	6,8
Apoio social	1 003	1,2	113	0,3	890	1,7
Bolsa de estudo	15	0,0	5	0,0	10	0,0
Outra	3 408	4,0	800	2,5	2 608	4,8

Fonte: INE, Censo 2021

#### 4.6.4 Situação perante a atividade económica

A Tabela 22 apresenta a repartição dos representantes dos agregados familiares com crianças ou adolescentes, segundo o sexo, por situação perante a atividade económica. Observa-se da mesma que, um pouco mais de dois terços desses indivíduos trabalham

(60.195 correspondente a 69,9% do total), 22.324 (25,9% do total) são inativos e 3.603 (4,2% do total) são desempregados.

**Tabela 22 - Repartição dos representantes dos agregados familiares com crianças e adolescentes, segundo o sexo, por situação perante a atividade económica, Cabo Verde, 2021**

Situação perante a atividade económica	Sexo do representante do agregado					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Total</b>	<b>86 122</b>	<b>100,0</b>	<b>32 329</b>	<b>37,5</b>	<b>53 793</b>	62,5
Empregado	60 195	100,0	26 601	44,2	33 594	55,8
Desempregado	3 603	100,0	797	22,1	2 806	77,9
Inativo	22 324	100,0	4 931	22,1	17 393	77,9

Fonte: INE, Censo 2021

Relativamente ao sexo, a mesma Tabela indica que existem diferenças importantes: entre os representantes que se encontram a trabalhar, a maioria é mulher (55,8% contra 44,2% para os homens).

No que se refere aos inativos e aos desempregados, as percentagens também são mais elevadas para as mulheres (77,9% para as mulheres e 22,1% para os homens, tanto para os representantes que estão desempregados, como para os que são inativos).

#### 4.6.5 Ocupação principal (profissão)

No que se refere à principal ocupação exercida pelos representantes dos agregados familiares com crianças e adolescentes que trabalham, a Tabela 23 indica que a maioria exerce profissões classificadas como elementares (23,1%). Seguem-se por ordem de importância os que trabalham como pessoal de serviço e vendedores (22,6%), os operários, artífices e trabalhadores similares (14,3%), os especialistas de atividades intelectuais e científicas (10,3%) e, os agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e da floresta (8,8%). Os legislativos e executivos, diretores e gestores executivos correspondem a 5,2%.

Relativamente ao sexo, verifica-se da mesma Tabela que existem diferenças importantes: as profissões mais exercidas pelas representantes mulheres são: profissões elementares (31,4%), pessoal dos serviços e vendedores (28,5%), especialistas de atividades intelectuais e científicas (10,9%), enquanto que, entre os representantes homens as profissões mais exercidas são: operários artífices e trabalhadores similares (22,7%), pessoal dos serviços e vendedores (15,2%), profissões elementares (12,6%), agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e da floresta (11,9%), operadores de instalações de

máquinas, trabalhadores de montagem (10,2%) e especialistas de atividades intelectuais e científicas (9,5%).

**Tabela 23 - Repartição dos representantes dos agregados familiares com crianças e adolescentes que trabalham, segundo a profissão, por sexo, Cabo Verde, 2021**

Profissão	Sexo do representante do agregado					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Total</b>	<b>60 195</b>	<b>100,0</b>	<b>26 601</b>	<b>100,0</b>	<b>33 594</b>	<b>100,0</b>
Militar	122	0,2	112	0,4	10	0,0
Representantes dos Poderes Legislativos e Executivos, Diretores e Gestores Executivos	3 149	5,2	1 613	6,1	1 536	4,6
Especialistas de Atividades intelectuais e Científicas	6 181	10,3	2 535	9,5	3 646	10,9
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	3 207	5,3	1 797	6,8	1 410	4,2
Pessoal Administrativo	3 276	5,4	1 247	4,7	2 029	6,0
Pessoal dos Serviços e Vendedores	13 611	22,6	4 042	15,2	9 569	28,5
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura Pesca e da Floresta	5 315	8,8	3 158	11,9	2 157	6,4
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	8 580	14,3	6 045	22,7	2 535	7,5
Operadores de Instalações de Máquinas e trabalhadores da Montagem	2 855	4,7	2 704	10,2	151	0,4
Profissões Elementares	13 899	23,1	3 348	12,6	10 551	31,4

Fonte: INE, Censo 2021

## 5 ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) cumpre importante papel na melhoria das condições de vida dos indivíduos, pois contribui para a democratização do acesso à informação, à formação e ao saber, facilitando o contacto entre as pessoas. Para o efeito, foi questionado para cada indivíduo com 10 anos ou mais sobre a posse de um telemóvel, utilização de internet e de um computador nos últimos três meses anteriores ao Censo.

### 5.1 ACESSO AO EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO

Em 2021, 39,0% das crianças e adolescentes de 10 a 17 anos possuía um telemóvel, com percentagem relativamente mais elevada no meio urbano (41,8% contra 31,5% no meio rural) (Tabela 24).

**Tabela 24 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos, segundo a posse de telemóvel, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021**

Concelho	Posse de telemóvel					
	Total		Sim		Não/não sabe	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>73 211</b>	<b>100,0</b>	<b>28 545</b>	<b>39,0</b>	<b>44 666</b>	<b>61,0</b>
<b>Meio de residência</b>						
Urbano	53 021	41,8	22 178	41,8	30 843	58,2
Rural	20 190	100,0	6 367	31,5	13 823	68,5
<b>Concelho</b>						
Ribeira Grande	2 129	100,0	760	35,7	1 369	64,3
Paul	764	100,0	265	34,7	499	65,3
Porto Novo	2 463	100,0	860	34,9	1 603	65,1
São Vicente	9 814	100,0	4 622	47,1	5 192	52,9
Ribeira Brava	1 025	100,0	492	48,0	533	52,0
Tarrafal de São Nicolau	803	100,0	296	36,9	507	63,1
Sal	4 787	100,0	2 169	45,3	2 618	54,7
Boavista	1 685	100,0	677	40,2	1 008	59,8
Maio	931	100,0	365	39,2	566	60,8
Tarrafal	2 759	100,0	828	30,0	1 931	70,0
Santa Catarina	6 235	100,0	2 198	35,3	4 037	64,7
Santa Cruz	4 369	100,0	1 012	23,2	3 357	76,8
Praia	21 236	100,0	9 085	42,8	12 151	57,2
São Domingos	2 380	100,0	792	33,3	1 588	66,7
São Miguel	2 154	100,0	691	32,1	1 463	67,9
São Salvador do Mundo	1 286	100,0	412	32,0	874	68,0
São Lourenço dos Órgãos	998	100,0	339	34,0	659	66,0
Ribeira Grande Santiago	1 204	100,0	378	31,4	826	68,6
Mosteiros	1 337	100,0	501	37,5	836	62,5
São Filipe	3 215	100,0	1 222	38,0	1 993	62,0
Santa Catarina do Fogo	785	100,0	234	29,8	551	70,2
Brava	852	100,0	347	40,7	505	59,3

Fonte: INE, Censo 2021

Relativamente ao concelho, a mesma Tabela indica que percentagens relativamente elevadas de crianças e adolescentes que possuem um telemóvel, e com valores acima do nacional se verificam nos concelhos de Ribeira Brava (48,0%), S. Vicente (47,1%), Sal (45,3%), Praia (42,8%), Brava (40,7%), Boavista (40,2%) e Maio (39,2%). Nos restantes concelhos, esta percentagem corresponde a valores inferiores ao nacional, atingindo o valor mais baixo no concelho de Santa Cruz (23,2%).

## 5.2 ACESSO AO EQUIPAMENTO INFORMÁTICO (COMPUTADOR) E À INTERNET

O uso do computador e da internet é um importante meio de comunicação, fonte de informação, formação e de conhecimento. Com efeito, de acordo com os resultados da Tabela 25, 28,4% de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, utilizaram um computador nos últimos três meses anteriores ao Censo, com diferenças importantes a nível do meio de residência (31,8% no meio urbano e 19,6% no rural).

**Tabela 25 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos, segundo a utilização de computador nos últimos 3 meses, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021**

Concelho	Utilização de computador nos últimos 3 meses					
	Total		Sim		Não/não sabe	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>73 211</b>	<b>100,0</b>	<b>20 790</b>	<b>28,4</b>	<b>52 421</b>	<b>71,6</b>
<b>Meio de residência</b>						
Urbano	53 021	100,0	16 839	31,8	36 182	68,2
Rural	20 190	100,0	3 951	19,6	16 239	80,4
<b>Concelho</b>						
Ribeira Grande	2 129	100,0	632	29,7	1 497	70,3
Paul	764	100,0	289	37,8	475	62,2
Porto Novo	2 463	100,0	757	30,7	1 706	69,3
São Vicente	9 814	100,0	3 412	34,8	6 402	65,2
Ribeira Brava	1 025	100,0	315	30,7	710	69,3
Tarrafal de São Nicolau	803	100,0	394	49,1	409	50,9
Sal	4 787	100,0	1 692	35,3	3 095	64,7
Boavista	1 685	100,0	470	27,9	1 215	72,1
Maio	931	100,0	222	23,8	709	76,2
Tarrafal	2 759	100,0	557	20,2	2 202	79,8
Santa Catarina	6 235	100,0	1 619	26,0	4 616	74,0
Santa Cruz	4 369	100,0	732	16,8	3 637	83,2
Praia	21 236	100,0	6 924	32,6	14 312	67,4
São Domingos	2 380	100,0	554	23,3	1 826	76,7
São Miguel	2 154	100,0	438	20,3	1 716	79,7
São Salvador do Mundo	1 286	100,0	286	22,2	1 000	77,8
São Lourenço dos Órgãos	998	100,0	284	28,5	714	71,5
Ribeira Grande Santiago	1 204	100,0	176	14,6	1 028	85,4
Mosteiros	1 337	100,0	183	13,7	1 154	86,3
São Filipe	3 215	100,0	482	15,0	2 733	85,0
Santa Catarina do Fogo	785	100,0	132	16,8	653	83,2
Brava	852	100,0	240	28,2	612	71,8

Fonte: INE, Censo 2021

A utilização do computador nos últimos 3 meses anteriores ao Censo, apresenta discrepâncias significativas a nível do concelho. Percentagens mais elevadas desse grupo populacional que utilizou um computador nos últimos três meses verificam-se nos concelhos de Tarrafal de S. Nicolau (49,1%), Paul (37,8%), Sal (35,3%), S. Vicente (34,8%), Praia (32,6%), Ribeira Brava (30,7%). Os valores mais baixos correspondem aos concelhos de São Filipe (15,0%), Ribeira Grande de Santiago (14,6%) e Mosteiros (13,7%).

No que se refere à utilização da internet nos últimos 3 meses anteriores ao Censo, verifica-se da Tabela 26 que mais de metade de crianças e adolescentes com 10-17 anos utilizaram a internet no período acima referido a nível nacional (53,3 %), com diferenças relativamente elevadas quanto ao meio de residência (57,0% no meio urbano e 43,6% no rural).

**Tabela 26 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos, segundo a utilização de internet nos últimos três meses, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021**

Meio de residência e concelho	Utilização de internet nos últimos três meses					
	Total		Sim		Não/não sabe	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>73 211</b>	<b>100,0</b>	<b>39 039</b>	<b>53,3</b>	<b>34 172</b>	<b>46,7</b>
<b>Meio de residência</b>						
Urbano	53 021	100,0	30 238	57,0	22 783	43,0
Rural	20 190	100,0	8 801	43,6	11 389	56,4
<b>Concelho</b>						
Ribeira Grande	2 129	100,0	1 105	51,9	1 024	48,1
Paul	764	100,0	416	54,5	348	45,5
Porto Novo	2 463	100,0	1 269	51,5	1 194	48,5
São Vicente	9 814	100,0	5 931	60,4	3 883	39,6
Ribeira Brava	1 025	100,0	588	57,4	437	42,6
Tarrafal de São Nicolau	803	100,0	473	58,9	330	41,1
Sal	4 787	100,0	3 047	63,7	1 740	36,3
Boavista	1 685	100,0	879	52,2	806	47,8
Maio	931	100,0	453	48,7	478	51,3
Tarrafal	2 759	100,0	1 212	43,9	1 547	56,1
Santa Catarina	6 235	100,0	3 162	50,7	3 073	49,3
Santa Cruz	4 369	100,0	1 594	36,5	2 775	63,5
Praia	21 236	100,0	12 196	57,4	9 040	42,6
São Domingos	2 380	100,0	1 140	47,9	1 240	52,1
São Miguel	2 154	100,0	1 033	48,0	1 121	52,0
São Salvador do Mundo	1 286	100,0	685	53,3	601	46,7
São Lourenço dos Órgãos	998	100,0	475	47,6	523	52,4
Ribeira Grande Santiago	1 204	100,0	519	43,1	685	56,9
Mosteiros	1 337	100,0	581	43,5	756	56,5
São Filipe	3 215	100,0	1 523	47,4	1 692	52,6
Santa Catarina do Fogo	785	100,0	296	37,7	489	62,3
Brava	852	100,0	462	54,2	390	45,8

Fonte: INE, Censo 2021

Diferenças também se verificam a nível dos concelhos, com percentagens mais elevadas no Sal (63,7%), S. Vicente (60,4%), Tarrafal de S. Nicolau (58,9%), Praia (57,4%), Ribeira Brava (57,4%), Paul (54,5%) e Brava (54,2%). Nos restantes concelhos, esta percentagem

é relativamente mais baixa que ao nível nacional e corresponde ao valor mais baixo no concelho de Santa Cruz (36,5%).

## **6 CARATERÍSTICAS DOS AGREGADOS FAMILIARES COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Dispor de uma habitação condigna é universalmente considerada uma das necessidades básicas do ser humano. Este capítulo tem como objetivo analisar algumas características dos agregados familiares com crianças e adolescentes, tais como o tipo de alojamento familiar onde habitam, o acesso à rede pública de distribuição de água, o acesso à eletricidade, a existência de instalações sanitárias, a principal fonte de energia utilizada para cozinhar e o número de crianças e adolescentes por agregado.

### **6.1 TIPO DE ALOJAMENTO FAMILIAR**

De acordo com a Tabela 27, um pouco mais de 2/3 de crianças e adolescentes residentes nos agregados familiares habitam em alojamentos de tipo moradia independente (67,3%), 30,5% em apartamentos, 2,0% em barracas/contentores/casa de bidão e 0,1% vivem em agregados familiares num alojamento coletivo.

Relativamente ao meio de residência, observa-se da mesma Tabela, que existem diferenças significativas entre o meio urbano e rural. A percentagem das crianças e adolescentes que vivem em alojamentos de tipo moradia independente é relativamente mais elevada no meio rural (92,0% contra 58,4% no meio urbano). Em contrapartida, a percentagem dos que vivem nos apartamentos e nas barracas/casas de bidão/contentores é relativamente mais alta no meio urbano. Para os apartamentos, essa percentagem corresponde a 39,1% no meio urbano contra 7,0% no rural e, para as barracas, as percentagens correspondem a 2,4% no meio urbano e 0,9% no meio rural.

Importa destacar as diferenças existentes a nível das crianças e adolescentes que vivem nas barracas/casas de bidão/contentores nos diferentes concelhos. Essa percentagem corresponde a valores elevados nos concelhos de S. Vicente (8,8%), Sal (5,1%) e Boavista (2,5%). Na Ribeira Grande de Santiago essa percentagem corresponde a 1,7% e, na Praia a 1,1%. Nos restantes concelhos, os valores são relativamente baixos e correspondem a menos de 1%.

**Tabela 27 - Repartição da população de 0 a 17 anos residente nos agregados familiares, segundo o tipo de alojamento familiar, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021**

Meio de residência e concelho	Tipo de alojamento familiar									
	Total		Moradia independente		Apartamento		Barraca/Outro		Agregado familiar num alojamento coletivo	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>164 893</b>	<b>100,0</b>	<b>111 044</b>	<b>67,3</b>	<b>50 359</b>	<b>30,5</b>	<b>3 348</b>	<b>2,0</b>	<b>142</b>	<b>0,1</b>
<b>Meio de residência</b>										
Urbano	121 088	100,0	70 729	58,4	47 286	39,1	2 965	2,4	108	0,1
Rural	43 805	100,0	40 315	92,0	3 073	7,0	383	0,9	34	0,1
<b>Concelho</b>										
Ribeira Grande	4 301	100,0	3 285	76,4	989	23,0	15	0,3	12	0,3
Paul	1 557	100,0	1 200	77,1	339	21,8	15	1,0	3	0,2
Porto Novo	4 985	100,0	4 000	80,2	960	19,3	21	0,4	4	0,1
São Vicente	21 293	100,0	12 261	57,6	7 139	33,5	1 874	8,8	19	0,1
Ribeira Brava	2 003	100,0	1 682	84,0	318	15,9	0	0,0	3	0,1
Tarrafal de São Nicolau	1 679	100,0	1 296	77,2	367	21,9	4	0,2	12	0,7
Sal	11 369	100,0	3 457	30,4	7 319	64,4	582	5,1	11	0,1
Boavista	4 403	100,0	1 737	39,5	2 557	58,1	108	2,5	1	0,0
Maio	2 026	100,0	1 565	77,2	457	22,6	0	0,0	4	0,2
Tarrafal	6 096	100,0	5 688	93,3	387	6,3	12	0,2	9	0,1
Santa Catarina	14 040	100,0	11 006	78,4	3 014	21,5	9	0,1	11	0,1
Santa Cruz	9 976	100,0	9 088	91,1	879	8,8	9	0,1	0	0,0
Praia	49 706	100,0	27 133	54,6	21 986	44,2	568	1,1	19	0,0
São Domingos	5 100	100,0	4 851	95,1	222	4,4	24	0,5	3	0,1
São Miguel	4 755	100,0	4 189	88,1	529	11,1	37	0,8	0	0,0
São Salvador do Mundo	2 693	100,0	2 617	97,2	76	2,8	0	0,0	0	0,0
São Lourenço dos Órgãos	2 204	100,0	1 947	88,3	253	11,5	3	0,1	1	0,0
Ribeira Grande Santiago	2 729	100,0	2 537	93,0	143	5,2	46	1,7	3	0,1
Mosteiros	2 977	100,0	2 449	82,3	521	17,5	6	0,2	1	0,0
São Filipe	7 232	100,0	5 717	79,1	1 500	20,7	13	0,2	2	0,0
Santa Catarina do Fogo	1 804	100,0	1 516	84,0	268	14,9	2	0,1	18	1,0
Brava	1 965	100,0	1 823	92,8	136	6,9	0	0,0	6	0,3

Fonte: INE, Censo 2021

## 6.2 ACESSO A LIGAÇÃO À REDE PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

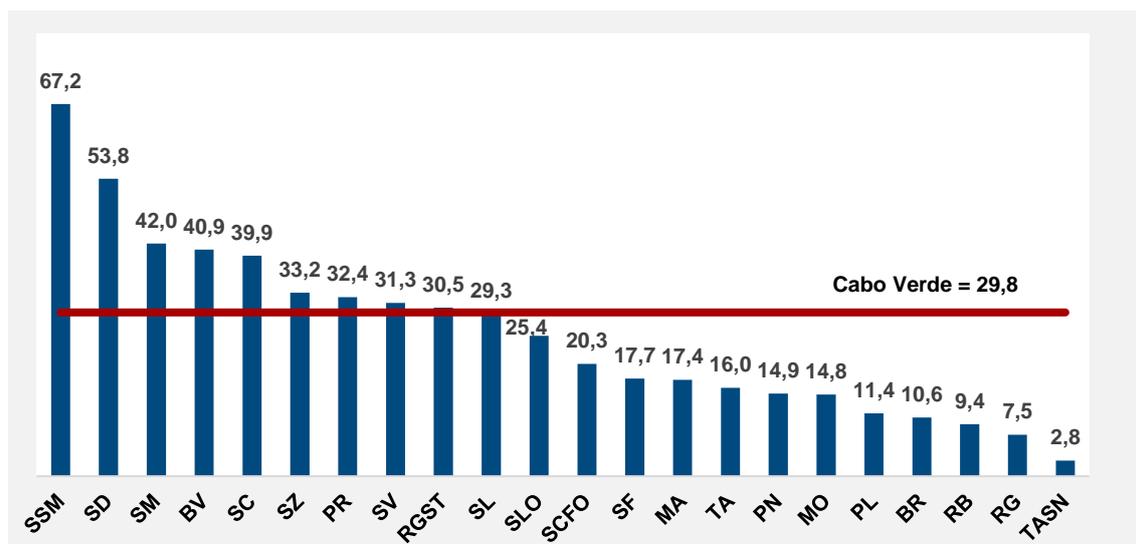
Em Cabo Verde, o acesso à água potável tem vindo a ser uma das principais prioridades das políticas públicas, tentando garantir à população água em qualidade e quantidade suficiente para as suas necessidades. Este subcapítulo tem como objetivo medir o acesso à rede pública de distribuição de água entre os agregados familiares com crianças e adolescentes, ou seja, determinar a percentagem desses agregados familiares que habitam em alojamentos com ligação à rede pública de distribuição de água, independentemente deste ser ou não a principal fonte de abastecimento de água por parte do agregado familiar.

A Tabela A1 do Anexo apresenta a repartição dos agregados familiares com crianças e adolescentes, segundo o acesso à ligação da rede pública de distribuição de água nos alojamentos, por meio de residência e concelho. Verifica-se que existem um total de 86.122 agregados familiares com crianças e adolescentes. Destes, 60.450 habitam em alojamentos com ligação à rede pública de distribuição de água (70,2%), e 25.672 habitam em alojamentos sem ligação à rede pública de distribuição de água (29,8%).

Conforme se poderia esperar, a mesma Tabela indica que existem diferenças importantes entre os dois meios de residência, sobretudo no que se refere aos agregados familiares que habitam em alojamentos sem ligação à rede pública de água, com valor relativamente mais elevado no meio rural (42,4% contra 25,7% no meio urbano). O fenómeno é mais expressivo no meio urbano, com uma percentagem de acesso de 74,3 %, enquanto que no meio rural essa percentagem é de 57,6%.

A nível dos concelhos também existem diferenças significativas. De acordo com o Gráfico 7, no concelho de S. Salvador do Mundo mais de dois terços desses agregados (67,2%) habitam em alojamentos sem acesso à rede pública de distribuição de água. Seguem-se por ordem de importância os concelhos de S. Domingos (53,8%), S. Miguel (42,0%), Boavista (40,9%), Santa Catarina (39,9%), Santa Cruz (33,2%), Praia (32,4%), S. Vicente (31,3%) e Ribeira Grande de Santiago (30,5%). Nos restantes concelhos, essa percentagem é mais baixa que o valor nacional, atingindo 9,4% na Ribeira Brava, 7,5% na Ribeira Grande e 2,8% no concelho de Tarrafal de S. Nicolau.

**Gráfico 7 - Agregados familiares com crianças e adolescentes sem ligação à rede pública de distribuição de água nos alojamentos, segundo o concelho (%), Cabo Verde, 2021**



Fonte: INE, Censo 2021

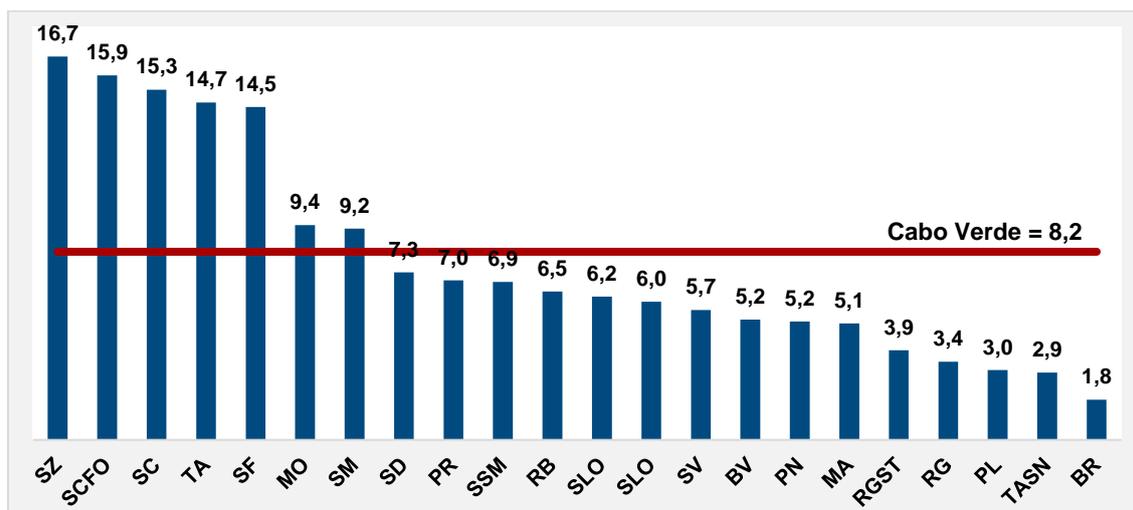
### 6.3 ACESSO À ELETRICIDADE

Resultados de outros estudos mostram que Cabo Verde tem vindo a crescer em matéria de acesso à eletricidade a nível nacional e, principalmente no meio urbano. Quanto aos agregados familiares com crianças e adolescentes, observa-se da Tabela A2 do Anexo que uma percentagem relativamente elevada destes agregados tem acesso à eletricidade nos alojamentos onde habitam (91,8%). Entretanto, existem diferenças importantes no que se refere ao meio de residência, sendo que essa percentagem corresponde a valor mais elevado no meio urbano (93,4% contra 86,7% no meio rural).

Quanto aos agregados sem acesso à eletricidade nos alojamentos onde habitam, a mesma Tabela indica que essa percentagem é de 8,2% a nível nacional, com valor mais elevado no meio rural (13,3% contra 6,6% no meio urbano).

O Gráfico 8 apresenta os agregados familiares com crianças e adolescentes sem acesso à eletricidade nos alojamentos, segundo o concelho. Verifica-se do mesmo que existem diferenças significativas entre os concelhos. Essa percentagem corresponde a valor mais elevado no concelho de Santa Cruz (16,7%). Seguem-se os concelhos de Santa Catarina do Fogo (15,9%), Santa Catarina (15,3%), Tarrafal (14,7%) e S. Filipe (14,5%). Percentagens mais baixas se verificam nos concelhos do Tarrafal de S. Nicolau (2,9%) e Brava (1,8%).

**Gráfico 8 - Agregados familiares com crianças e adolescentes sem acesso à eletricidade nos alojamentos, segundo o concelho (%), Cabo Verde, 2021**



Fonte: INE, Censo 2021

## 6.4 ACESSO A INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

A existência de casa de banho com instalações sanitárias (sanita com ou sem autoclismo) nos alojamentos, pode determinar as condições de higiene de um agregado familiar, e permite saber sobre a posse de instalações e dispositivos adequados para a eliminação de excrementos. Igualmente contribui para o conforto destes agregados.

Do total dos agregados familiares com crianças e adolescentes, 82,7% possuem sanita nos alojamentos onde habitam (46,8% possuem sanita com autoclismo e 35,9% possuem sanita sem autoclismo), como mostra a Tabela 28. Verifica-se também que existe uma percentagem relativamente baixa desses agregados que possui latrina (0,2%) e, 17,1% não possuem nem sanita e nem latrina nos alojamentos onde habitam.

**Tabela 28 - Repartição dos agregados familiares com crianças e adolescentes, segundo a existência e tipo de instalação sanitária nos alojamentos, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021**

Meio de residência e concelho	Existência e tipo de instalação sanitária									
	Total		Com Sanita COM autoclismo		Com Sanita SEM autoclismo		Com latrina		Sem sanita/latrina	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>86 122</b>	<b>100,0</b>	<b>40 269</b>	<b>46,8</b>	<b>30 958</b>	<b>35,9</b>	<b>192</b>	<b>0,2</b>	<b>14 703</b>	<b>17,1</b>
<b>Meio de residência</b>										
Urbano	64 875	100,0	34 851	53,7	22 243	34,3	122	0,2	7 659	11,8
Rural	21 247	100,0	5 418	25,5	8 715	41,0	70	0,3	7 044	33,2
<b>Concelho</b>										
Ribeira Grande	2 348	100,0	1 490	63,5	582	24,8	13	0,6	263	11,2
Paul	854	100,0	525	61,5	176	20,6	0	0,0	153	17,9
Porto Novo	2 678	100,0	1 368	51,1	744	27,8	12	0,4	554	20,7
São Vicente	12 381	100,0	7 334	59,2	3 622	29,3	77	0,6	1 348	10,9
Ribeira Brava	1 066	100,0	574	53,8	275	25,8	0	0,0	217	20,4
Tarrafal de São Nicolau	852	100,0	536	62,9	249	29,2	0	0,0	67	7,9
Sal	5 988	100,0	3 925	65,5	1 530	25,6	9	0,2	524	8,8
Boavista	2 326	100,0	1 359	58,4	692	29,8	6	0,3	269	11,6
Maio	1 141	100,0	591	51,8	462	40,5	0	0,0	88	7,7
Tarrafal	3 032	100,0	1 104	36,4	1 221	40,3	0	0,0	707	23,3
Santa Catarina	6 775	100,0	1 915	28,3	3 028	44,7	12	0,2	1 820	26,9
Santa Cruz	4 513	100,0	938	20,8	1 960	43,4	12	0,3	1 603	35,5
Praia	26 652	100,0	13 618	51,1	9 635	36,2	22	0,1	3 377	12,7
São Domingos	2 478	100,0	623	25,1	1 079	43,5	4	0,2	772	31,2
São Miguel	2 314	100,0	541	23,4	1 022	44,2	1	0,0	750	32,4
São Salvador do Mundo	1 264	100,0	258	20,4	574	45,4	1	0,1	431	34,1
São Lourenço dos Órgãos	1 041	100,0	363	34,9	451	43,3	1	0,1	226	21,7
Ribeira Grande Santiago	1 329	100,0	303	22,8	471	35,4	0	0,0	555	41,8
Mosteiros	1 518	100,0	625	41,2	771	50,8	1	0,1	121	8,0
São Filipe	3 707	100,0	1 469	39,6	1 670	45,0	1	0,0	567	15,3
Santa Catarina do Fogo	837	100,0	372	44,4	303	36,2	0	0,0	162	19,4
Brava	1 028	100,0	438	42,6	441	42,9	20	1,9	129	12,5

Fonte: INE, Censo 2021

Existem diferenças importantes quanto ao meio de residência. Percentagens mais elevadas se verificam no meio rural no que se refere aos agregados que possuem sanita sem autoclismo nos alojamentos onde habitam (41,0% contra 34,3% no meio urbano). A percentagem desses agregados que não possuem nem sanita e nem latrina é também mais alta no meio rural (33,2% contra 11,8% no urbano), assim como a dos agregados que possuem apenas latrina (0,3% no rural e 0,2% no urbano). Conforme se poderia esperar, no meio urbano, mais de metade desses agregados possui sanita com autoclismo (53,7% contra 25,5% no rural).

Quanto aos concelhos, observa-se da mesma Tabela que também existem diferenças importantes. Um pouco mais de metade desses agregados possuem sanita sem autoclismo nos Mosteiros (50,8%). Essa percentagem corresponde a 45,4% em São Salvador do Mundo, 45,0% em São Filipe, 44,7% em Santa Catarina, 44,2% em São Miguel e 43,5% em São Domingos.

Também se verificam algumas diferenças quanto aos agregados que não possuem nem sanita e nem latrina nos alojamentos onde habitam. Valor mais elevado se verifica no concelho de Ribeira Grande de Santiago (41,8%). Seguem-se os concelhos de Santa Cruz (35,5%), S. Salvador do Mundo (34,1%), S. Miguel (32,4%), S. Domingos (31,2%), Santa Catarina (26,9%). Percentagens mais baixas se verificam nos concelhos do Maio (7,7%), Tarrafal de S. Nicolau (7,9%), Mosteiros (8,0%) e Sal (8,8%). Na Praia, enquanto capital do país, essa percentagem corresponde a (12,7%).

## 6.5 PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA PARA COZINHAR

Este subcapítulo se insere com o objetivo de analisar a principal fonte de energia utilizada pelos agregados familiares com crianças e adolescentes para a preparação dos alimentos. A nível nacional, 78,1% desses agregados utilizam o gás como principal fonte de energia para a preparação dos alimentos (Tabela 29). Cerca de 21% utilizam a lenha/carvão, 1,0% a eletricidade/outro e 0,3% não preparam os alimentos nos alojamentos onde habitam.

O gás é mais utilizado no meio urbano (90,0%) do que no rural (41,8%). Mais de metade dos agregados com crianças e adolescentes no meio rural utilizam a lenha/carvão como principal fonte de energia para a preparação dos alimentos (57,2% contra 8,6% no meio urbano).

A mesma Tabela indica que existem diferenças importantes a nível dos concelhos, qualquer que seja a principal fonte de energia utilizada para a preparação dos alimentos. A lenha/carvão é utilizada por mais de dois terços desses agregados no concelho de S.

Salvador do Mundo (66,7%). Nos concelhos de S. Lourenço dos Órgãos e S. Miguel, essa percentagem corresponde a 62,9% e 62,7% respetivamente.

Os concelhos que mais utilizam a eletricidade como principal fonte de energia para cozinhar são Ribeira Grande de Santiago (5,0%), Praia (2,3%) e Sal (0,8%).

**Tabela 29 - Repartição dos agregados familiares com crianças e adolescentes, segundo a principal fonte de energia que utilizam para cozinhar, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021**

Meio de residência e concelho	Principal fonte de energia para cozinhar									
	Total		Gás		Lenha/Carvão		Eletricidade		Não prepara	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>86 122</b>	<b>100,0</b>	<b>67 260</b>	<b>78,1</b>	<b>17 730</b>	<b>20,6</b>	<b>838</b>	<b>1,0</b>	<b>294</b>	<b>0,3</b>
<b>Meio de residência</b>										
Urbano	64 875	100,0	58 371	90,0	5 579	8,6	706	1,1	219	0,3
Rural	21 247	100,0	8 889	41,8	12 151	57,2	132	0,6	75	0,4
<b>Concelho</b>										
Ribeira Grande	2 348	100,0	1 625	69,2	706	30,1	0	0,0	17	0,7
Paul	854	100,0	610	71,4	240	28,1	1	0,1	3	0,4
Porto Novo	2 678	100,0	2 046	76,4	622	23,2	2	0,1	8	0,3
São Vicente	12 381	100,0	12 187	98,4	133	1,1	11	0,1	50	0,4
Ribeira Brava	1 066	100,0	832	78,0	229	21,5	0	0,0	5	0,5
Tarrafal de São Nicolau	852	100,0	735	86,3	117	13,7	0	0,0	0	0,0
Sal	5 988	100,0	5 829	97,3	87	1,5	50	0,8	22	0,4
Boavista	2 326	100,0	2 266	97,4	53	2,3	4	0,2	3	0,1
Maio	1 141	100,0	887	77,7	246	21,6	0	0,0	8	0,7
Tarrafal	3 032	100,0	1 741	57,4	1 283	42,3	5	0,2	3	0,1
Santa Catarina	6 775	100,0	3 709	54,7	3 030	44,7	30	0,4	6	0,1
Santa Cruz	4 513	100,0	2 020	44,8	2 479	54,9	7	0,2	7	0,2
Praia	26 652	100,0	24 577	92,2	1 366	5,1	613	2,3	96	0,4
São Domingos	2 478	100,0	1 131	45,6	1 297	52,3	36	1,5	14	0,6
São Miguel	2 314	100,0	854	36,9	1 450	62,7	4	0,2	6	0,3
São Salvador do Mundo	1 264	100,0	412	32,6	843	66,7	6	0,5	3	0,2
São Lourenço dos Órgãos	1 041	100,0	380	36,5	655	62,9	0	0,0	6	0,6
Ribeira Grande Santiago	1 329	100,0	660	49,7	590	44,4	67	5,0	12	0,9
Mosteiros	1 518	100,0	1 001	65,9	513	33,8	0	0,0	4	0,3
São Filipe	3 707	100,0	2 336	63,0	1 357	36,6	0	0,0	14	0,4
Santa Catarina do Fogo	837	100,0	522	62,4	311	37,2	1	0,1	3	0,4
Brava	1 028	100,0	900	87,5	123	12,0	1	0,1	4	0,4

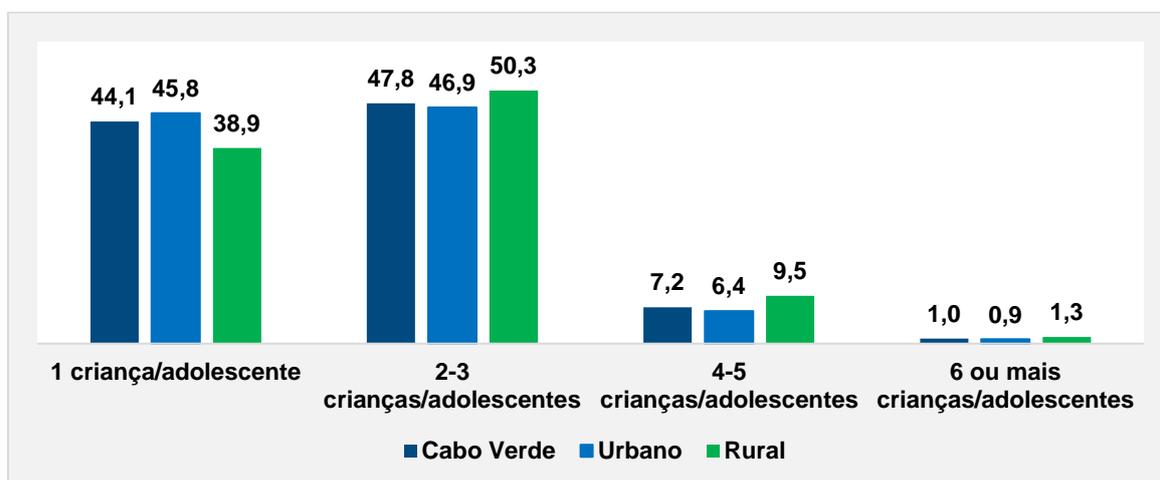
Fonte: INE, Censo 2021

## 6.6 NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR AGREGADO FAMILIAR E INDICADORES DE OCUPAÇÃO

O Gráfico 9 apresenta a repartição dos agregados familiares segundo o número de crianças e adolescentes por meio de residência. Observa-se do mesmo que, a nível nacional, a maioria dos agregados tem entre 2 e 3 crianças/adolescentes (47,8%). Cerca de 44% tem apenas uma criança/adolescente, 7,2% têm entre 4 e 5 crianças/adolescentes e 1,0% tem 6 ou mais crianças/adolescentes.

Relativamente ao meio de residência, verifica-se do mesmo Gráfico que existem algumas diferenças. No meio rural, pouco mais de metade dos agregados familiares têm entre 2 e 3 crianças e adolescentes (50,3%), enquanto esta percentagem corresponde a 46,9% no meio urbano. A percentagem de agregados que possui apenas uma criança/adolescente é relativamente mais elevada no meio urbano (45,8% contra 38,9% no rural). Tanto a percentagem desses agregados que têm entre 4-5 crianças e adolescentes como dos que têm 6 ou mais é relativamente mais elevada no meio rural (9,5% no meio rural contra 6,4% no meio urbano para agregados com 4-5 crianças e adolescentes e 1,3% contra 0,9% para agregados com 6 ou mais), respetivamente para os dois meios de residência.

**Gráfico 9 - Repartição dos agregados familiares, segundo o número de crianças e adolescentes, por meio de residência (%), Cabo Verde, 2021**



Fonte: INE, Censo 2021

Quanto ao concelho, a Tabela 30 indica que, em S. Vicente, mais de metade desses agregados têm apenas uma criança ou adolescente (51,7%). Na Ribeira Grande e Paul essa percentagem é de 48,7%.

Mais de metade dos agregados familiares com crianças e adolescente têm entre 2-3 crianças/adolescentes nos concelhos de Santa Cruz (53,4%), S. Domingos, S. Salvador do Mundo e Santa Catarina do Fogo (cerca de 52% para cada um dos concelhos), Santa Catarina (51,2%) e S. Miguel, com 50,2%.

A percentagem dos agregados familiares com 4-5 crianças/adolescentes corresponde a valores mais altos nos concelhos de S. Lourenço dos Órgãos e Santa Cruz (cerca de 12,0% para cada concelho), Santa Catarina do Fogo e S. Salvador do Mundo (cerca de 11,0% para cada um) e Ribeira Grande de Santiago com 10,0%.

Em Santa Cruz, a percentagem de agregados com 6 ou mais crianças/adolescentes corresponde a 1,9%. Essa percentagem corresponde a 1,7% na Ribeira Grande de Santiago, 1,6% em S. Lourenço dos Órgãos e Tarrfal de São Nicolau, e 1,5% nos concelhos de Santa Catarina e Ribeira Brava.

Tabela 30 - Repartição dos agregados familiares, segundo o número de crianças e adolescentes, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021

Meio de residência e concelho	Total de agregados familiares		Número de crianças e adolescentes por agregado familiar							
			1		2-3		4-5		6 e +	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>86 122</b>	<b>100,0</b>	<b>37 959</b>	<b>44,1</b>	<b>41 124</b>	<b>47,8</b>	<b>6 199</b>	<b>7,2</b>	<b>840</b>	<b>1,0</b>
<b>Meio de residência</b>										
Urbano	64 875	100,0	29 704	45,8	30 440	46,9	4 177	6,4	554	0,9
Rural	21 247	100,0	8 255	38,9	10 684	50,3	2 022	9,5	286	1,3
<b>Concelho</b>										
Ribeira Grande	2 348	100,0	1 143	48,7	1 024	43,6	160	6,8	21	0,9
Paul	854	100,0	416	48,7	380	44,5	50	5,9	8	0,9
Porto Novo	2 678	100,0	1 238	46,2	1 248	46,6	170	6,3	22	0,8
São Vicente	12 381	100,0	6 405	51,7	5 368	43,4	546	4,4	62	0,5
Ribeira Brava	1 066	100,0	498	46,7	481	45,1	71	6,7	16	1,5
Tarrafal de São Nicolau	852	100,0	375	44,0	395	46,4	68	8,0	14	1,6
Sal	5 988	100,0	2 682	44,8	2 820	47,1	438	7,3	48	0,8
Boavista	2 326	100,0	1 035	44,5	1 118	48,1	163	7,0	10	0,4
Maio	1 141	100,0	547	47,9	534	46,8	55	4,8	5	0,4
Tarrafal	3 032	100,0	1 236	40,8	1 495	49,3	265	8,7	36	1,2
Santa Catarina	6 775	100,0	2 590	38,2	3 467	51,2	615	9,1	103	1,5
Santa Cruz	4 513	100,0	1 495	33,1	2 412	53,4	521	11,5	85	1,9
Praia	26 652	100,0	12 110	45,4	12 638	47,4	1 678	6,3	226	0,8
São Domingos	2 478	100,0	945	38,1	1 283	51,8	218	8,8	32	1,3
São Miguel	2 314	100,0	903	39,0	1 162	50,2	221	9,6	28	1,2
São Salvador do Mundo	1 264	100,0	459	36,3	654	51,7	134	10,6	17	1,3
São Lourenço dos Órgãos	1 041	100,0	405	38,9	498	47,8	121	11,6	17	1,6
Ribeira Grande Santiago	1 329	100,0	542	40,8	632	47,6	133	10,0	22	1,7
Mosteiros	1 518	100,0	627	41,3	759	50,0	119	7,8	13	0,9
São Filipe	3 707	100,0	1 556	42,0	1 827	49,3	288	7,8	36	1,0
Santa Catarina do Fogo	837	100,0	297	35,5	433	51,7	95	11,4	12	1,4
Brava	1 028	100,0	455	44,3	496	48,2	70	6,8	7	0,7

Fonte: INE, Censo 2021

### 6.6.1 Indicadores de ocupação

A Tabela 31 apresenta um resumo de alguns indicadores de ocupação dos agregados familiares com crianças e adolescentes por meio de residência. Verifica-se da mesma, que o tamanho médio desses agregados é de 4,4 pessoas, sendo 4,3 pessoas no meio urbano e 4,7 pessoas no meio rural. Importa mencionar que esse indicador corresponde a valores mais elevados que a nível nacional (3,3 pessoas para Cabo Verde, 3,2 pessoas no meio urbano e 3,6 pessoas no meio rural)<sup>22</sup>.

Observa-se da mesma Tabela que, o número médio de crianças e adolescentes por agregado familiar é mais elevado no meio rural (2,1 contra 1,9 a nível nacional e no meio urbano).

Nestes agregados, a densidade habitacional, medida pelo número médio de pessoas por divisões que utilizam para dormir é de 2,4 pessoas a nível nacional e no meio rural. No meio urbano, esse indicador é de 2,3 pessoas. O número médio de divisões que utilizam habitualmente para dormir corresponde a uma média de 2,1 divisões a nível nacional e no meio urbano. No meio rural esse indicador corresponde a uma média de 2,2 divisões.

**Tabela 31 - Indicadores de ocupação dos agregados familiares com crianças e adolescentes, por meio de residência, Cabo Verde, 2021**

Indicadores de ocupação	Meio de residência		
	Cabo Verde	Urbano	Rural
Número médio de crianças e adolescentes por agregado familiar	1,9	1,9	2,1
Tamanho médio dos agregados com crianças e adolescentes	4,4	4,3	4,7
Densidade habitacional por número de divisões para dormir	2,4	2,3	2,4
Número médio de divisões que utilizam habitualmente para dormir	2,1	2,1	2,2

Fonte: INE, Censo 2021

<sup>22</sup> Ver tema “Caraterização do parque habitacional e condições de vida dos agregados familiares”

## 7 CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CIRCUNSTÂNCIAS DIFÍCEIS

Para fins deste trabalho foi considerado “crianças e adolescentes em circunstâncias difíceis”, todos os indivíduos abrangidos em uma ou mais situações que constituem problemas à luz das recomendações nacionais e internacionais sobre os seus direitos no que se refere à instrução, segurança e dignidade, conforme abaixo indicadas:

- São responsáveis de agregados familiares;
- Estão em idade escolar, mas, encontram-se fora do sistema de ensino;
- Trabalham antes da idade permitida pela lei;
- Têm idade compreendida entre 5-17 anos e possuem alguma deficiência;
- Têm entre 12 e 17 anos e vivem em união (casadas ou união de facto).

Conforme referido no capítulo 4, o Censo 2021 revelou que existem casos atípicos que podem indicar situações de adolescentes em circunstâncias difíceis, como 231 indivíduos que são representantes de agregados familiares e 112 que são cônjuges.

### 7.1 O ACESSO À EDUCAÇÃO

O acesso à educação, particularmente ao Ensino Básico, é universal, obrigatório e gratuito em Cabo Verde, conforme já referido na metodologia. Esse investimento por parte dos sucessivos Governos na Educação é, uma das formas de garantir o desenvolvimento e a plena participação de qualquer indivíduo na sociedade. O acesso à escola garante a educação para uma cidadania plena, para além da preparação da criança e do adolescente para a vida e para uma eventual entrada no mundo do trabalho.

Assim, este subcapítulo tem como objetivo analisar as características das crianças e adolescentes de 4 a 17 anos que se encontram fora do sistema do ensino, denominados no âmbito deste trabalho de “população não escolar”. As características das crianças e adolescentes que estavam a frequentar um estabelecimento de ensino no momento do Censo, por se tratar de uma condição considerada normal para a idade, não é objeto de análise neste trabalho<sup>23</sup>.

#### 7.1.1 Frequência escolar

De um modo geral, verifica-se que, das 129.315 crianças e adolescentes com idade compreendida entre 4 e 17 anos, 91,5% estavam a frequentar um estabelecimento de ensino

---

<sup>23</sup> Ver Tema Educação e Formação Profissional

(público ou privado) no momento do Censo, enquanto que 10.948 (correspondente a 8,4%) encontravam-se fora do sistema escolar, ou seja, correspondem à “população não escolar”. Entre a população não escolar, 5.333 indivíduos nunca frequentaram um estabelecimento de ensino, e 5.615 frequentaram-na alguma vez no passado (Tabela 32).

Verifica-se da mesma Tabela, que tanto a percentagem das crianças e adolescentes de 4 a 17 anos que frequentaram algum estabelecimento de ensino no passado, como a percentagem daqueles que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino, é mais elevada no meio rural (4,8% contra 4,2% no urbano para as crianças e adolescentes que frequentaram algum estabelecimento de ensino no passado e, 4,4% no meio rural contra 4,0% no meio urbano para as crianças e adolescentes que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino).

**Tabela 32 - Repartição da população residente de 4 a 17 anos, segundo a frequência escolar, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021**

Meio de residência e concelho	Frequência escolar							
	Total		Frequentou		Frequentou		Nunca frequentou	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>129 315</b>	<b>100,0</b>	<b>118 367</b>	<b>91,5</b>	<b>5 615</b>	<b>4,3</b>	<b>5 333</b>	<b>4,1</b>
<b>Meio de residência</b>								
Urbano	94 556	100,0	86 810	91,8	3 952	4,2	3 794	4,0
Rural	34 759	100,0	31 557	90,8	1 663	4,8	1 539	4,4
<b>Concelho</b>								
Ribeira Grande	3 525	100,0	3 265	92,6	153	4,3	107	3,0
Paul	1 283	100,0	1 151	89,7	87	6,8	45	3,5
Porto Novo	4 190	100,0	3 824	91,3	184	4,4	182	4,3
São Vicente	16 763	100,0	15 267	91,1	833	5,0	663	4,0
Ribeira Brava	1 663	100,0	1 473	88,6	134	8,1	56	3,4
Tarrafal de São Nicolau	1 359	100,0	1 263	92,9	61	4,5	35	2,6
Sal	8 646	100,0	7 906	91,4	409	4,7	331	3,8
Boavista	3 234	100,0	2 937	90,8	161	5,0	136	4,2
Maio	1 604	100,0	1 528	95,3	50	3,1	26	1,6
Tarrafal	4 813	100,0	4 436	92,2	155	3,2	222	4,6
Santa Catarina	11 124	100,0	10 373	93,2	329	3,0	422	3,8
Santa Cruz	7 813	100,0	7 188	92,0	269	3,4	356	4,6
Praia	38 493	100,0	35 232	91,5	1 646	4,3	1 615	4,2
São Domingos	4 121	100,0	3 917	95,0	124	3,0	80	1,9
São Miguel	3 750	100,0	3 506	93,5	128	3,4	116	3,1
São Salvador do Mundo	2 175	100,0	2 002	92,0	70	3,2	103	4,7
São Lourenço dos Órgãos	1 744	100,0	1 596	91,5	61	3,5	87	5,0
Ribeira Grande Santiago	2 139	100,0	1 943	90,8	87	4,1	109	5,1
Mosteiros	2 352	100,0	2 063	87,7	168	7,1	121	5,1
São Filipe	5 607	100,0	4 937	88,1	299	5,3	371	6,6
Santa Catarina do Fogo	1 357	100,0	1 207	88,9	65	4,8	85	6,3
Brava	1 560	100,0	1 353	86,7	142	9,1	65	4,2

Fonte: INE, Censo 2021

Relativamente aos concelhos, a mesma Tabela indica que a percentagem das crianças e adolescentes que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino é mais elevada em S.

Filipe (6,6%), Santa Catarina do Fogo (6,3%), Ribeira Grande de Santiago e Mosteiros (5,1% para cada um dos concelhos). Essa percentagem é mais baixa nos concelhos de São Domingos e no Maio.

### 7.1.2 Repartição espacial da população residente de 4 a 17 anos que se encontra fora do sistema do ensino

#### 7.1.2.1 Repartição segundo o sexo, por meio de residência

A Tabela 33 mostra que a maioria das crianças e adolescentes que se encontra fora do sistema do ensino é do sexo masculino (56,9% contra 43,1% para o sexo feminino).

No meio urbano, essa população corresponde a um total de 7.746 indivíduos, praticamente com a mesma repartição entre os sexos que a nível nacional (56,5% são rapazes e 43,5% são raparigas). No meio rural (3.202 indivíduos), a percentagem dos rapazes é relativamente mais elevada do que no meio urbano (57,9% são rapazes e 42,1% são raparigas).

**Tabela 33 - Repartição da população residente de 4 a 17 anos que se encontra fora do sistema de ensino, segundo o sexo, por meio de residência, Cabo Verde, 2021**

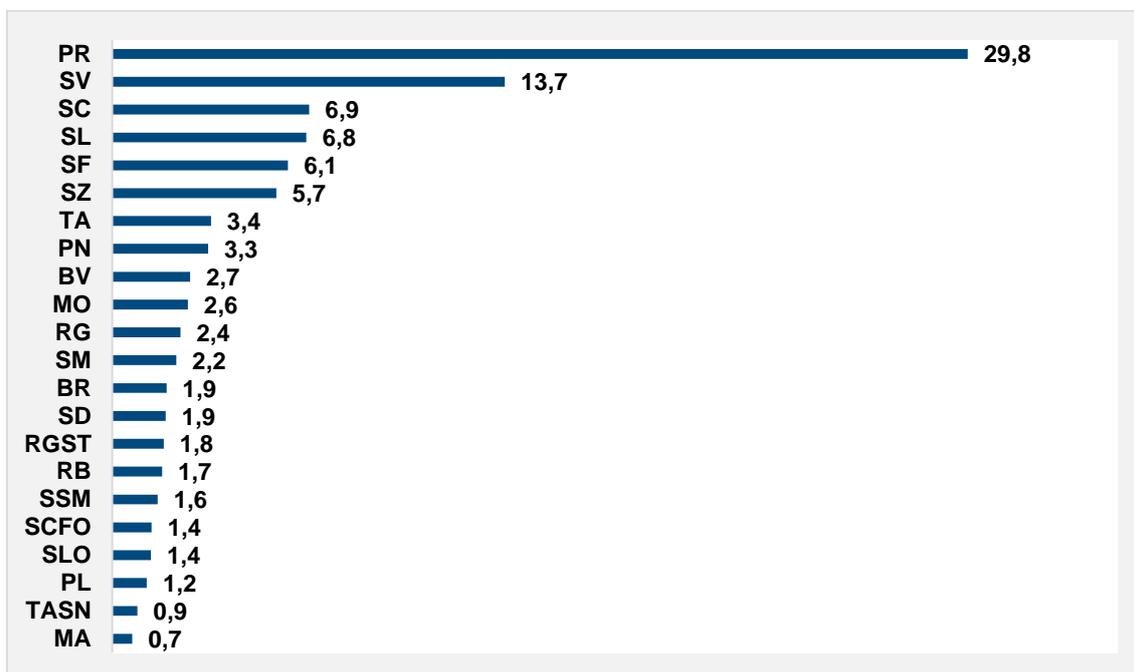
Meio de residência	Sexo					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>10 948</b>	<b>100,0</b>	<b>6 229</b>	<b>56,9</b>	<b>4 719</b>	<b>43,1</b>
Urbano	7 746	100,0	4 375	56,5	3 371	43,5
Rural	3 202	100,0	1 854	57,9	1 348	42,1

Fonte: INE, Censo 2021

#### 7.1.2.2 Repartição segundo o concelho

Observa-se do Gráfico 10, que a maioria das crianças e adolescentes que se encontra fora do sistema de ensino reside no concelho da Praia (29,8%). Seguem-se os residentes nos concelhos de S. Vicente (13,7%), Santa Catarina e Sal (cerca de 7,0% para cada um dos concelhos), S. Filipe (6,1%), e Santa Cruz (5,7%). Nos concelhos de Tarrafal, Porto Novo, Boavista e Mosteiros essa percentagem corresponde a cerca de 3%. De acordo com o mesmo Gráfico, nos restantes concelhos, as percentagens vão diminuindo e atinge menos de 1% nos concelhos de Tarrafal de S. Nicolau (0,9%) e do Maio (0,7%).

**Gráfico 10 - Repartição da população residente de 4 a 17 anos que se encontra fora do sistema de ensino, segundo o concelho (%), Cabo Verde, 2021**



Fonte: INE, Censo 2021

### 7.1.3 Repartição da população residente de 4 a 17 anos que se encontra fora do sistema de ensino, segundo os grupos etários

Para análise deste subcapítulo, as idades das crianças e adolescentes que se encontram fora do sistema de ensino foram agrupadas em 3 categorias: 4-5 anos, 6-11anos e 12-17 anos. Verifica-se da Tabela 34 que quase metade desse grupo populacional tem entre 4 e 5 anos (48,0%). Cerca de 37,9% são adolescentes com idade compreendida entre 12-17 anos e 14,1% são crianças de 6-11 anos.

Existem diferenças importantes quanto ao meio de residência: a percentagem dessa população com idade compreendida entre 4-5 anos e 6-11 é relativamente mais elevada no meio urbano (49,1% no meio urbano contra 45,3% no meio rural para o grupo de 4-5 anos, e 14,8% no meio urbano contra 12,5% no rural para o grupo de 6-11 anos). De forma contrária, a percentagem correspondente ao grupo de 12-17 anos é relativamente mais elevada no meio rural (42,2% contra 36,1% no urbano).

Quanto ao concelho, a mesma Tabela indica que mais de metade desse grupo populacional tem entre 4-5 anos nos concelhos de Santa Catarina (55,1%), S. Salvador do Mundo (54,3%), S. Lourenço dos Órgãos (54,1%), Ribeira Grande de Santiago (52,6%), Tarrafal (51,7%), Praia e S. Filipe (cerca de 51% para cada um dos concelhos).

Na Boavista 21,5% tem idade compreendida entre 6 e 11 anos, enquanto que essa percentagem corresponde a 23,5% no Paul, 16,9% no Porto Novo e 15,4% na Praia.

Na Ribeira Brava, Tarrafal de S. Nicolau, Brava e Mosteiros, mais de metade dessa população tem entre 12-17 anos (50,5% na Ribeira Brava, 54,2% no Tarrafal de S. Nicolau, 60,9% na Brava e 50,5% nos Mosteiros). Em S. Domingos, essa percentagem corresponde a um pouco menos de metade (45,1%).

**Tabela 34 - Repartição da população residente de 4 a 17 anos que se encontra fora do sistema de ensino, segundo os grupos etários, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021**

Meio de residência e concelho	Grupos etários							
	Total		4-5		6-11		12-17	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>10 948</b>	<b>100,0</b>	<b>5 254</b>	<b>48,0</b>	<b>1 545</b>	<b>14,1</b>	<b>4 149</b>	<b>37,9</b>
<b>Meio de residência</b>								
Urbano	7 746	100,0	3 802	49,1	1 146	14,8	2 798	36,1
Rural	3 202	100,0	1 452	45,3	399	12,5	1 351	42,2
<b>Concelho</b>								
Ribeira Grande	260	100,0	101	38,8	36	13,8	123	47,3
Paul	132	100,0	48	36,4	31	23,5	53	40,2
Porto Novo	366	100,0	172	47,0	62	16,9	132	36,1
São Vicente	1 496	100,0	645	43,1	209	14,0	642	42,9
Ribeira Brava	190	100,0	72	37,9	22	11,6	96	50,5
Tarrafal São Nicolau	96	100,0	41	42,7	3	3,1	52	54,2
Sal	740	100,0	363	49,1	98	13,2	279	37,7
Boavista	297	100,0	148	49,8	64	21,5	85	28,6
Maio	76	100,0	29	38,2	11	14,5	36	47,4
Tarrafal	377	100,0	195	51,7	54	14,3	128	34,0
Santa Catarina	751	100,0	414	55,1	96	12,8	241	32,1
Santa Cruz	625	100,0	303	48,5	77	12,3	245	39,2
Praia	3 261	100,0	1 650	50,6	501	15,4	1 110	34,0
São Domingos	204	100,0	91	44,6	21	10,3	92	45,1
São Miguel	244	100,0	118	48,4	29	11,9	97	39,8
São Salvador do Mundo	173	100,0	94	54,3	19	11,0	60	34,7
São Lourenço dos Órgãos	148	100,0	80	54,1	24	16,2	44	29,7
Ribeira Grande Santiago	196	100,0	103	52,6	12	6,1	81	41,3
Mosteiros	289	100,0	107	37,0	36	12,5	146	50,5
São Filipe	670	100,0	341	50,9	107	16,0	222	33,1
Santa Catarina Fogo	150	100,0	79	52,7	12	8,0	59	39,3
Brava	207	100,0	60	29,0	21	10,1	126	60,9

Fonte: INE, Censo 2021

Relativamente ao sexo, observa-se das Tabelas A3 e A4 do Anexo, que a percentagem desse grupo populacional com 4-5 anos corresponde a valor relativamente mais elevado

para as raparigas (52,8% contra 44,3% para os rapazes), e, a mesma situação se verifica no que se refere ao grupo de 6-11 anos (13,3% para os rapazes e 15,2% para as raparigas). Quanto o grupo de 12-17 anos, a percentagem é relativamente mais elevada para os rapazes (42,4% contra 32,0% para as raparigas).

## **7.2 TRABALHO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

### **7.2.1 Situação perante a atividade económica**

O trabalho das crianças e adolescentes é considerado pela OIT um problema social sério, na medida em que põe em perigo, não só a saúde, como também a educação, a segurança e a dignidade das crianças e adolescentes, razão pela qual diferentes países têm-se mobilizado em torno deste problema com vista à sua abolição.

Neste subcapítulo, avalia-se a magnitude deste fenómeno no que se refere às crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, através da questão sobre a condição perante o trabalho na semana anterior ao Censo, que permite classificar os indivíduos como empregados, desempregados e inativos.

Observa-se da Tabela 35 que, entre as 73.211 crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, 1.934 (2,6%) encontravam-se a trabalhar no momento do Censo, 275 (0,4%) estavam desempregados e 71.002 (97%) eram inativos.

No meio rural, a percentagem de crianças e adolescentes empregados é mais alta que no meio urbano (5,1% no rural e 1,7% no urbano). Em contrapartida, a percentagem dos desempregados e inativos é mais elevada no meio urbano (0,4% no meio urbano e 0,3% no meio rural para os desempregados e, 97,9% no meio urbano contra 94,6% no meio rural para os inativos).

No que se refere aos concelhos, a mesma Tabela indica que a percentagem desse grupo populacional que estava a trabalhar é mais alta em S. Miguel (8,4%), Ribeira Brava (7,0%), Ribeira Grande (5,5%) e Brava (5,3%). Essa percentagem corresponde a valores superiores ao nacional nos concelhos de Ribeira Grande de Santiago (4,9%), Santa Catarina do Fogo (4,6%), Santa Cruz (4,3%) e Santa Catarina (3,7%).

**Tabela 35 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos, segundo a situação perante a atividade económica, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021**

Meio de residência e concelho	Situação perante a atividade económica							
	Total		Empregado		Desempregado		Inativo	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>73 211</b>	<b>100,0</b>	<b>1 934</b>	<b>2,6</b>	<b>275</b>	<b>0,4</b>	<b>71 002</b>	<b>97,0</b>
<b>Meio de residência</b>								
Urbano	53 021	100,0	897	1,7	223	0,4	51 901	97,9
Rural	20 190	100,0	1 037	5,1	52	0,3	19 101	94,6
<b>Concelho</b>								
Ribeira Grande	2 129	100,0	118	5,5	2	0,1	2 009	94,4
Paul	764	100,0	18	2,4	0	0,0	746	97,6
Porto Novo	2 463	100,0	46	1,9	8	0,3	2 409	97,8
São Vicente	9 814	100,0	163	1,7	59	0,6	9 592	97,7
Ribeira Brava	1 025	100,0	72	7,0	2	0,2	951	92,8
Tarrafal de São Nicolau	803	100,0	30	3,7	5	0,6	768	95,6
Sal	4 787	100,0	60	1,3	15	0,3	4 712	98,4
Boavista	1 685	100,0	15	0,9	8	0,5	1 662	98,6
Maio	931	100,0	8	0,9	0	0,0	923	99,1
Tarrafal	2 759	100,0	59	2,1	6	0,2	2 694	97,6
Santa Catarina	6 235	100,0	231	3,7	7	0,1	5 997	96,2
Santa Cruz	4 369	100,0	187	4,3	16	0,4	4 166	95,4
Praia	21 236	100,0	355	1,7	108	0,5	20 773	97,8
São Domingos	2 380	100,0	88	3,7	3	0,1	2 289	96,2
São Miguel	2 154	100,0	181	8,4	6	0,3	1 967	91,3
São Salvador do Mundo	1 286	100,0	33	2,6	7	0,5	1 246	96,9
São Lourenço dos Órgãos	998	100,0	30	3,0	1	0,1	967	96,9
Ribeira Grande Santiago	1 204	100,0	59	4,9	5	0,4	1 140	94,7
Mosteiros	1 337	100,0	47	3,5	6	0,4	1 284	96,0
São Filipe	3 215	100,0	53	1,6	8	0,2	3 154	98,1
Santa Catarina do Fogo	785	100,0	36	4,6	1	0,1	748	95,3
Brava	852	100,0	45	5,3	2	0,2	805	94,5

Fonte: INE, Censo 2021

## 7.2.2 Repartição espacial da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada

### 7.2.2.1 Repartição segundo o sexo, por meio de residência

De acordo com a Tabela 36, entre as 1.934 crianças e adolescentes de 10 a 17 anos que estavam a trabalhar no momento do Censo, 1.487 são rapazes, correspondente a 76,9%, e 447 são raparigas, correspondente a 23,1%.

Outrossim, observa-se ainda que as crianças e adolescentes economicamente ocupados estão mais representados no meio rural (1.037 indivíduos no meio rural e 897 no meio urbano). Quanto à distribuição por sexo, observa-se que existem algumas diferenças nos dois meios de residência: a percentagem de rapazes é mais elevada no meio rural (77,9% e 75,7% no meio urbano), enquanto a das raparigas é relativamente mais elevada no meio urbano (24,3% contra 22,1% no rural).

**Tabela 36 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo o sexo, por meio de residência, Cabo Verde, 2021**

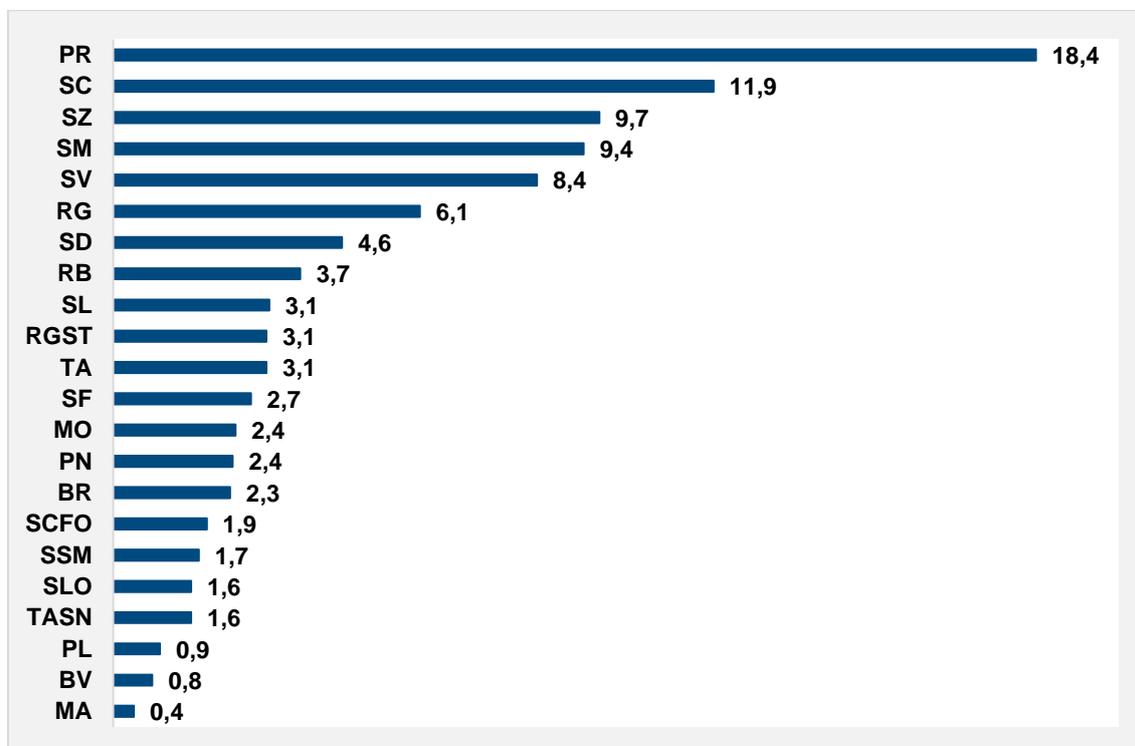
Meio de residência	Sexo					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>1 934</b>	<b>100,0</b>	<b>1 487</b>	<b>76,9</b>	<b>447</b>	<b>23,1</b>
Urbano	897	100,0	679	75,7	218	24,3
Rural	1 037	100,0	808	77,9	229	22,1

Fonte: INE, Censo 2021

### 7.2.2.2 Repartição segundo o concelho

O Gráfico 11 apresenta a repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo o concelho. Observa-se do mesmo, que a maioria reside na Praia (18,4%). Seguem-se por ordem de importância, Santa Catarina (11,9%), Santa Cruz (9,7%), S. Miguel (9,7%), S. Vicente (8,4%), Ribeira Grande (6,1%), S. Domingos (4,6%), Ribeira Brava (3,7%), Sal, Ribeira Grande de Santiago e Tarrafal (3,1% para cada um dos concelhos).

**Gráfico 11 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo o concelho (%), Cabo Verde, 2021**



Fonte: INE, Censo 2021

### 7.2.3 População residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo os grupos etários

A Tabela 37 apresenta a repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo os grupos etários, por meio de residência e concelho. Verifica-se que o fenómeno afeta mais os adolescentes de 12-14 anos (19,1%) e os de 15-17 anos (75,4%). Entretanto, verifica-se também que essa percentagem corresponde a 5,4% para as crianças de 10-11 anos.

Esse grupo populacional vive essencialmente no meio rural, com percentagens relativamente mais altas do que no meio urbano para as crianças de 10-11 anos (8,2% no meio rural e 2,2% no meio urbano), e para os adolescentes de 12-14 anos (23,3% no meio rural e 14,3% no meio urbano). De forma contrária, verifica-se que essa percentagem é mais elevada no meio urbano para os indivíduos de 15-17 anos (83,5% contra 68,5% no meio rural).

Relativamente aos concelhos, a mesma Tabela indica que, para as crianças de 10-11 anos, percentagens mais elevadas se verificam nos concelhos de S. Lourenço dos Órgãos (13,3%), Ribeira Grande (12,7%), S. Miguel (12,2%), Santa Cruz (9,6%) e Santa Catarina (7,8%).

No que se refere aos adolescentes de 12 a 14 anos, as percentagens são mais elevadas nos concelhos de S. Miguel (27,6%), S. Domingos (27,3%), Santa Catarina (26%), Ribeira Grande (25,4%), Ribeira Brava e Maio (25% para cada um dos concelhos) e Brava (24,4%). Na Praia esse indicador corresponde a 12,4%.

Valores acima de 90% se verificam nos concelhos de Paul (94,4%), Porto Novo (91,3%), S. Vicente (92%) e Sal (91,7%) para os adolescentes de 15-17 anos. Esse indicador corresponde a 86,2% na Praia e 80% na Boavista para os indivíduos do mesmo grupo etário.

No que se refere ao sexo, as Tabelas A7 e A8 do Anexo mostram que a percentagem correspondente ao grupo de 12-14 anos é mais elevada para as raparigas (21% contra 18,6% para os rapazes). Em contrapartida, a percentagem correspondente ao grupo de 15-17 anos é mais elevada para os rapazes (76,1% contra 73,4% para as raparigas).

**Tabela 37 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo os grupos etários, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021**

Meio de residência e concelho	Grupos etários							
	Total		10-11		12-14		15-17	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>1 934</b>	<b>100,0</b>	<b>105</b>	<b>5,4</b>	<b>370</b>	<b>19,1</b>	<b>1 459</b>	<b>75,4</b>
<b>Meio de residência</b>								
Urbano	897	100,0	20	2,2	128	14,3	749	83,5
Rural	1 037	100,0	85	8,2	242	23,3	710	68,5
<b>Concelho</b>								
Ribeira Grande	118	100,0	15	12,7	30	25,4	73	61,9
Paul	18	100,0	0	0,0	1	5,6	17	94,4
Porto Novo	46	100,0	0	0,0	4	8,7	42	91,3
São Vicente	163	100,0	0	0,0	13	8,0	150	92,0
Ribeira Brava	72	100,0	4	5,6	18	25,0	50	69,4
Tarrafal de São Nicolau	30	100,0	1	3,3	5	16,7	24	80,0
Sal	60	100,0	2	3,3	3	5,0	55	91,7
Boavista	15	100,0	0	0,0	3	20,0	12	80,0
Maio	8	100,0	0	0,0	2	25,0	6	75,0
Tarrafal	59	100,0	3	5,1	8	13,6	48	81,4
Santa Catarina	231	100,0	18	7,8	60	26,0	153	66,2
Santa Cruz	187	100,0	18	9,6	46	24,6	123	65,8
Praia	355	100,0	5	1,4	44	12,4	306	86,2
São Domingos	88	100,0	4	4,5	24	27,3	60	68,2
São Miguel	181	100,0	22	12,2	50	27,6	109	60,2
São Salvador do Mundo	33	100,0	3	9,1	7	21,2	23	69,7
São Lourenço dos Órgãos	30	100,0	4	13,3	6	20,0	20	66,7
Ribeira Grande Santiago	59	100,0	0	0,0	12	20,3	47	79,7
Mosteiros	47	100,0	3	6,4	8	17,0	36	76,6
São Filipe	53	100,0	0	0,0	8	15,1	45	84,9
Santa Catarina do Fogo	36	100,0	2	5,6	7	19,4	27	75,0
Brava	45	100,0	1	2,2	11	24,4	33	73,3

Fonte: INE, Censo 2021

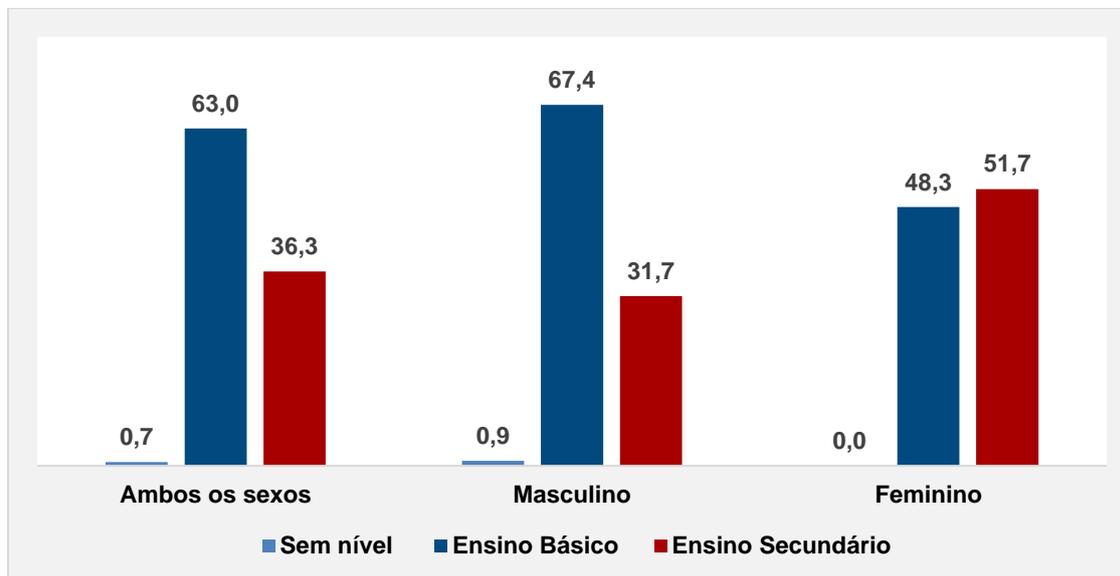
#### 7.2.4 População residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo o nível de instrução

Observa-se do Gráfico 12 que, entre as crianças e adolescentes de 10 a 17 anos economicamente ocupados, uma percentagem muito elevada possui alguma instrução. Com efeito, um pouco mais de um terço possuem o nível Secundário (36,3%), quase dois terços possuem o nível Básico (63%) e 0,7% não possuem nenhuma instrução.

Relativamente ao sexo, o mesmo Gráfico indica que, entre os rapazes, a maioria possui o nível Básico de instrução (67,4%), cerca de um terço possuem o nível Secundário (31,7%), e, a percentagem dos que não possuem instrução corresponde a 0,9%. No que se refere às

raparigas, verifica-se que, contrariamente aos rapazes, todas possuem alguma instrução, ou seja, 51,7% possuem o nível Secundário (51,7%) e 48,3% o nível Básico de instrução.<sup>24</sup>

**Gráfico 12 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo o nível de instrução, por sexo (%), Cabo Verde, 2021**



Fonte: INE, Censo 2021

### 7.2.5 População residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo a frequência escolar

Mais de metade das crianças e adolescentes de 10 a 17 anos economicamente ocupados estavam a frequentar um estabelecimento de ensino (público ou privado) no momento do Censo (1.089 indivíduos correspondente a 56,3%). Cerca de 43,4% (840) frequentaram um estabelecimento de ensino alguma vez no passado e 0,3% nunca frequentaram um estabelecimento de ensino (Tabela 38).

No que se refere ao sexo, observa-se da mesma Tabela, que existem algumas diferenças importantes: a maioria das raparigas e dos rapazes estavam a frequentar um estabelecimento de ensino no momento do Censo, sendo que essa percentagem corresponde a 70,5% entre as raparigas e 52,1% entre os rapazes. A percentagem das crianças e adolescentes que frequentaram um estabelecimento de ensino alguma vez no passado é relativamente mais elevada entre os rapazes (47,6% e 29,5% entre as raparigas). Aqueles que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino correspondem a 0,3% entre os rapazes e a 0,0% entre as raparigas.

<sup>24</sup> Ver também as Tabelas A9, A10 e A11 do Anexo.

**Tabela 38 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo a frequência escolar, por sexo, Cabo Verde, 2021**

Frequência escolar	Sexo					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Total</b>	<b>1 934</b>	<b>100,0</b>	<b>1 487</b>	<b>100,0</b>	<b>447</b>	<b>100,0</b>
Frequenta	1 089	56,3	774	52,1	315	70,5
Frequentou	840	43,4	708	47,6	132	29,5
Nunca frequentou	5	0,3	5	0,3	0	0,0

Fonte: INE, Censo 2021

## 7.2.6 População residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo a ocupação principal e o sector de atividade

### 7.2.6.1 Ocupação principal

A maioria das crianças e adolescentes de 10 a 17 anos economicamente ocupados (70,9%) exerce como principal ocupação as profissões elementares (lavadores de carro, ajudantes de pedreiro, empregadas domésticas, limpeza etc.) (Tabela 39). Verifica-se também que 12,7% são operários, artífices e trabalhadores similares, 10,7% trabalham como pessoal de serviço e vendedores e, os agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e floresta, representam 4,7% desse grupo populacional.

**Tabela 39 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo a ocupação principal, por sexo, Cabo Verde, 2021**

Ocupação principal	Sexo					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Total</b>	<b>1 934</b>	<b>100,0</b>	<b>1 487</b>	<b>100,0</b>	<b>447</b>	<b>100,0</b>
Pessoal Administrativo	2	0,1	1	0,1	1	0,2
Pessoal dos Serviços e Vendedores	207	10,7	80	5,4	127	28,4
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura Pesca e da Floresta	91	4,7	91	6,1	0	0,0
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	245	12,7	208	14,0	37	8,3
Operadores de Instalações de Máquinas e trabalhadores da Montagem	6	0,3	5	0,3	1	0,2
Profissões Elementares	1 372	70,9	1 095	73,6	277	62,0
Outras profissões	11	0,6	7	0,5	4	0,9

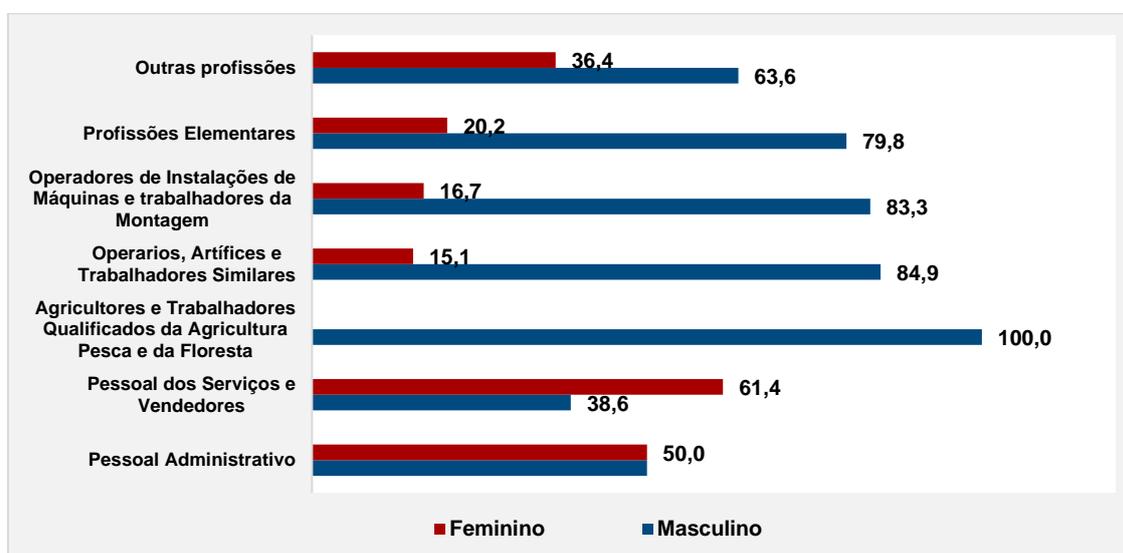
Fonte: INE, Censo 2021

Relativamente ao sexo, o Gráfico 13 mostra que existem diferenças importantes: os que trabalham como agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e floresta são todos rapazes. Entre os que trabalham como operadores de instalações de máquinas e trabalhadores de montagem, 83,3% são rapazes e 16,7% são raparigas. A maioria dos operários, artífices e trabalhadores similares são rapazes (84,9% contra 15,1% para as

raparigas). Quanto às outras profissões não especificadas no Gráfico, 63,6% são rapazes e 36,4% são raparigas.

Entre os que trabalham como pessoal administrativo, a percentagem é igual para os dois sexos. Os que exercem as profissões elementares, 79,8% são rapazes e 20,2% são raparigas. A única ocupação em que a percentagem das raparigas é mais elevada que a de rapazes é a do pessoal de serviços e vendedores (61,4% para as raparigas e 38,6 para os rapazes).

**Gráfico 13 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo o sexo, por ocupação principal (%), Cabo Verde, 2021**



Fonte: INE, Censo 2021

### 7.2.6.2 Sector de atividade

O sector de atividade está agrupado em três categorias: o sector primário, que engloba as pessoas que trabalham na agricultura, pesca, criação de animal e indústria extrativa; o secundário, que engloba as pessoas que trabalham nas indústrias transformadoras e; o terciário, que inclui as pessoas que trabalham no comércio e serviços.

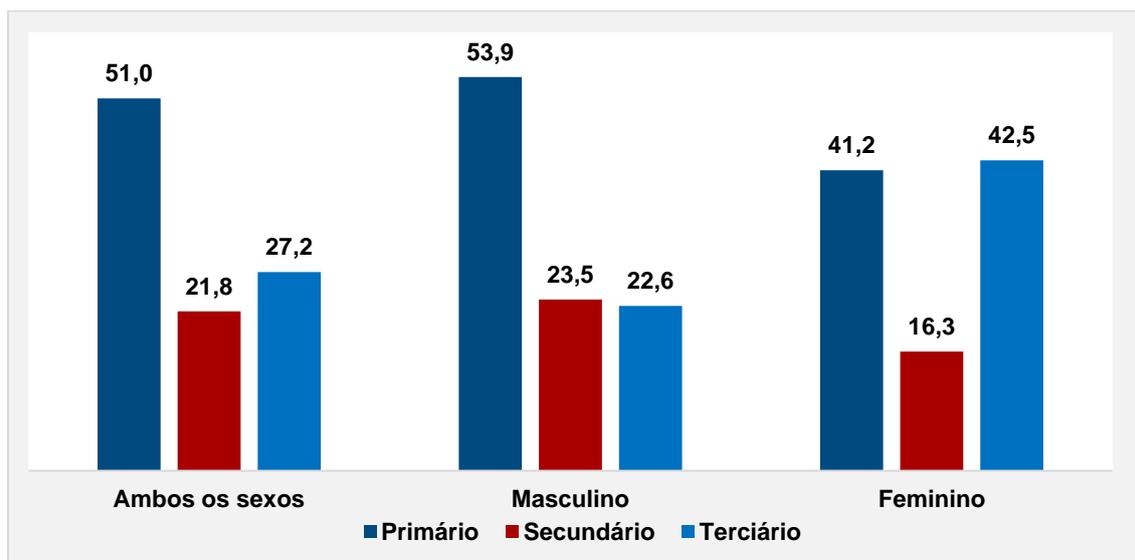
O Gráfico 14 apresenta a repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo o sector de atividade, por sexo. Observa-se que mais de metade desse grupo populacional trabalha no sector primário (51,0%), 27,2% trabalham no sector terciário e 21,8% no sector secundário.

Quanto ao sexo, verifica-se do mesmo Gráfico que existem diferenças importantes: entre os rapazes, 53,9% trabalham no sector primário, enquanto que as percentagens são quase

iguais para os que trabalham nos outros dois sectores (23,5% para o sector secundário e 22,6% para o sector terciário).

Quanto às raparigas, a maioria trabalha no sector terciário (42,5%). Cerca de 41,2% trabalham no sector primário e 16,3% no sector terciário.

**Gráfico 14 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo o sector de atividade, por sexo (%), Cabo Verde, 2021**



Fonte: INE, Censo 2021

### 7.3 CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 5 A 17 ANOS, COM DEFICIÊNCIA

No Censo 2021, a questão sobre a incapacidade foi posta para todas as pessoas residentes com 5 anos ou mais. A incapacidade foi observada em seis domínios distintos: a visão (dificuldade em ver mesmo usando óculos ou lentes de contacto), a audição (dificuldade em ouvir mesmo usando um aparelho auditivo), a mobilidade (dificuldade em andar distancias curtas, em andar, independentemente da distancia sem parar para descansar ou dificuldade em subir ou descer escadas), a cognição (dificuldade em lembrar-se das coisas fazendo uso de memória, ou de se concentrar - uso de capacidade mental para realizar certas tarefas como ler, calcular ou aprender certas coisas), o autocuidado (dificuldade em cuidar de si mesmo, como tomar banho ou vestir-se sozinho) e a comunicação (troca de ideias ou informações entre pessoas através de linguagens de voz, gestos, sinais ou escrita). Para cada domínio, foram consideradas quatro modalidades de resposta: (1) não tem dificuldade; (2) tem alguma dificuldade; (3) tem muita dificuldade e (4) não consegue de modo algum. Para efeitos deste trabalho, foram consideradas pessoas com deficiência, aquelas que têm

um grau de dificuldade elevado (ou seja, as pessoas que têm muita dificuldade ou que não conseguem de modo algum) em pelo menos um dos seis domínios de incapacidade.<sup>25</sup>

Este subcapítulo tem como objetivo analisar as características das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos com deficiência, nomeadamente no que se refere à frequência escolar e ao domínio da deficiência. Esta análise revela-se de grande importância, na medida em que fornece elementos que podem apoiar na criação de condições adequadas para garantir a igualdade de oportunidades social e educacional, facilitando assim a reabilitação física e integração social desse grupo populacional que se encontra nessa condição.

### 7.3.1 Volume e repartição segundo o sexo por meio de residência

As crianças e adolescentes com 5 a 17 anos com deficiência, correspondem a um total de 6.054 indivíduos, sendo 3.014 do sexo masculino (49,8%) e 3.040 do sexo feminino (50,2%) (Tabela 40).

O efetivo total dessa população caracterizada na análise, corresponde a 5,1% do total das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, e a 12,8% da população total com deficiência em Cabo Verde, o que constitui uma situação preocupante, tendo em conta que, para muitos a presença de uma deficiência pode dificultar a realização de atividades que são essenciais para o seu normal desenvolvimento.

**Tabela 40 - Repartição da população residente de 5 a 17 anos com deficiência, segundo o sexo, por meio de residência, Cabo Verde, 2021**

Meio de residência	Sexo					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>6 054</b>	<b>100,0</b>	<b>3 014</b>	<b>49,8</b>	<b>3 040</b>	<b>50,2</b>
Urbano	4 366	100,0	2 152	49,3	2 214	50,7
Rural	1 037	100,0	808	77,9	229	22,1

Fonte: INE, Censo 2021

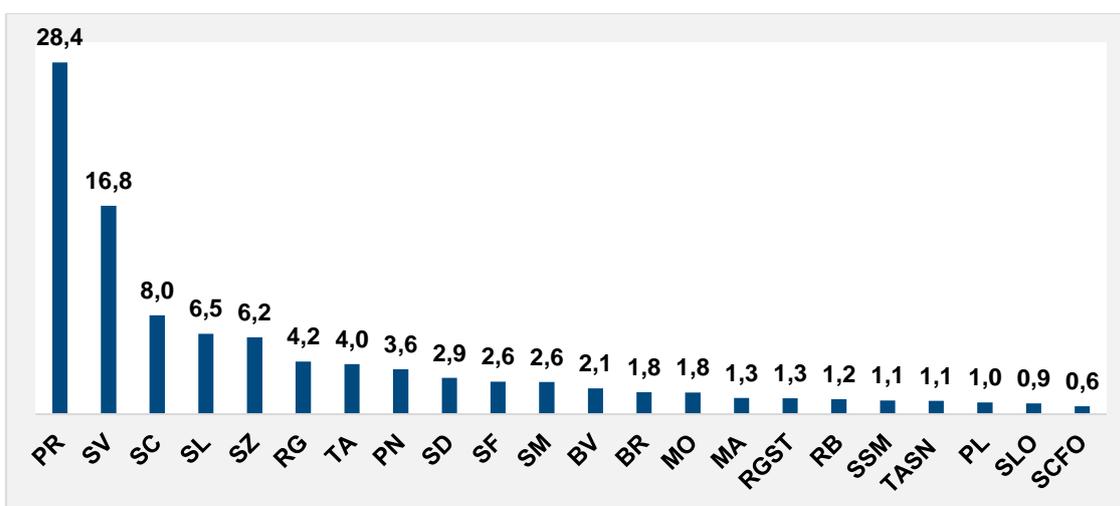
Relativamente ao meio de residência, verifica-se da mesma Tabela que 4.366 crianças e adolescentes com deficiência residem no meio urbano (72,1%) e 1.037 residem no meio rural (27,9%). Entre os que residem no meio urbano, quase que não existem diferenças entre os sexos, apesar da percentagem das raparigas ser um pouco mais elevada que a dos rapazes (50,7% e 49,3% para os rapazes). No meio rural, as diferenças entre os sexos são elevadas (77,9% para os rapazes e 22,1% para as raparigas).

<sup>25</sup> Ver Tema Deficiência

### 7.3.2 Repartição segundo o concelho

O Gráfico 15 apresenta a repartição das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos com deficiência, segundo o concelho. Observa-se que um pouco mais de um quarto (28,4%) dessa população reside na Praia. Essa percentagem corresponde a 16,8% em S. Vicente, 8,0% em Santa Catarina, cerca de 7% no Sal e 6,2% em Santa Cruz. Seguindo a ordem dos concelhos no Gráfico, verifica-se que as percentagens continuam a diminuir atingindo menos de 1% em S. Lourenço dos Órgãos (0,9%) e Santa Catarina do Fogo (0,6%).

**Gráfico 15 - Repartição da população residente de 5 a 17 anos com deficiência, segundo o concelho (%), Cabo Verde, 2021**



Fonte: INE, Censo 2021

### 7.3.3 Domínios de deficiência

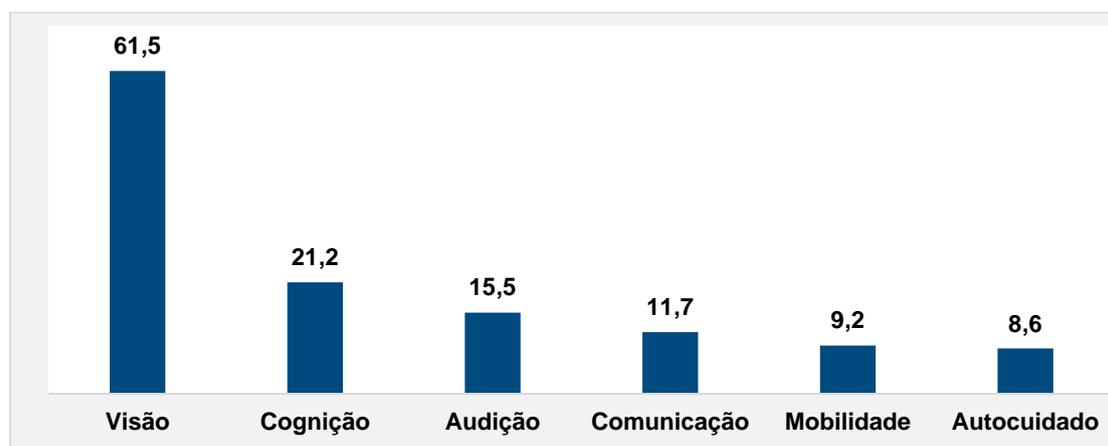
Conhecer os diferentes domínios de deficiência que afetam as crianças e adolescentes constitui uma informação importante para os serviços de reabilitação, no âmbito da implementação de políticas sociais.

De acordo com o Gráfico 16, a visão (dificuldade em ver mesmo usando óculos ou lentes de contacto) é uma deficiência que afeta quase dois terços de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos com deficiência (61,5%). A segunda maior deficiência é a cognição (ou seja, dificuldade em lembrar-se das coisas fazendo uso de memória, ou de se concentrar - uso de capacidade mental para realizar certas tarefas como ler, calcular ou aprender certas coisas), que afeta 21,2% desse grupo populacional.

A audição (dificuldade em ouvir mesmo usando um aparelho auditivo) afeta 15,5% desse grupo populacional, a comunicação (troca de ideias ou informações entre pessoas através de linguagens de voz, gestos, sinais ou escrita) afeta 11,7% desse grupo populacional, a mobilidade (dificuldade em andar distancias curtas, em andar, independentemente de

distância sem parar para descansar ou dificuldade em subir ou descer escadas) afeta a 9,2% e o autocuidado (dificuldade em cuidar de si mesmo, como tomar banho ou vestir-se sozinho), afeta 8,6% das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos com deficiência.

**Gráfico 16 - População residente de 5 a 17 anos com deficiência, segundo o domínio de deficiência (%), Cabo Verde, 2021**



Fonte: INE, Censo 2021

Relativamente ao sexo, a Tabela 41 indica que a dificuldade relacionada com a visão afeta mais as raparigas do que os rapazes (54,9% contra 45,1% para os rapazes). As dificuldades correspondentes aos restantes domínios de deficiência afetam mais os rapazes, atingindo mais de metade de indivíduos desse sexo, qualquer que seja o domínio de deficiência.

**Tabela 41 - População residente de 5 a 17 anos com deficiência, segundo o sexo, por domínio de deficiência, Cabo Verde, 2021**

Domínio de deficiência	Sexo					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
Visão	3 723	100,0	1 679	45,1	2 044	54,9
Audição	937	100,0	502	53,6	435	46,4
Mobilidade	557	100,0	313	56,2	244	43,8
Cognição	1 286	100,0	762	59,3	524	40,7
Autocuidado	522	100,0	300	57,5	222	42,5
Comunicação	711	100,0	397	55,8	314	44,2

Fonte: INE, 2021

### 7.3.4 Frequência escolar

Relativamente à frequência escolar, a Tabela A12 do Anexo indica que, entre o total das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos com deficiência, 5.381 (correspondente a 88,9%) estavam a frequentar um estabelecimento de ensino no momento do Censo, 6,1% (372 indivíduos) frequentaram um estabelecimento de ensino alguma vez no passado e 5,0% (301 indivíduos) nunca frequentou um estabelecimento de ensino.

Importa mencionar que as crianças e adolescentes com deficiência e que se encontram fora do sistema de ensino (nunca frequentaram um estabelecimento de ensino ou frequentaram-no alguma vez no passado), correspondem a 6,1% do total das crianças e adolescentes de 4 a 17 anos que se encontram fora do sistema de ensino.

Verificam-se algumas diferenças, embora pouco significativas em relação ao meio de residência: a percentagem das crianças e adolescentes com deficiência que estavam a frequentar um estabelecimento de ensino no momento do Censo é relativamente mais elevada no meio urbano (89,2% contra 88,0% no rural). Em contrapartida, a percentagem dos que frequentaram algum estabelecimento de ensino no passado é relativamente mais elevada no meio rural (6,5% contra 6% no urbano), assim como a percentagem daqueles que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino (5,8% contra 4,8% no urbano).

A mesma Tabela indica que existem diferenças a nível dos diferentes concelhos: a percentagem desse grupo populacional que nunca frequentou um estabelecimento de ensino é elevada nos concelhos de Paul (13,8%), S. Filipe e Santa Catarina do Fogo (cerca de 10% para cada um dos concelhos), Tarrafal (8,6%), S. Salvador do Mundo (7,5%) e Ribeira Brava (5,5%).

Na Brava, a percentagem dos que frequentaram um estabelecimento de ensino alguma vez no passado é mais do que o dobro do valor ao nível nacional (15,9%). Essa percentagem corresponde a 12,1% no Paul, 9,2% no Sal, 8,2% nos concelhos de S. Miguel e Ribeira Brava, e 6,8% no Porto Novo.

Mais de 90% dessas crianças e adolescentes estavam a frequentar um estabelecimento de ensino no momento do Censo nos concelhos de Tarrafal de S. Nicolau (95,4%), S. Domingos (94,9%), Ribeira Grande (91,4%), e Ribeira Grande de Santiago (91,0%).

## 7.4 ADOLESCENTES DE 12 A 17 ANOS SEGUNDO O ESTADO CIVIL

A importância da caracterização dos adolescentes de 12 a 17 anos segundo o estado civil, advém de o facto da união conjugal ter relação direta com o início da vida reprodutiva e pelo facto de permitir analisar a união precoce.

Por se tratar de situação esperada para a idade, as características dos adolescentes “solteiros” não são analisados neste trabalho. São caracterizados apenas os adolescentes não solteiros, ou seja, aqueles que, à luz da CDC, são considerados em situação particularmente difícil pela dupla violação dos seus direitos: por um lado, por ter contraído a união conjugal no período considerado de escolaridade e, por outro lado, pela maioria ter idade inferior à estipulada por Lei, o que pode ter reflexos diretos e negativos na saúde, educação e instrução.

Entre os 53.763 indivíduos de 12 a 17 anos, 52.892, ou seja, 98,4% corresponde à população solteira. A população “não solteira”, é constituída por um total de 871 indivíduos (correspondente a 1,6% do total da população de 12 a 17 anos) ou seja, aquela cujo estado civil pertence à categoria de união de facto (765 indivíduos) ou de separada (106 indivíduos, que já interromperam a união) (Tabela 42).

**Tabela 42 - Repartição da população residente de 12 a 17 anos, segundo o estado civil e idade, por sexo, Cabo Verde, 2021**

Sexo e idade	Estado Civil							
	Total		Solteiro		União de facto		Separado	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Ambos os sexos</b>	<b>53 763</b>	<b>100,0</b>	<b>52 892</b>	<b>98,4</b>	<b>765</b>	<b>1,4</b>	<b>106</b>	<b>0,2</b>
12	8 789	100,0	8 789	100,0	0	0,0	0	0,0
13	9 201	100,0	9 201	100,0	0	0,0	0	0,0
14	9 142	100,0	9 142	100,0	0	0,0	0	0,0
15	9 229	100,0	9 059	98,2	145	1,6	25	0,3
16	8 708	100,0	8 446	97,0	234	2,7	28	0,3
17	8 694	100,0	8 255	95,0	386	4,4	53	0,6
<b>Masculino</b>	<b>27 521</b>	<b>100,0</b>	<b>27 269</b>	<b>99,1</b>	<b>215</b>	<b>0,8</b>	<b>37</b>	<b>0,1</b>
12	4 482	100,0	4 482	100,0	0	0,0	0	0,0
13	4 725	100,0	4 725	100,0	0	0,0	0	0,0
14	4 643	100,0	4 643	100,0	0	0,0	0	0,0
15	4 777	100,0	4 700	98,4	64	1,3	13	0,3
16	4 456	100,0	4 383	98,4	68	1,5	5	0,1
17	4 438	100,0	4 336	97,7	83	1,9	19	0,4
<b>Feminino</b>	<b>26 242</b>	<b>100,0</b>	<b>25 623</b>	<b>97,6</b>	<b>550</b>	<b>2,1</b>	<b>69</b>	<b>0,3</b>
12	4 307	100,0	4 307	100,0	0	0,0	0	0,0
13	4 476	100,0	4 476	100,0	0	0,0	0	0,0
14	4 499	100,0	4 499	100,0	0	0,0	0	0,0
15	4 452	100,0	4 359	97,9	81	1,8	12	0,3
16	4 252	100,0	4 063	95,6	166	3,9	23	0,5
17	4 256	100,0	3 919	92,1	303	7,1	34	0,8

Fonte: INE, Censo 2021

Embora as percentagens dos adolescentes que vivem em união de facto ou que estão separados do ponto de vista estatístico possam não ser relevantes, não deixam de ter alguma relevância sociocultural pelo significado e importância que poderão assumir. Não obstante a ausência de dados sobre os períodos, o debate atual gerado em torno desta matéria reforça a pertinência desta análise, cujos dados poderão contribuir para subsidiar as opções e políticas de saúde sexual e reprodutiva.

#### **7.4.1 Estrutura por sexo e idade dos adolescentes “não solteiros”**

De acordo com a Tabela 42, os adolescentes não solteiros são maioritariamente constituídos por raparigas (619 indivíduos), sendo que 550 se encontram em união de facto e 69 estão separadas, ou seja, já interromperam a união. Os rapazes correspondem a um efetivo de 252 indivíduos, sendo que 215 se encontram em união e 37 estão separados.

Relativamente à idade, verifica-se da mesma Tabela que o efetivo desse grupo populacional tem idade compreendida entre 15 e 17 anos e apresenta uma tendência que se pode considerar natural, isto é, o efetivo vai aumentando à medida em que aumenta a idade (145 indivíduos com 15 anos, 234 com 16 e 386 com 17 anos para os adolescentes que vivem em união de facto e, 25 indivíduos com 15 anos, 28 com 16 e 53 com 17 para aqueles que estão separados).

Considerando apenas os adolescentes que estão em união, observa-se que as percentagens de rapazes são inferiores às das raparigas, qualquer que seja a idade: 1,3% tem 15 anos, 1,5% tem 16, e 1,9% tem 17 anos. Entre as raparigas, estas percentagens correspondem a 1,8%, 3,9% e 7,1% respetivamente para cada uma das idades acima referidas.

Relativamente aos separados, observa-se que, entre as raparigas, as percentagens correspondem a 0,3%, 0,5% e 0,8% respetivamente para 15, 16 e 17 anos, e, entre os rapazes, essas percentagens correspondem respetivamente a 0,3%, 0,1% e 0,4% para cada uma das idades.

#### **7.4.2 Adolescentes “não solteiros” segundo a frequência escolar**

Dos 871 adolescentes “não solteiros”, 66,1% estavam a frequentar um estabelecimento de ensino público ou privado no momento do Censo, 33,5% frequentaram alguma vez um estabelecimento de ensino no passado e 0,3% nunca frequentaram um estabelecimento de ensino (Tabela 43).

Existem algumas diferenças no que se refere ao estado civil, embora não sejam significativas. Entre os que vivem em união de facto, 66% estavam a frequentar um estabelecimento de ensino no momento do Censo, 33,6% frequentaram alguma vez um estabelecimento de ensino no passado e 0,4% nunca frequentaram. Entre os adolescentes que se encontram separados, 67,0% estavam a frequentar um estabelecimento de ensino no momento do Censo e 33,0% frequentaram alguma vez um estabelecimento de ensino no passado.

**Tabela 43 - Repartição da população residente de 12 a 17 anos, “não solteira”, segundo a frequência a um estabelecimento de ensino, por estado civil e sexo, Cabo Verde, 2021**

Estado civil e sexo	Frequência escolar							
	Total		Frequenta		Frequentou		Nunca frequentou	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Ambos os sexos</b>	<b>871</b>	<b>100,0</b>	<b>576</b>	<b>66,1</b>	<b>292</b>	<b>33,5</b>	<b>3</b>	<b>0,3</b>
União de facto	765	100,0	505	66,0	257	33,6	3	0,4
Separado(a)	106	100,0	71	67,0	35	33,0	0	0,0
<b>Masculino</b>	<b>252</b>	<b>100,0</b>	<b>206</b>	<b>81,7</b>	<b>45</b>	<b>17,9</b>	<b>1</b>	<b>0,4</b>
União de facto	215	100,0	175	81,4	39	18,1	1	0,5
Separado(a)	37	100,0	31	83,8	6	16,2	0	0,0
<b>Feminino</b>	<b>619</b>	<b>100,0</b>	<b>370</b>	<b>59,8</b>	<b>247</b>	<b>39,9</b>	<b>2</b>	<b>0,3</b>
União de facto	550	100,0	330	60,0	218	39,6	2	0,4
Separado(a)	69	100,0	40	58,0	29	42,0	0	0,0

Fonte: INE, Censo 2021

Relativamente ao sexo, observa-se da mesma Tabela que existem diferenças importantes: entre os rapazes, a maioria estava a frequentar um estabelecimento de ensino no momento do Censo (81,7%), enquanto que esta percentagem corresponde a um pouco mais de metade entre as raparigas (59,8%). Cerca de 40% das raparigas frequentaram alguma vez um estabelecimento de ensino no passado, enquanto que essa percentagem corresponde a 17,9% entre os rapazes. Os adolescentes que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino correspondem a 0,4% entre os rapazes e a 0,3% entre as raparigas.

#### **7.4.3 Principal meio de vida dos adolescentes “não solteiros”**

Para a maioria dos adolescentes de 12 a 17 anos “não solteiros”, o principal meio de vida provém de ajuda de familiares em Cabo Verde (82,0%), e 2,6% provém de ajuda de familiares no estrangeiro (Tabela 44). Entretanto, para cerca de 4,6% dessa população, o principal meio de vida provém de rendimento recebido do trabalho por conta de outrem e para 10,4%, o principal meio de vida provém de outras fontes não mencionadas anteriormente.

**Tabela 44 - Repartição da população residente de 12 a 17 anos, “não solteira”, segundo o principal meio de vida, por estado civil, Cabo Verde, 2021**

Principal meio de vida	Estado civil					
	Total		União de facto		Separado(a)	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Total</b>	<b>871</b>	<b>100,0</b>	<b>765</b>	<b>100,0</b>	<b>106</b>	<b>100,0</b>
Trabalho	40	4,6	30	3,9	10	9,4
Ajuda de familiares em Cabo Verde	714	82,0	635	83,0	79	74,5
Ajuda de familiares no estrangeiro	23	2,6	20	2,6	3	2,8
Apoio social	3	0,3	3	0,4	0	0,0
Outra	91	10,4	77	10,1	14	13,2

Fonte: INE, Censo 2021

Quando se analisa por estado civil, verifica-se da mesma Tabela, que existe a mesma repartição que ao nível nacional tanto para os que vivem em união de facto como para aqueles que estão separados. Entre os que estão em união de facto, 83,0% tem como principal meio de vida a ajuda de familiares em Cabo Verde, enquanto que esta percentagem corresponde a 74,5% entre os que estão separados.

A percentagem dos que têm como principal meio de vida a ajuda de familiares no estrangeiro, corresponde a 2,6% para os adolescentes que vivem em união de facto, e 2,8% para aqueles que estão separados. Entre os que estão em união de facto, 3,9% tem como principal meio de vida o rendimento recebido do seu trabalho, enquanto que esta percentagem corresponde a 9,4% entre os que estão separados.

Relativamente ao sexo, verifica-se da Tabela 45 que entre os rapazes cuja principal fonte de rendimento provém do seu trabalho, 84,6% vivem em união de facto e 15,4% estão separados. Para os que têm como principal meio de vida outra fonte de rendimento, 24,1% estão separados e 75,9% estão em união de facto. Entre os que vivem da ajuda de familiares residentes em Cabo Verde, 86,8% vivem em união de facto e 13,2% estão separados.

Entre as raparigas que têm como principal meio de vida rendimento recebido do trabalho por conta de outrem, 70,4% vivem em união de facto e 29,6% são separadas. Entre aquelas cujo principal meio de vida provém de outras fontes, 11,3% estão separadas e 88,7% vivem em união de facto. Entre as que vivem de ajuda de familiares residentes em Cabo Verde, 89,8% vivem em união de facto e 10,2% estão separadas.

**Tabela 45 - Repartição da população residente de 12-17 anos, “não solteira”, segundo o estado civil, por principal meio de vida e sexo, Cabo Verde, 2021**

Principal meio de vida e sexo	Estado civil					
	Total		União de facto		Separado(a)	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Ambos os sexos</b>	<b>871</b>	<b>100,0</b>	<b>765</b>	<b>87,8</b>	<b>106</b>	<b>12,2</b>
Trabalho	40	100,0	30	75,0	10	25,0
Ajuda de familiares em Cabo Verde	714	100,0	635	88,9	79	11,1
Ajuda de familiares no estrangeiro	23	100,0	20	87,0	3	13,0
Apoio social	3	100,0	3	100,0		0,0
Outra	91	100,0	77	84,6	14	15,4
<b>Masculino</b>	<b>252</b>	<b>100,0</b>	<b>215</b>	<b>85,3</b>	<b>37</b>	<b>14,7</b>
Trabalho	13	100,0	11	84,6	2	15,4
Ajuda de familiares em Cabo Verde	205	100,0	178	86,8	27	13,2
Ajuda de familiares no estrangeiro	5	100,0	4	80,0	1	20,0
Outra	29	100,0	22	75,9	7	24,1
<b>Feminino</b>	<b>619</b>	<b>100,0</b>	<b>550</b>	<b>88,9</b>	<b>69</b>	<b>11,1</b>
Trabalho	27	100,0	19	70,4	8	29,6
Ajuda de familiares em Cabo Verde	509	100,0	457	89,8	52	10,2
Ajuda de familiares no estrangeiro	18	100,0	16	88,9	2	11,1
Apoio social	3	100,0	3	100,0		
Outra	62	100,0	55	88,7	7	11,3

Fonte: INE, Censo 2021

## A ANEXOS

Tabela A 1 - Repartição dos agregados familiares com crianças e adolescentes, segundo o acesso à ligação da rede pública de distribuição de água nos alojamentos, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021

Meio de residência e concelho	Ligação à rede pública de distribuição de água					
	Total		Com ligação		Sem ligação	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>86 122</b>	<b>100,0</b>	<b>60 450</b>	<b>70,2</b>	<b>25 672</b>	<b>29,8</b>
<b>Meio de residência</b>						
Urbano	64 875	100,0	48 204	74,3	16 671	25,7
Rural	21 247	100,0	12 246	57,6	9 001	42,4
<b>Concelho</b>						
Ribeira Grande	2 348	100,0	2 172	92,5	176	7,5
Paul	854	100,0	757	88,6	97	11,4
Porto Novo	2 678	100,0	2 278	85,1	400	14,9
São Vicente	12 381	100,0	8 505	68,7	3 876	31,3
Ribeira Brava	1 066	100,0	966	90,6	100	9,4
Tarrafal de São Nicolau	852	100,0	828	97,2	24	2,8
Sal	5 988	100,0	4 470	74,6	1 518	25,4
Boavista	2 326	100,0	1 374	59,1	952	40,9
Maio	1 141	100,0	942	82,6	199	17,4
Tarrafal	3 032	100,0	2 547	84,0	485	16,0
Santa Catarina	6 775	100,0	4 073	60,1	2 702	39,9
Santa Cruz	4 513	100,0	3 016	66,8	1 497	33,2
Praia	26 652	100,0	18 029	67,6	8 623	32,4
São Domingos	2 478	100,0	1 146	46,2	1 332	53,8
São Miguel	2 314	100,0	1 341	58,0	973	42,0
São Salvador do Mundo	1 264	100,0	414	32,8	850	67,2
São Lourenço dos Órgãos	1 041	100,0	736	70,7	305	29,3
Ribeira Grande Santiago	1 329	100,0	924	69,5	405	30,5
Mosteiros	1 518	100,0	1 294	85,2	224	14,8
São Filipe	3 707	100,0	3 052	82,3	655	17,7
Santa Catarina do Fogo	837	100,0	667	79,7	170	20,3
Brava	1 028	100,0	919	89,4	109	10,6

Fonte: INE, Censo 2021

**Tabela A 2 - Repartição dos agregados familiares com crianças e adolescentes, segundo o acesso à eletricidade nos alojamentos, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021**

Meio de residência e concelho	Acesso à eletricidade					
	Total		Com acesso		Sem acesso	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>86 122</b>	<b>100,0</b>	<b>79 026</b>	<b>91,8</b>	<b>7 096</b>	<b>8,2</b>
<b>Meio de residência</b>						
Urbano	64 875	100,0	60 612	93,4	4 263	6,6
Rural	21 247	100,0	18 414	86,7	2 833	13,3
<b>Concelho</b>						
Ribeira Grande	2 348	100,0	2 268	96,6	80	3,4
Paul	854	100,0	828	97,0	26	3,0
Porto Novo	2 678	100,0	2 540	94,8	138	5,2
São Vicente	12 381	100,0	11 680	94,3	701	5,7
Ribeira Brava	1 066	100,0	997	93,5	69	6,5
Tarrafal de São Nicolau	852	100,0	827	97,1	25	2,9
Sal	5 988	100,0	5 627	94,0	361	6,0
Boavista	2 326	100,0	2 204	94,8	122	5,2
Maio	1 141	100,0	1 083	94,9	58	5,1
Tarrafal	3 032	100,0	2 586	85,3	446	14,7
Santa Catarina	6 775	100,0	5 741	84,7	1 034	15,3
Santa Cruz	4 513	100,0	3 759	83,3	754	16,7
Praia	26 652	100,0	24 799	93,0	1 853	7,0
São Domingos	2 478	100,0	2 297	92,7	181	7,3
São Miguel	2 314	100,0	2 101	90,8	213	9,2
São Salvador do Mundo	1 264	100,0	1 177	93,1	87	6,9
São Lourenço dos Órgãos	1 041	100,0	976	93,8	65	6,2
Ribeira Grande Santiago	1 329	100,0	1 277	96,1	52	3,9
Mosteiros	1 518	100,0	1 376	90,6	142	9,4
São Filipe	3 707	100,0	3 169	85,5	538	14,5
Santa Catarina do Fogo	837	100,0	704	84,1	133	15,9
Brava	1 028	100,0	1 010	98,2	18	1,8

Fonte: INE, Censo 2021

**Tabela A 3 - Repartição da população residente de 4 a 17 anos do sexo masculino que se encontra fora do sistema de ensino, segundo grupos etários, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021**

Meio de residência e concelho	Sexo masculino							
	Grupos etários							
	Total		4-5		6-11		12-17	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>6 229</b>	<b>100,0</b>	<b>2 761</b>	<b>44,3</b>	<b>828</b>	<b>13,3</b>	<b>2 640</b>	<b>42,4</b>
<b>Meio de residência</b>								
Urbano	4 375	100,0	2 018	46,1	614	14,0	1 743	39,8
Rural	1 854	100,0	743	40,1	214	11,5	897	48,4
<b>Concelho</b>								
Ribeira Grande	146	100,0	50	34,2	14	9,6	82	56,2
Paul	82	100,0	23	28,0	17	20,7	42	51,2
Porto Novo	222	100,0	95	42,8	31	14,0	96	43,2
São Vicente	893	100,0	344	38,5	115	12,9	434	48,6
Ribeira Brava	114	100,0	33	28,9	12	10,5	69	60,5
Tarrafal de São Nicolau	53	100,0	21	39,6	3	5,7	29	54,7
Sal	407	100,0	196	48,2	53	13,0	158	38,8
Boavista	164	100,0	71	43,3	39	23,8	54	32,9
Maio	48	100,0	18	37,5	6	12,5	24	50,0
Tarrafal	190	100,0	98	51,6	18	9,5	74	38,9
Santa Catarina	414	100,0	214	51,7	48	11,6	152	36,7
Santa Cruz	372	100,0	152	40,9	48	12,9	172	46,2
Praia	1 848	100,0	890	48,2	265	14,3	693	37,5
São Domingos	117	100,0	44	37,6	12	10,3	61	52,1
São Miguel	133	100,0	64	48,1	15	11,3	54	40,6
São Salvador do Mundo	97	100,0	52	53,6	9	9,3	36	37,1
São Lourenço dos Órgãos	67	100,0	33	49,3	12	17,9	22	32,8
Ribeira Grande Santiago	110	100,0	49	44,5	10	9,1	51	46,4
Mosteiros	161	100,0	61	37,9	20	12,4	80	49,7
São Filipe	376	100,0	178	47,3	64	17,0	134	35,6
Santa Catarina do Fogo	87	100,0	43	49,4	5	5,7	39	44,8
Brava	128	100,0	32	25,0	12	9,4	84	65,6

Fonte: INE, Censo 2021

**Tabela A 4 - Repartição da população residente de 4 a 17 anos do sexo feminino que se encontra fora do sistema de ensino, segundo grupos etários, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021**

Meio de residência e concelho	Sexo feminino							
	Grupos etários							
	Total		4-5		6-11		12-17	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>4 719</b>	<b>100,0</b>	<b>2 493</b>	<b>52,8</b>	<b>717</b>	<b>15,2</b>	<b>1 509</b>	<b>32,0</b>
<b>Meio de residência</b>								
Urbano	3 371	100,0	1 784	52,9	532	15,8	1 055	31,3
Rural	1 348	100,0	709	52,6	185	13,7	454	33,7
<b>Concelho</b>								
Ribeira Grande	114	100,0	51	44,7	22	19,3	41	36,0
Paul	50	100,0	25	50,0	14	28,0	11	22,0
Porto Novo	144	100,0	77	53,5	31	21,5	36	25,0
São Vicente	603	100,0	301	49,9	94	15,6	208	34,5
Ribeira Brava	76	100,0	39	51,3	10	13,2	27	35,5
Tarrafal de São Nicolau	43	100,0	20	46,5	0	0,0	23	53,5
Sal	333	100,0	167	50,2	45	13,5	121	36,3
Boavista	133	100,0	77	57,9	25	18,8	31	23,3
Maio	28	100,0	11	39,3	5	17,9	12	42,9
Tarrafal	187	100,0	97	51,9	36	19,3	54	28,9
Santa Catarina	337	100,0	200	59,3	48	14,2	89	26,4
Santa Cruz	253	100,0	151	59,7	29	11,5	73	28,9
Praia	1 413	100,0	760	53,8	236	16,7	417	29,5
São Domingos	87	100,0	47	54,0	9	10,3	31	35,6
São Miguel	111	100,0	54	48,6	14	12,6	43	38,7
São Salvador do Mundo	76	100,0	42	55,3	10	13,2	24	31,6
São Lourenço dos Órgãos	81	100,0	47	58,0	12	14,8	22	27,2
Ribeira Grande Santiago	86	100,0	54	62,8	2	2,3	30	34,9
Mosteiros	128	100,0	46	35,9	16	12,5	66	51,6
São Filipe	294	100,0	163	55,4	43	14,6	88	29,9
Santa Catarina do Fogo	63	100,0	36	57,1	7	11,1	20	31,7
Brava	79	100,0	28	35,4	9	11,4	42	53,2

Fonte: INE, Censo 2021

**Tabela A 5 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos do sexo masculino, segundo a situação perante a atividade económica, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021**

Meio de residência e concelho	Sexo masculino							
	Situação perante a atividade económica							
	Total		Empregado		Desempregado		Inativo	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>37 480</b>	<b>100,0</b>	<b>1 487</b>	<b>4,0</b>	<b>166</b>	<b>0,4</b>	<b>35 827</b>	<b>95,6</b>
<b>Meio de residência</b>								
Urbano	27 002	100,0	679	2,5	133	0,5	26 190	97,0
Rural	10 478	100,0	808	7,7	33	0,3	9 637	92,0
<b>Concelho</b>								
Ribeira Grande	1 101	100,0	91	8,3	0	0,0	1 010	91,7
Paul	402	100,0	16	4,0	0	0,0	386	96,0
Porto Novo	1 271	100,0	38	3,0	5	0,4	1 228	96,6
São Vicente	5 024	100,0	124	2,5	32	0,6	4 868	96,9
Ribeira Brava	534	100,0	61	11,4	2	0,4	471	88,2
Tarrafal de São Nicolau	413	100,0	25	6,1	2	0,5	386	93,5
Sal	2 504	100,0	40	1,6	9	0,4	2 455	98,0
Boavista	844	100,0	10	1,2	6	0,7	828	98,1
Maio	493	100,0	7	1,4	0	0,0	486	98,6
Tarrafal	1 359	100,0	44	3,2	5	0,4	1 310	96,4
Santa Catarina	3 142	100,0	174	5,5	5	0,2	2 963	94,3
Santa Cruz	2 224	100,0	162	7,3	11	0,5	2 051	92,2
Praia	10 840	100,0	256	2,4	62	0,6	10 522	97,1
São Domingos	1 237	100,0	74	6,0	3	0,2	1 160	93,8
São Miguel	1 063	100,0	116	10,9	5	0,5	942	88,6
São Salvador do Mundo	696	100,0	29	4,2	4	0,6	663	95,3
São Lourenço dos Órgãos	524	100,0	27	5,2	1	0,2	496	94,7
Ribeira Grande Santiago	624	100,0	37	5,9	3	0,5	584	93,6
Mosteiros	702	100,0	38	5,4	4	0,6	660	94,0
São Filipe	1 619	100,0	46	2,8	5	0,3	1 568	96,8
Santa Catarina do Fogo	406	100,0	29	7,1	0	0,0	377	92,9
Brava	458	100,0	43	9,4	2	0,4	413	90,2

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A 6 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos do sexo feminino, segundo a situação perante a atividade económica, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021

Meio de residência e concelho	Sexo feminino							
	Situação perante a atividade económica							
	Total		Empregado		Desempregado		Inativo	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>35 731</b>	<b>100,0</b>	<b>447</b>	<b>1,3</b>	<b>109</b>	<b>0,3</b>	<b>35 175</b>	<b>98,4</b>
<b>Meio de residência</b>								
Urbano	26 019	100,0	218	0,8	90	0,3	25 711	98,8
Rural	9 712	100,0	229	2,4	19	0,2	9 464	97,4
<b>Concelho</b>								
Ribeira Grande	1 028	100,0	27	2,6	2	0,2	999	97,2
Paul	362	100,0	2	0,6	0	0,0	360	99,4
Porto Novo	1 192	100,0	8	0,7	3	0,3	1 181	99,1
São Vicente	4 790	100,0	39	0,8	27	0,6	4 724	98,6
Ribeira Brava	491	100,0	11	2,2	0	0,0	480	97,8
Tarrafal de São Nicolau	390	100,0	5	1,3	3	0,8	382	97,9
Sal	2 283	100,0	20	0,9	6	0,3	2 257	98,9
Boavista	841	100,0	5	0,6	2	0,2	834	99,2
Maio	438	100,0	1	0,2	0	0,0	437	99,8
Tarrafal	1 400	100,0	15	1,1	1	0,1	1 384	98,9
Santa Catarina	3 093	100,0	57	1,8	2	0,1	3 034	98,1
Santa Cruz	2 145	100,0	25	1,2	5	0,2	2 115	98,6
Praia	10 396	100,0	99	1,0	46	0,4	10 251	98,6
São Domingos	1 143	100,0	14	1,2	0	0,0	1 129	98,8
São Miguel	1 091	100,0	65	6,0	1	0,1	1 025	94,0
São Salvador do Mundo	590	100,0	4	0,7	3	0,5	583	98,8
São Lourenço dos Órgãos	474	100,0	3	0,6	0	0,0	471	99,4
Ribeira Grande Santiago	580	100,0	22	3,8	2	0,3	556	95,9
Mosteiros	635	100,0	9	1,4	2	0,3	624	98,3
São Filipe	1 596	100,0	7	0,4	3	0,2	1 586	99,4
Santa Catarina do Fogo	379	100,0	7	1,8	1	0,3	371	97,9
Brava	394	100,0	2	0,5	0	0,0	392	99,5

Fonte: INE, Censo 2021

**Tabela A 7 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos do sexo masculino economicamente ocupada, segundo grupos etários, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021**

Meio de residência e concelho	Sexo masculino							
	Grupos etários							
	Total		10-11		12-14		15-17	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>1 487</b>	<b>100,0</b>	<b>80</b>	<b>5,4</b>	<b>276</b>	<b>18,6</b>	<b>1 131</b>	<b>76,1</b>
<b>Meio de residência</b>								
Urbano	679	100,0	17	2,5	97	14,3	565	83,2
Rural	808	100,0	63	7,8	179	22,2	566	70,0
<b>Concelho</b>								
Ribeira Grande	91	100,0	11	12,1	20	22,0	60	65,9
Paul	16	100,0	0	0,0	1	6,3	15	93,8
Porto Novo	38	100,0	0	0,0	3	7,9	35	92,1
São Vicente	124	100,0	0	0,0	10	8,1	114	91,9
Ribeira Brava	61	100,0	4	6,6	11	18,0	46	75,4
Tarrafal de São Nicolau	25	100,0	1	4,0	5	20,0	19	76,0
Sal	40	100,0	2	5,0	2	5,0	36	90,0
Boavista	10	100,0	0	0,0	2	20,0	8	80,0
Maio	7	100,0	0	0,0	1	14,3	6	85,7
Tarrafal	44	100,0	1	2,3	5	11,4	38	86,4
Santa Catarina	174	100,0	14	8,0	48	27,6	112	64,4
Santa Cruz	162	100,0	16	9,9	38	23,5	108	66,7
Praia	256	100,0	3	1,2	30	11,7	223	87,1
São Domingos	74	100,0	4	5,4	21	28,4	49	66,2
São Miguel	116	100,0	14	12,1	30	25,9	72	62,1
São Salvador do Mundo	29	100,0	2	6,9	7	24,1	20	69,0
São Lourenço dos Órgãos	27	100,0	4	14,8	5	18,5	18	66,7
Ribeira Grande Santiago	37	100,0	0	0,0	6	16,2	31	83,8
Mosteiros	38	100,0	2	5,3	8	21,1	28	73,7
São Filipe	46	100,0	0	0,0	7	15,2	39	84,8
Santa Catarina do Fogo	29	100,0	1	3,4	6	20,7	22	75,9
Brava	43	100,0	1	2,3	10	23,3	32	74,4

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A 8 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos do sexo feminino economicamente ocupada, segundo grupos etários, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021

Meio de residência e concelho	Sexo feminino							
	Grupos etários							
	Total		10-11		12-14		15-17	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>447</b>	<b>100,0</b>	<b>25</b>	<b>5,6</b>	<b>94</b>	<b>21,0</b>	<b>328</b>	<b>73,4</b>
<b>Meio de residência</b>								
Urbano	218	100,0	3	1,4	31	14,2	184	84,4
Rural	229	100,0	22	9,6	63	27,5	144	62,9
<b>Concelho</b>								
Ribeira Grande	27	100,0	4	14,8	10	37,0	13	48,1
Paul	2	100,0	0	0,0	0	0,0	2	100,0
Porto Novo	8	100,0	0	0,0	1	12,5	7	87,5
São Vicente	39	100,0	0	0,0	3	7,7	36	92,3
Ribeira Brava	11	100,0	0	0,0	7	63,6	4	36,4
Tarrafal de São Nicolau	5	100,0	0	0,0	0	0,0	5	100,0
Sal	20	100,0	0	0,0	1	5,0	19	95,0
Boavista	5	100,0	0	0,0	1	20,0	4	80,0
Maio	1	100,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0
Tarrafal	15	100,0	2	13,3	3	20,0	10	66,7
Santa Catarina	57	100,0	4	7,0	12	21,1	41	71,9
Santa Cruz	25	100,0	2	8,0	8	32,0	15	60,0
Praia	99	100,0	2	2,0	14	14,1	83	83,8
São Domingos	14	100,0	0	0,0	3	21,4	11	78,6
São Miguel	65	100,0	8	12,3	20	30,8	37	56,9
São Salvador do Mundo	4	100,0	1	25,0	0	0,0	3	75,0
São Lourenço dos Órgãos	3	100,0	0	0,0	1	33,3	2	66,7
Ribeira Grande Santiago	22	100,0	0	0,0	6	27,3	16	72,7
Mosteiros	9	100,0	1	11,1	0	0,0	8	88,9
São Filipe	7	100,0	0	0,0	1	14,3	6	85,7
Santa Catarina do Fogo	7	100,0	1	14,3	1	14,3	5	71,4
Brava	2	100,0	0	0,0	1	50,0	1	50,0

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A 9 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos economicamente ocupada, segundo o nível de instrução, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021

Meio de residência e concelho	Ambos os sexos							
	Nível de instrução							
	Total		Sem nível		Ensino Básico		Ensino Secundário	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>1 934</b>	<b>100,0</b>	<b>14</b>	<b>0,7</b>	<b>1218</b>	<b>63,0</b>	<b>702</b>	<b>36,3</b>
<b>Meio de residência</b>								
Urbano	897	100,0	6	0,7	562	62,7	329	36,7
Rural	1 037	100,0	8	0,8	656	63,3	373	36,0
<b>Concelho</b>								
Ribeira Grande	118	100,0	0	0,0	74	62,7	44	37,3
Paul	18	100,0	0	0,0	11	61,1	7	38,9
Porto Novo	46	100,0	0	0,0	34	73,9	12	26,1
São Vicente	163	100,0	1	0,6	109	66,9	53	32,5
Ribeira Brava	72	100,0	1	1,4	53	73,6	18	25,0
Tarrafal de São Nicolau	30	100,0	0	0,0	18	60,0	12	40,0
Sal	60	100,0	0	0,0	39	65,0	21	35,0
Boavista	15	100,0	0	0,0	10	66,7	5	33,3
Maio	8	100,0	0	0,0	2	25,0	6	75,0
Tarrafal	59	100,0	1	1,7	37	62,7	21	35,6
Santa Catarina	231	100,0	3	1,3	128	55,4	100	43,3
Santa Cruz	187	100,0	2	1,1	128	68,4	57	30,5
Praia	355	100,0	2	0,6	220	62,0	133	37,5
São Domingos	88	100,0	2	2,3	55	62,5	31	35,2
São Miguel	181	100,0	1	0,6	110	60,8	70	38,7
São Salvador do Mundo	33	100,0	0	0,0	18	54,5	15	45,5
São Lourenço dos Órgãos	30	100,0	1	3,3	13	43,3	16	53,3
Ribeira Grande Santiago	59	100,0	0	0,0	35	59,3	24	40,7
Mosteiros	47	100,0	0	0,0	33	70,2	14	29,8
São Filipe	53	100,0	0	0,0	32	60,4	21	39,6
Santa Catarina do Fogo	36	100,0	0	0,0	22	61,1	14	38,9
Brava	45	100,0	0	0,0	37	82,2	8	17,8

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A 10 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos empregadas do sexo masculino, segundo nível de instrução, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021

Meio de residência e concelho	Sexo masculino							
	Nível de instrução							
	Total		Sem nível		Ensino Básico		Ensino Secundário	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>1 487</b>	<b>100,0</b>	<b>14</b>	<b>0,9</b>	<b>1002</b>	<b>67,4</b>	<b>471</b>	<b>31,7</b>
<b>Meio de residência</b>								
Urbano	679	100,0	6	0,9	472	69,5	201	29,6
Rural	808	100,0	8	1,0	530	65,6	270	33,4
<b>Concelho</b>								
Ribeira Grande	91	100,0	0	0,0	61	67,0	30	33,0
Paul	16	100,0	0	0,0	10	62,5	6	37,5
Porto Novo	38	100,0	0	0,0	30	78,9	8	21,1
São Vicente	124	100,0	1	0,8	93	75,0	30	24,2
Ribeira Brava	61	100,0	1	1,6	45	73,8	15	24,6
Tarrafal de São Nicolau	25	100,0	0	0,0	18	72,0	7	28,0
Sal	40	100,0	0	0,0	30	75,0	10	25,0
Boavista	10	100,0	0	0,0	8	80,0	2	20,0
Maio	7	100,0	0	0,0	2	28,6	5	71,4
Tarrafal	44	100,0	1	2,3	32	72,7	11	25,0
Santa Catarina	174	100,0	3	1,7	103	59,2	68	39,1
Santa Cruz	162	100,0	2	1,2	116	71,6	44	27,2
Praia	256	100,0	2	0,8	174	68,0	80	31,3
São Domingos	74	100,0	2	2,7	46	62,2	26	35,1
São Miguel	116	100,0	1	0,9	74	63,8	41	35,3
São Salvador do Mundo	29	100,0	0	0,0	17	58,6	12	41,4
São Lourenço dos Órgãos	27	100,0	1	3,7	12	44,4	14	51,9
Ribeira Grande Santiago	37	100,0	0	0,0	26	70,3	11	29,7
Mosteiros	38	100,0	0	0,0	25	65,8	13	34,2
São Filipe	46	100,0	0	0,0	28	60,9	18	39,1
Santa Catarina do Fogo	29	100,0	0	0,0	17	58,6	12	41,4
Brava	43	100,0	0	0,0	35	81,4	8	18,6

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A 11 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos empregadas do sexo feminino, segundo o nível de instrução, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021

Meio de residência e concelho	Sexo feminino							
	Nível de instrução							
	Total		Sem nível		Ensino Básico		Ensino Secundário	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>447</b>	<b>100,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>216</b>	<b>48,3</b>	<b>231</b>	<b>51,7</b>
<b>Meio de residência</b>								
Urbano	218	100,0	0	0,0	90	41,3	128	58,7
Rural	229	100,0	0	0,0	126	55,0	103	45,0
<b>Concelho</b>								
Ribeira Grande	27	100,0	0	0,0	13	48,1	14	51,9
Paul	2	100,0	0	0,0	1	50,0	1	50,0
Porto Novo	8	100,0	0	0,0	4	50,0	4	50,0
São Vicente	39	100,0	0	0,0	16	41,0	23	59,0
Ribeira Brava	11	100,0	0	0,0	8	72,7	3	27,3
Tarrafal de São Nicolau	5	100,0	0	0,0	0	0,0	5	100,0
Sal	20	100,0	0	0,0	9	45,0	11	55,0
Boavista	5	100,0	0	0,0	2	40,0	3	60,0
Maio	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
Tarrafal	15	100,0	0	0,0	5	33,3	10	66,7
Santa Catarina	57	100,0	0	0,0	25	43,9	32	56,1
Santa Cruz	25	100,0	0	0,0	12	48,0	13	52,0
Praia	99	100,0	0	0,0	46	46,5	53	53,5
São Domingos	14	100,0	0	0,0	9	64,3	5	35,7
São Miguel	65	100,0	0	0,0	36	55,4	29	44,6
São Salvador do Mundo	4	100,0	0	0,0	1	25,0	3	75,0
São Lourenço dos Órgãos	3	100,0	0	0,0	1	33,3	2	66,7
Ribeira Grande Santiago	22	100,0	0	0,0	9	40,9	13	59,1
Mosteiros	9	100,0	0	0,0	8	88,9	1	11,1
São Filipe	7	100,0	0	0,0	4	57,1	3	42,9
Santa Catarina do Fogo	7	100,0	0	0,0	5	71,4	2	28,6
Brava	2	100,0	0	0,0	2	100,0	0	0,0

Fonte: INE, Censo 2021

**Tabela A 12 - Repartição da população residente de 10 a 17 anos com deficiência, segundo a frequência escolar, por meio de residência e concelho, Cabo Verde, 2021**

Meio de residência e concelho	Frequência escolar							
	Total		Frequenta		Frequentou		Nunca frequentou	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>6 054</b>	<b>100,0</b>	<b>5 381</b>	<b>88,9</b>	<b>372</b>	<b>6,1</b>	<b>301</b>	<b>5,0</b>
<b>Meio de residência</b>								
Urbano	4 366	100,0	3 895	89,2	262	6,0	209	4,8
Rural	1 688	100,0	1 486	88,0	110	6,5	92	5,5
<b>Concelho</b>								
Ribeira Grande	257	100,0	235	91,4	12	4,7	10	3,9
Paul	58	100,0	43	74,1	7	12,1	8	13,8
Porto Novo	220	100,0	198	90,0	15	6,8	7	3,2
São Vicente	1 019	100,0	919	90,2	58	5,7	42	4,1
Ribeira Brava	73	100,0	63	86,3	6	8,2	4	5,5
Tarrafal de São Nicolau	65	100,0	62	95,4	2	3,1	1	1,5
Sal	393	100,0	338	86,0	36	9,2	19	4,8
Boavista	126	100,0	113	89,7	6	4,8	7	5,6
Maio	79	100,0	74	93,7	3	3,8	2	2,5
Tarrafal	244	100,0	210	86,1	13	5,3	21	8,6
Santa Catarina	483	100,0	438	90,7	22	4,6	23	4,8
Santa Cruz	375	100,0	332	88,5	22	5,9	21	5,6
Praia	1 718	100,0	1 529	89,0	103	6,0	86	5,0
São Domingos	177	100,0	168	94,9	7	4,0	2	1,1
São Miguel	158	100,0	139	88,0	13	8,2	6	3,8
São Salvador do Mundo	67	100,0	57	85,1	5	7,5	5	7,5
São Lourenço dos Órgãos	53	100,0	48	90,6	3	5,7	2	3,8
Ribeira Grande Santiago	78	100,0	71	91,0	2	2,6	5	6,4
Mosteiros	106	100,0	87	82,1	10	9,4	9	8,5
São Filipe	159	100,0	136	85,5	7	4,4	16	10,1
Santa Catarina do Fogo	39	100,0	32	82,1	3	7,7	4	10,3
Brava	107	100,0	89	83,2	17	15,9	1	0,9

Fonte: INE, Censo 2021

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Sara. Na ponta dos dedos- artigos sobre ADEVIC. Praia, 2022. Disponível em <https://expressodasilhas.cv/topico/adevic>. Acesso em 4/3/22

BESSIA, J.F.; RIBEIRO, N.V. As contribuições da família para o desenvolvimento da criança na educação infantil, 2015. Disponível em [https://www.google.com/search?q=contribui%C3%A7%C3%B5es+da+familia+para+o+desenvolvimento+ad+crian%C3%A7a+na+educa%C3%A7%C3%A3o+i9nfantil&rlz=1C1GCEU\\_enCV819CV819&oq=contribui%C3%A7%C3%B5es+da+familia+para+o+desenvolvimento+ad+crian%C3%A7a+na+educa%C3%A7%C3%A3o+i9nfantil&aqs=chrome..69i57.27725j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=contribui%C3%A7%C3%B5es+da+familia+para+o+desenvolvimento+ad+crian%C3%A7a+na+educa%C3%A7%C3%A3o+i9nfantil&rlz=1C1GCEU_enCV819CV819&oq=contribui%C3%A7%C3%B5es+da+familia+para+o+desenvolvimento+ad+crian%C3%A7a+na+educa%C3%A7%C3%A3o+i9nfantil&aqs=chrome..69i57.27725j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8). Acesso em 23/1/21

ANDRADE, A.M. (2017). Reflexão sobre a situação atual das crianças e famílias em Cabo Verde. Revista Lusófona de Economia e Gestão das Organizações, Nº 6, 2017.

CNDHC ( 2019). Contribuições da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC) de Cabo Verde para o relatório periódico combinado II, III e IV Expresso das ilhas (jornal online) – ICCA apresenta Plano de Ação Nacional de Prevenção e Combate à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes 2022-2024. 3 de junho de 2022.

CHANTRE, S.L. DA SILVA; FURTADO, E.M.F. Representação social de família: a percepção das crianças institucionalizadas vs a percepção das crianças não institucionalizadas. Psicologia.pt, ISSN 1646-6977, 2015. Disponível em [https://scholar.google.com/scholar?q=percep%C3%A7%C3%A3o+de+crian%C3%A7as+institucionalizadas&hl=pt-PT&as\\_sdt=0&as\\_vis=1&oi=scholar](https://scholar.google.com/scholar?q=percep%C3%A7%C3%A3o+de+crian%C3%A7as+institucionalizadas&hl=pt-PT&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar). Acesso em 22/11/21

De Wall, T., & Scholtus, S. (2011). Handbook of statistical data editing and imputation (Vol.563). John Wiley & Sons

Expresso das ilhas (jornal online). União de facto na adolescência: meninas-mulheres ou a “vida” antes do tempo. 1 de abril de 2018.

GOVERNO DE CABO VERDE. Convenção dos Direitos da Criança. Relatório Periódico Combinado II, III e IV da República de Cabo Verde, março 2017

\_\_\_\_\_. Constituição da República de Cabo Verde (4ª edição de 2010). Disponível em <https://www.parlamento.cv/Downloads/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Rep%C3%BAblica%20de%20Cabo%20Verde.%202010.pdf>. Acesso em 22/11/21

\_\_\_\_\_. **Código Civil- disposições** relativas ao direito da família. Disponível em <http://jus.familiae.tripod.com/id84.html>. Acesso em 26/7/21

\_\_\_\_\_ Decreto Legislativo nº 2/2006. Regula as medidas tutelares socioeducativas no que concerne a menores em conflito com a Lei. Boletim Oficial nº34 I Série, de 27 de novembro

\_\_\_\_\_ Decreto Legislativo nº 5/2007. Aprova o Código Laboral Cabo-verdiano. Boletim Oficial nº37 I Série, Outubro 2007. Disponível em [file:///C:/Users/maria.lopes/Downloads/Decreto%20Legislativo%20n%C2%BA%205\\_2007%20de%2016.10.07.%20%20S%C3%A9rie%20n%C2%BA37.pdf](file:///C:/Users/maria.lopes/Downloads/Decreto%20Legislativo%20n%C2%BA%205_2007%20de%2016.10.07.%20%20S%C3%A9rie%20n%C2%BA37.pdf). Acesso em 24/11/21

\_\_\_\_\_ Decreto Legislativo nº 4/2015. Altera o Decreto Legislativo nº 4/2003 de 18 de novembro. Boletim Oficial nº69 I Série, de 11 de novembro.

\_\_\_\_\_ Decreto Legislativo nº 13/2018. Altera o Decreto Legislativo nº 2/2010 de 7 de maio, que revê as Bases do Sistema Educativo. Boletim Oficial nº 80 I Série, de 7 de dezembro

\_\_\_\_\_ Decreto Lei nº 29/IV/91. Ratifica a Convenção sobre os direitos da criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Boletim Oficial nº 52 4º SUPLEMENTO de 30 de dezembro. Disponível em [https://www.cndhc.org.cv/images/download/Convencao\\_sobre\\_os\\_Direitos\\_da\\_Crianca.pdf](https://www.cndhc.org.cv/images/download/Convencao_sobre_os_Direitos_da_Crianca.pdf). Acesso em 25/2/22

\_\_\_\_\_ Decreto-Lei nº 5/2001. Aprova para adesão à Convenção 182 da OIT sobre as piores formas de trabalho. Boletim Oficial nº 23 I Série, de 30 de julho.

\_\_\_\_\_ Lei nº 50/VIII/2013. Aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente do B.O.I Série, Nº 70, de 26 de dezembro.

\_\_\_\_\_ Lei nº 113/VIII/2016. Aprova a Lista Nacional do Trabalho Infantil Perigoso (TIP), do B.O. I Série, Nº 15, de 10 de março

\_\_\_\_\_ Programa do Governo, IX Legislatura. Disponível online em [file:///C:/Users/maria.lopes/Downloads/MOC%CC%A7A%CC%83ODECONFIA%CC%83NC%CC%A7A\\_full-1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/maria.lopes/Downloads/MOC%CC%A7A%CC%83ODECONFIA%CC%83NC%CC%A7A_full-1%20(1).pdf). Acesso em 18/11/21

\_\_\_\_\_ Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) 2017-2021. Disponível em <https://peds.gov.cv/sites/default/files/2018-10/PEDS%202017-2021%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf>. Acesso em 18/11/21. Acesso em 28/3/22

\_\_\_\_\_ Resolução nº 148/VII/ 2010. Aprova para adesão à Convenção Sobre os Direitos das pessoas Portadoras de Deficiência. Boletim Oficial nº 4 I Série, de 24 de janeiro de 2011.

\_\_\_\_\_ Resolução nº 32/IV/93. Ratifica a Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança. Boletim Oficial nº 26 I SERIE de 19 de julho. Disponível em [https://www.cndhc.org.cv/images/download/Carta\\_Africana\\_dos\\_Direitos\\_e\\_Bem\\_estar\\_da\\_Crianças.pdf](https://www.cndhc.org.cv/images/download/Carta_Africana_dos_Direitos_e_Bem_estar_da_Crianças.pdf). Acesso em 25/2/22.

\_\_\_\_\_ Resolução nº 39/VI/2002. Aprova, para adesão, à Convenção Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de Crianças, Prostituição e Pornografia Infantil. Boletim Oficial nº 12 I Série, de 29 de abril. Disponível em <https://kiosk.incv.cv/1.1.1.367>. Acesso em 25/2/22.

\_\_\_\_\_ Resolução nº 40/VI/2002. Aprova, para adesão, ao Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à Participação de Crianças, em Conflitos Armados. . Boletim Oficial nº 12 I Série, de 29 de abril. Disponível em <https://kiosk.incv.cv/1.1.1.367>. Acesso em 25/2/22.

\_\_\_\_\_ Resolução nº 157/VI/2006. Aprova para adesão à Convenção 138 da OIT sobre a idade mínima de admissão ao emprego. Boletim Oficial nº 1 I Série, de 2 de janeiro. Disponível em <https://kiosk.incv.cv/1.1.1.367>. Acesso em 25/2/22

\_\_\_\_\_ Resolução nº 92/2016. Aprova o Plano Nacional de Combate à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes-2017-2019. Boletim Oficial nº 72 I Série, de 28 de dezembro.

\_\_\_\_\_ Resolução nº 43/2014. Aprova Plano de Ação para Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil Boletim Oficial nº 36, I Série, de 2 de junho.

\_\_\_\_\_ Portaria nº 27/2018. Aprova o Regulamento que define o processo de concessão de gratuidade na inscrição e frequência em estabelecimentos públicos e privados de educação pré-escolar, de ensino básico, secundário e superior e de formação profissional para pessoas com deficiência. Boletim Oficial nº 53 I SERIE de 8 de agosto. Disponível em <https://app.box.com/s/bqzqj0x4assu4h1a2e1gjfolhaa2mxnx>. Acesso 3/3/2022

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. O trabalho infantil em Cabo Verde, 2013. Relatório do Inquérito Multi-Objetivo Contínuo, Praia, 2014

\_\_\_\_\_ Perfil da pobreza – Um olhar sobre as crianças, 2015. Relatório do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares, Praia, 2018

\_\_\_\_\_ Crianças no Recenseamento de 2000. Relatório de análise do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2000, Praia, 2002

\_\_\_\_\_ III Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva de 2018, Praia 2018

JOLLIFFE, I.T.2002.Principal Component Analysis, second edition, New York: springer-Verlag New York, Inc

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. Plano Estratégico para a Educação 2017-2021, Praia, 2001

MINISTÉRIO DE SAÚDE. Política Nacional de Saúde, Praia, 2007

OIT-IPEC (2012). Estudo sobre a aplicação das Convenções nº 138 e nº 182 da OIT e suas recomendações na legislação nacional dos países da CPLP. IPEC. Cabo Verde, Dezembro 2012.

Parlamento Cabo Verde (2022). Junho, mês da criança: Dia Nacional de luta contra o abuso e exploração sexual de menores. <https://www.parlamento.cv/destaques.aspx>. Consultado em 23/05/22, 14:44

República de Cabo Verde (2017). Convenção sobre os Direitos da Criança. Relatório periódico combinado II, III e IV da República de Cabo Verde. Março 2017.

UNICEF, (2011). Análise da situação da criança e adolescente em Cabo Verde. Praia, 2011.